UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

WALKIRIA MENEZES DE LIRA

TOCANDO OS CORPOS DO SILÊNCIO, UM EXCITANTE PULSAR DE CORPOS VOLÁTEIS: PELO DIREITO À DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA ESTADUAL ZILA MAMEDE (NATAL, RN)

NATAL – RN

2024

WALKIRIA MENEZES DE LIRA

TOCANDO OS CORPOS DO SILÊNCIO, UM EXCITANTE PULSAR DE CORPOS VOLÁTEIS: PELO DIREITO À DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA ESTADUAL ZILA MAMEDE (NATAL, RN)

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), visando a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza.

NATAL – RN

2024

WALKIRIA MENEZES DE LIRA

TOCANDO OS CORPOS DO SILÊNCIO, UM EXCITANTE PULSAR DE CORPOS VOLÁTEIS: PELO DIREITO À DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA ESTADUAL ZILA MAMEDE (NATAL, RN)

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), visando a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza (Presidente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

_____

Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

_____

Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira (Avaliador Externo)
Universidade Federal de Sergipe

_____

Prof. Dr. Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (Avaliador Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Lira, Walkiria Menezes de.
Tocando os corpos do silêncio, um excitante pulsar de corpos voláteis : pelo direito à diversidade sexual e identidade de gênero na Escola Estadual Zila Mamede (Natal, RN) / Walkiria Menezes de Lira. - Natal, 2024.
154 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Mestrado Profissional em Ensino de História. Natal, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza.

1. Diversidade sexual - Dissertação. 2. Diversidade de gênero - Dissertação. 3. Ensino de História - Dissertação. 4. Direitos Humanos - Dissertação. 5. LGBTQIAPN+ - Dissertação. I. Souza, Juliana Teixeira. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA CDU 94:37

Elaborado por Heverton Thiago Luiz da Silva - CRB-15/710

A quem nunca me deixou só

Sol, Lessy, Eros e Apolo.

AGRADECIMENTOS

Retornar à escrita foi como descobrir um novo fôlego, um alento que me escapou tantas vezes. Nunca almejei seguir caminhos retos; sempre preferi os sinuosos, aqueles que se perdem e se encontram, com suas curvas, desvios, silêncios, e por vezes, o inevitável barulhos e reviravoltas. Esses caminhos, moldados e construídos por mim, junto com meus alunos, colegas, livros e músicas, foram os trilhos pelos quais a paixão pelo ensino me guiou, na tentativa constante de atravessar barreiras e tocar as almas que encontrei ao longo do percurso. Escrever, para mim, é mais do que um ato; é um gesto de decifração de mim mesma e dos outros, um mergulho profundo nos significados que me moldam e que eu, por minha vez, também ajudo a moldar.

Minha gratidão estende a todos os meus alunos e aos colegas do trabalho, Daniel Silva, Erimar Santos, e Michele, cujas experiências me abriram novos horizontes e me ajudaram a reescrever minha própria história. Com eles, descobri que ser professora é uma experiência viva, sempre em transformação, e que o aprendizado está nos encontros e nas trocas que ocorrem dentro e fora da sala de aula. E Michele minha gratidão eterna por permitir entrar em sua sala e vivenciasse sua paixão pelo ensino.

Aos meus colegas do Profhistória, minha gratidão por partilharem tantas experiências, por cada conversa, cada desabafo profissional, cada material didático trocado. Que experiência foi escuta-los enfrentando e superando os desafios de muitas das nossas escolas, onde falta o básico, mas nunca a vontade de fazer a diferença. Juntos, construímos espaços onde podemos ser sonhar e transformar.

Amanda minha amiga, seu agradecimento é especial. Nas idas e vindas à UFRN, em tantas conversas e momentos de desabafo, você esteve presente. É sobrevivemos juntas a essa história e que venham outras, amiga.

Minha orientadora, Juliana Teixeira, por favor, cinco minutos de silêncio para ela. Em meio ao turbilhão de responsabilidades, você me escolheu. Sabia da grandeza de quem me acolhia, e em cada encontro, mesmo nas conversas mais simples, entedia por que tinha que ser. Este texto é parte de você, é um reflexo do que me tornei sob sua orientação. Obrigado por ser minha guia, mão, cabeça e coração. Talvez seja por isso que eu precisava tanto te ouvir quando a angústia batia. Sua sensibilidade, paciência e cuidado foram fundamentais para que eu pudesse continuar. Sua voz e suas risadas transformaram o medo e o desespero em possibilidades, em coragem para avançar.

À Soraia, minha esposa, minha força, minha segurança em meio à tempestade. Sem você, nem mesmo esse sonho perdido a dezessete anos, não teria sido retomado. Conhecendo-me como ninguém, você me deu a força que eu precisava para acreditar, e aos nossos filhos, Lessy, Eros e Apolo, dedico esta conquista. Vocês são a razão pela qual enfrento meus medos e busco ser a melhor versão de mim mesma. Juntos, escrevemos esta história, e em cada página, sinto o amor e o apoio que só vocês poderiam me dar.

Agradeço a todos e principalmente aqueles freavam ser quem sou. Agradeço por existir no mundo, fluir entre as linhas, mesmo quando a direção parecia incerta. Agradeço porque, apesar das tentativas de nos silenciar, continuamos a florescer, afirmando nossa existência, tecendo histórias que desafiam as margens impostas. Se há uma verdade universal, é a de que nossas vidas são preciosas precisamente por sua fluidez, por sua capacidade de resistir e reinventar.

É nessa fluidez que me inscrevo, que desejo que meus alunos se inscrevam, desafiando as normas e celebrando a diversidade que nos define. Que possamos continuar nos permitindo ser, vivendo com autenticidade, e transformando o mundo em um lugar onde cada voz, cada identidade, seja acolhida com a dignidade e o respeito que merece. Que continuemos a fluir entre as linhas, mesmo quando nos falta direção, porque é na contingência que encontramos nossa força, e é nela que inscrevemos nossas histórias.

Mas porque eu amo vocês, meus pares corajosos, desejo que lhes falte a coragem. Desejo que vocês não tenham mais força para reproduzir a norma, que não tenham mais energia para fabricar a identidade, que percam a fé no que os seus documentos dizem sobre vocês. E uma vez perdida toda a sua coragem, frouxos de alegria, eu desejo que vocês inventem um modo de usar para seus corpos. Porque eu os amo, desejo-os fracos e desprezíveis. Pois é pela fragilidade que a revolução opera.

Preciado

RESUMO

A presente pesquisa aborda a necessidade da inserção dos estudos sobre diversidade sexual e de gênero no currículo de História. Enfatiza a necessidade de informações seguras alinhadas aos Direitos Humanos, diante do avanço das conquistas legais da comunidade LGBTQIAPN+ e do crescimento de políticas conservadoras, marcadas pelo pânico moral e pela falácia da "ideologia de gênero". A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão da literatura e na elaboração de material didático, em forma de disciplina eletiva, acompanhado de sequências didáticas. O método incluiu a análise de experiências escolares, documentos oficiais e fontes teóricas, com destaque para as contribuições de Judith Butler, Joan Scott, Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Louro, que fundamentam as reflexões sobre, gênero e sexualidade estabelecendo conexões com a História e a O produto proposto tem por objetivo explorar a diversidade de gênero e sexualidade em diferentes contextos históricos e promovendo a empatia, o respeito e a valorização das identidades LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Diversidade sexual; Diversidade de gênero; Ensino de História; Direitos Humanos; LGBTQIAPN+.

RESUMEN

Esta investigación aborda la necesidad de incluir estudios sobre la diversidad sexual y de género en el currículo de Historia. Enfatiza la necesidad de información segura y alineada con los Derechos Humanos, ante el avance de las conquistas jurídicas de la comunidad LGBTQIAPN+ y el crecimiento de políticas conservadoras, marcadas por el pánico moral y la falacia de la "ideología de género". La investigación se realizó mediante un enfoque cualitativo, basado en la revisión de la literatura y la elaboración de material didáctico específico para la enseñanza de Historia, que es una materia optativa acompañada de una secuencia didáctica. Para el debate teórico relacionado con la identidad, el género y la sexualidad, estableciendo conexiones con la historia y la educación, se utilizaron obras de Judith Buther, Joan Scott, Tomaz Tadeu da Silva y Guacira Louro. El producto propuesto tiene como objetivo explorar la diversidad de género y sexualidad en diferentes contextos históricos y promover el reconocimiento de representaciones positivas para la comunidad LGBTQIAPN+, que han sido silenciadas en la Historia desde hace algún tiempo.

Palabras clave: Diversidad sexual; Diversidad de género; Enseñanza de Historia; Derechos humanos; comunidad LGBTQIAPN+.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Lampião (RJ) 1980	98
Figura 2 –	Cultura Médica (RJ) 1946	99
Figura 3 –	Última Hora (RJ) 1961	100
Figura 4 –	O Poti (RN) 1982	101
Figura 5 –	Diário de Natal (RN) 1952	102
Figura 6 –	Revista Época – Cura Gay	102
Figura 7 –	Laxmi Narayan Tripathi falando em uma conferência na Austrália em 2017	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1 – INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO PROFHISTÓRIA 20

1.1 Gênero e Sexualidade no Ensino de História: uma abordagem teórica 20

1.2 Contribuições do PROFHISTÓRIA na abordagem de temas sensíveis 31

CAPÍTULO 2 – LUTAS E VIVÊNCIAS LGBTQIAPN+: DIREITOS, EDUCAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA 42

2.1 Conquistas LGBTQIAPN+ e os Desafios na Educação: O Papel do Ensino de História 42

2.2 Para além do que está escrito: vivências e desafios na escola 53

CAPÍTULO 3 – "CORES DA HISTÓRIA: EMPATIA, RESISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LGBTQIAPN+ EM DIFERENTES ESPAÇOS E TEMPOS" 64

3.1 Justificativa e Contextualização 65

3.2 Vidas Visíveis: Sexualidade, Diversidade e Resistência na Ditadura 85

3.3 Silenciar agressores e libertar crianças: abuso sexual no Afeganistão e no Brasil 114

3.4 A História das Hijras na Índia e o Reconhecimento da Transgeneridade no Brasil 125

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 141

REFERÊNCIAS 145

INTRODUÇÃO

Em sala de aula, sempre dou início às discussões instigando uma tempestade de ideias em relação aos principais conceitos de História. Na atmosfera carregada de expectativas do primeiro dia de aula, algo significativo aconteceu, transformando minha perspectiva como educadora. Antes mesmo de adentrar a sala de aula, fui abordada por um estudante do 8º ano da Escola Estadual "Zila Mamede". Seu rosto carregava uma mistura de timidez e determinação enquanto compartilhava comigo um pedido simples, mas profundamente significativo: ele queria ser reconhecido pelo seu nome social, uma identidade que legitimamente o representava.

Esse momento íntimo e revelador foi um divisor de águas para mim. Nunca antes, como educadora, me deparei com uma situação tão marcante. Era a voz de um estudante clamando por empatia, por compreensão e por respeito. Aquele instante não era apenas sobre um nome, mas sobre o direito fundamental de cada indivíduo de ser reconhecido e aceito em sua construção identitária. Foi uma lição sobre a importância de acolher e celebrar a diversidade, repensando não apenas meu papel como professora, mas também minha visão de mundo.

Essa voz que busca reconhecimento está imersa em um contexto de olhares de julgamento traumáticos mesmo num momento corriqueiro na escola como a chamada para o registro da frequência que, para aquele estudante, era um momento de estresse e violência em razão da perspectiva de agressões verbais ou físicas. Diante disso, é quase impossível não admitir que vivemos tempos de retrocesso em relação à liberdade de existir e de ser quem somos. Mesmo existindo uma legislação que nos assegura respeito dentro e fora das escolas, as falas e práticas LGBTfóbicas[1], preconceituosas e violentas são experiências vividas por estudantes de todo o país e, na escola em que atuo, essa realidade não é diferente.

Desde 2013, faço parte da Escola Estadual "Zila Mamede" (E.E.Z.M.), uma instituição que, desde 1986, ergue-se no coração do bairro do Pajuçara, na Zona Norte de Natal. A escola oferece os Ensinos Fundamental e Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em três turnos, acolhendo alunos dos conjuntos habitacionais Pajuçara 1 e 2. Ao longo dos anos, presenciei e participei das transformações e dos desafios enfrentados por essa comunidade escolar. Inicialmente, minha atuação concentrou-se no turno noturno com o segmento EJA;

[1]A LGBTfobia abarca uma ampla gama de discriminação, preconceito e violência direcionados às pessoas que não se encaixam nas normas de gênero e orientação sexual consideradas "convencionais" pela sociedade. Isso engloba homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais. O reconhecimento legal da LGBTfobia como equiparada ao crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) representa um avanço significativo, podendo estimular mais denúncias e garantir uma proteção mais efetiva às vítimas desses tipos de violência.

hoje, estou presente em todos os horários. Situada na periferia da maior zona administrativa de Natal, em um dos maiores bairros da região, a escola enfrenta desafios que se intensificaram após a pandemia de COVID-19 e o retorno às atividades presenciais.

Para entender melhor o contexto, é pertinente contextualizar a história de formação do bairro Pajuçara. Criado em 1987, conforme dados da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB), o bairro teve seus lotes divididos e financiados pela Caixa Econômica Federal na década de 1990, priorizando famílias de baixa renda. A promessa de uma vida digna, entretanto, foi comprometida pela carência de investimentos em infraestrutura básica, como água, esgoto, pavimentação e iluminação. Essas carências afetam a vida dos moradores e, inevitavelmente, refletem-se na realidade dos estudantes da nossa escola.

Recentemente, a escola passou por uma significativa reforma, aumentando nosso destaque na comunidade e trazendo visibilidade ao bairro que ainda carece de investimentos nos setores básicos para garantir a cidadania. Porém, a infraestrutura e os novos equipamentos disponíveis não foram suficientes para resolver um problema que, para muitos, pode parecer invisível: a demanda por reconhecimento, respeito e valorização da diversidade sexual e de gênero.

O tempo presente nos provoca a buscar compreender as demandas postas dentro dos espaços escolares por nossos estudantes. É importante perceber de onde partem as necessidades e como a sociedade atual pensa sobre elas. Compreendo a escola como um lugar social, de trabalho e de construção de uma história coletiva, permeado por relações e inter-relações que devem ser construídas pelo diálogo. Margarida Dias de Oliveira (2013, p. 235) contribui com essa compreensão ao definir espaço escolar "[...] como o conjunto das relações construídas entre o espaço físico das instituições de ensino, seus sujeitos diretos (docentes e discentes), a comunidade composta por pais, vizinhança, legisladores, gestores etc.".

Diante disso, nas complexas relações construídas nesse espaço, na escuta sensível e na observação do cotidiano escolar dos estudantes que frequentam minha sala de aula encontrei terreno fértil para refletir acerca da importância da educação sexual[2] e da diversidade sexual[3]

[2] Mary Neide Damico Figueiró (2018) define a educação sexual como toda oportunidade que a criança, o adolescente, ou qualquer outro indivíduo tem de receber informações, esclarecimentos, sobre tudo que diz respeito ao seu corpo, do desenvolvimento da sexualidade às questões de gênero. O principal objetivo é promover conhecimento sobre o corpo e o sexo de forma natural, positiva e sincera.

[3] Reconhece que não existe apenas uma forma "correta" de expressar gênero ou sexualidade, mas sim uma multiplicidade de maneiras pelas quais as pessoas experimentam e se identificam com sua própria sexualidade e gênero (Nardi; Quartiero, 2012).

e gênero[4] na escola sob uma perspectiva histórica. A partir da minha experiência como professora na Escola Estadual "Zila Mamede", percebi a importância de oferecer um espaço seguro para que os estudantes pudessem discutir suas identidades e vivências, desafiando os padrões heteronormativos, promovendo o respeito às diferenças.

Atualmente, o debate não está restrito ao espaço escolar, mas surge como resposta da juventude ao avanço do conservadorismo. Também é uma expressão propositiva de uma nova forma de lidar com a diversidade. Isso sinaliza para a importância de incluir a temática nos currículos. Nesse sentido, evidências de reconhecimento da importância dessa discussão no espaço escolar têm repercutido em toda sociedade, a exemplo da pesquisa nacional "Educação, Valores e Direitos", preparada pelas organizações da sociedade civil "Ação Educativa" e "Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária" (Cenpec) realizada em 2022.

A pesquisa aponta que a maioria dos brasileiros defende a abordagem de temas relacionados à desigualdade de gênero e à educação sexual nas escolas e que 81% dos entrevistados apoiam o direito de as pessoas viverem livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou LGBTQIAPN+[5]. Esses dados confirmam o interesse coletivo pela abordagem das questões em torno das sexualidades[6] e diversidades de maneira pedagógica, por um viés científico, na busca de suprir as lacunas que envolvem o processo de conhecimento sobre a temática, assim como problematizar os tabus que cercam o debate. Além disso, pauta-se o distanciamento entre o que ocorre dentro dos muros da escola e os

[4] O conceito de gênero começou a ser utilizado na década de 1980 a partir de estudos feministas que buscavam compreender a organização social por meio da relação entre os sexos. O gênero expressa as diferenças entre homens e mulheres na sociedade no decorrer da história, evidenciando que essas distinções são sociais, relacionais e não naturais. O termo será discutido do capitulo 2.

[5] A sigla LGBTQIAPN+ representa uma diversidade atualizada de identidades de gênero e orientações sexuais para garantir a representatividade ao longo do tempo. Essa inclusão visa acolher indivíduos não heterossexuais ou cisgêneros e promover a luta pelos direitos dessas pessoas. O "L" refere-se às lésbicas, mulheres que sentem atração por outras mulheres, ao passo que o "G" diz respeito a gays, homens que se atraem por outros homens. O "B" engloba os bissexuais, indivíduos que sentem atração por pessoas de mais de um gênero. O "T" representa transexuais, aqueles cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascer. O "Q" é para *queer*, termo amplo que designa o enfrentamento às normas de gênero e sexualidade. A letra "I" refere-se a intersexuais, pessoas nascidas com características biológicas não estritamente masculinas ou femininas. O "A" representa assexuais, aqueles que não sentem atração sexual ou a sentem em menor intensidade. O "P" denota pansexuais, indivíduos que se atraem por pessoas independentemente do gênero. O "N" refere-se a não-binários, pessoas cuja identidade de gênero não se encaixa exclusivamente em homem ou mulher. O "+" reconhece outras identidades e orientações não listadas, garantindo inclusão e representatividade.

[6] A sexualidade não deve ser confundida com a identidade de gênero, isto é, a forma como o sujeito se identifica com as representações da masculinidade e/ou da feminilidade, ou com nenhum deles, mediante atos estilizados – performances –, pelos quais dá vida à sua identidade (Butler, 2019). Entre as orientações sexuais, podemos apontar algumas: a heterossexualidade, atração pelo gênero que é diferente do seu próprio; homossexualidade, atração pela pessoa do mesmo gênero; a bissexualidade, atração por ambos os gêneros; a assexualidade, não atração sexual pelos gêneros; a pansexualidade, atração por pessoas independentemente da identidade de gênero. Essas são algumas das formas de sexualidade que os sujeitos podem experimentar ao longo da vida.

atuais problemas vividos por nossa sociedade, uma vez que a ideia de que a dinâmica do espaço escolar é orientada por uma visão moral, política e religiosa segue cada dia mais contestada.

A pesquisa também aponta as contradições do momento em que vivemos, tendo em vista que apresenta um número significativo de pessoas apoiando e acreditando que a escola ainda é o lugar mais seguro para esse diálogo mesmo diante do crescimento do conservadorismo e da exclusão dos termos orientação sexual[7] e gênero em documentos normativos da educação, caso da Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2017. Ademais, o estudo oferece o dado de que 91% dos entrevistados acham que a educação sexual na escola ajuda a prevenir abusos contra crianças e adolescentes. Ao que parece, a pesquisa confirma a crença da sociedade na educação sexual como um caminho na luta contra o abuso sexual de crianças e adolescentes ao promover o conhecimento e cuidado de si, já que essa abordagem pode facilitar a identificação e/ou denúncia de violências vivenciadas.

A emergência de vozes corajosas de estudantes que rompem o silêncio para relatar experiências de violência sexual em seus lares tem reverberado nos meios de comunicação. Em um caso emblemático de 2022, noticiado pelo site G1, no qual um servidor teria praticado abusos contra sua própria filha, enteada e outras duas parentes, houve revelações que vieram à tona após uma palestra realizada na escola. A reação da diretora, expressando surpresa diante dessas denúncias, ressalta a importância crítica de espaços de orientação e diálogo, questionando até quando essas jovens teriam suportado tais atrocidades sem um canal para expressar suas angústias e buscar auxílio.

Além disso, outra matéria, veiculada pelo mesmo veículo de comunicação no mesmo ano, alertou para o aumento preocupante no número de denúncias de violência contra crianças e adolescentes, destacando um total de 4.486 casos reportados nos primeiros quatro meses do ano, mais que o dobro do registrado no mesmo período de 2020, ano de início da pandemia. Esse aumento foi atribuído à retomada das aulas presenciais, comprovando a importância do papel da escola como um espaço de detecção precoce e intervenção diante de sinais de abuso e violência.

A atenção conferida à escola como uma arena primordial para a identificação de situações de violência doméstica, especialmente contra meninas, enfatiza a necessidade premente de os educadores abordarem temas como diversidade sexual, violência de gênero e

[7] A orientação sexual é a atração ou ligação afetiva que se sente por outra pessoa. Ela pode ser classificada em três tipos: heterossexual ou heteroafetivo: pessoa que se atrai por um gênero diferente do seu; homossexual ou homoafetivo: atração que ocorre entre pessoas do mesmo gênero; bissexual ou biafetivo: pessoa que se sente atraída por ambos os gêneros: feminino e masculino.

desigualdades de gênero em sala de aula. A construção de um conhecimento sensível e humano em torno dessas questões é fundamental não apenas para a conscientização dos estudantes, mas também para capacitá-los a reconhecer e reagir diante de quaisquer violações de seus direitos.

Como se vê, muitos adolescentes e crianças encontram na escola um ambiente de confiança para desvelar suas dores, rompendo o medo de denunciar casos de abuso, eventos que fortalecem a importância da inserção de temáticas em torno de gênero, do corpo e da sexualidade nos currículos escolares. Os profissionais que trabalham na escola precisam garantir que ela seja um local de aceitação, apoio e acolhimento; um refúgio de confiança para crianças que enfrentam abusadores nos contextos domésticos. Segundo dados do "Anuário Brasileiro de Segurança Pública" (Brasil, 2022), 75,5% dos casos de estupro no Brasil vitimam crianças e adolescentes, e 43,9% dessas crianças são violentadas em ambientes residenciais.

Ainda que essa demanda por prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes se apresente com tanta ênfase na sociedade e na escola, é evidente a dificuldade de enfrentamento dessas temáticas por boa parte das professoras e dos professores. Muitos reconhecem a necessidade de enfrentar o problema, porém, afirmam que não se sentem confortáveis ou que não possuem formação adequada para abordar o tema em situação de ensino-aprendizagem.

Devemos reconhecer que os estudantes chegam à escola com seus saberes e suas dúvidas em relação a sexo, corpo, sexualidade, gênero e diversidade, conceitos frequentemente envoltos em estigmas e preconceitos os quais podem e devem ser problematizados de forma científica no ambiente escolar. Dessa forma, oportunizam-se conversas construtivas visando à desmontagem de preconceitos e à construção de um ambiente de aprendizado mais caloroso e empático para todos, especialmente para aqueles que sofrem abusos ou enfrentam dificuldades em casa. Conforme argumenta Figueiró (2007, p. 28):

> É no processo da Educação Sexual informal que ajudamos a perpetuar tabus, preconceitos e discriminações, ou que, pelo contrário, ajudamos a desfazê-los. Por este meio, especialmente, é que repassamos preconceitos e ideias negativas a respeito do relacionamento afefivo-sexual, das prostitutas e dos homossexuais masculinos e femininos, e dos transgêneros (travestis e transexuais), ou, ao invés disto, contribuímos para a construção de uma imagem positiva da sexualidade e para a promoção da cultura do reconhecimento da diversidade sexual.

Tais fragilidades necessitam de ser enfrentadas na escola, tendo em vista que a disciplina de História possibilita desenvolver um trabalho pedagógico pautado no ensino de

valores como empatia e respeito à diversidade, preparando os estudantes para o exercício da cidadania. Ela assim o faz ao construir meios para o entendimento de situações de preconceito, exclusão e discriminação como questões sociais e culturais, bem como para a reavaliação destas tendo como fim a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Isso permite ampliar o reconhecimento e a valorização da diversidade e das diferenças (Silva, 2020). Nessa perspectiva, a defesa da diversidade mostra-se indissociável da luta contra as desigualdades.

Essas inquietações emergem devido às alterações no cenário da cultura escolar contemporânea. As demandas da atualidade são bem distintas das necessidades de vinte anos, quando iniciei a docência. A sala de aula é composta pelas heterogeneidades de sujeitos, culturas, comportamentos e pensamentos que hoje, mais que nunca, reclamam um lugar de respeito e reconhecimento da pluralidade que se apresenta, havendo indícios que apontam para o crescimento da comunidade LGBTQIAPN+ nas últimas décadas. Como educadora, sinto-me desafiada a repensar minhas práticas pedagógicas e a criar um ambiente no qual todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1,8% da população se autodeclara homoafetiva (IBGE, 2022). No entanto, esse total pode ter sido fruto de subnotificação. A partir de dados apresentados em pesquisa do Instituto “DataFolha” (2022), 18% das pessoas entre 16 e 24 anos se identificam com a comunidade LGBTQIAPN+. Esses são jovens com maior que estão em nossas salas, jovens com acesso a informações e à possibilidade de autoconhecimento. Eles se assumem como não-binários e homoafetivos, ganham visibilidade, organizam lutas coletivas e se somam àqueles que demandam por direitos.

Diante dessa diversidade de situações, direcionei meu olhar sensível para uma agenda escolar que aborde temas de diversidade sexual e de gênero, especialmente nas aulas de História. Daí o interesse em contribuir para uma educação que promova a visibilidade e a luta contra a violência, com base nos Direitos Humanos e documentos curriculares oficiais. O momento atual nos pede uma defesa do que já foi conquistado no âmbito das políticas educacionais contra as diversas discriminações por meio de diversas leis, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), as Diretrizes de Direitos Humanos (DDHs) e a própria Constituição. Porém, é preciso ir além. Sabemos que a escola deve ser um lugar de acolhimento, do diálogo e da construção de conhecimento. Entretanto, é na escola também que muitas crianças e jovens conhecem o cruel e violento desrespeito à diferença.

Por isso, a escola também é um espaço privilegiado para problematizar e historicizar, nas aulas de História, conceitos como heterossexualidade, masculinidade, homossexualidade, gênero, sexualidade, identidade e corpo, considerados dentro dos contextos sociais nos quais são construídos, diferenciando como eles se apresentam em diferentes tempos e espaços, desvelando a naturalização e normalização de práticas de desigualdade de gênero e sexualidades que são carregadas de estereótipos. Então, trato de educação inclusiva e educação sexual com foco na construção de valores como respeito e diversidade. Porém, o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica alerta:

> [...] a educação para todos não é viabilizada por decreto, resolução, portaria ou similar, ou seja, não se efetiva tão somente por meio de prescrição de atividades de ensino ou de estabelecimento de parâmetros ou diretrizes curriculares: a educação de qualidade social é conquista e, como conquista da sociedade brasileira, é manifestada pelos movimentos sociais, pois é direito de todos (Brasil, 2022, p. 8).

O debate em torno das questões de construção da identidade de gênero, das desigualdades e do preconceito em nossa sociedade torna-se necessário em nossas salas, pois é por meio dessa reflexão que podemos tencionar situações de violência, conhecendo suas raízes culturais e históricas, desnaturalizando-as. Em uma sociedade diversa, reconhecer e respeitar essa multiplicidade é primordial, mesmo diante do medo que surge quando movimentos conservadores, justificados na religião e na moral cristã, tentam sufocar essa pulsante diferença, violentando corpos e minando a riqueza da diversidade que nos move.

Vivemos em uma sociedade democrática que avançou em relação a conquistas de direitos que norteiam as questões da diversidade, sexualidade e gênero. No entanto, há resistência a esse progresso. Diante dessa polarização, alinho-me com aqueles que entendem e desejam a educação e o Ensino de História como caminhos para a construção da empatia e do reconhecimento da diversidade da experiência humana. Por isso pretendo construir em sala de aula, de forma coletiva, com participação de estudantes, conhecimento que promova a compreensão da diversidade como parte do processo de constituição das sociedades humanas, compostas por pessoas com identidades diversas e plurais, que devem ser respeitadas com base em princípios éticos e democráticos que precisam ser reafirmados cotidianamente nas relações da vida.

A partir disso, busco atingir três objetivos nesta pesquisa. Em primeiro lugar, analisar o impacto dos estudos de diversidade sexual e de gênero nas escolas, bem como nas políticas educacionais e práticas pedagógicas no ambiente escolar. Em seguida, evidenciar como o

ensino de História pode contribuir na promoção da diversidade e no combate às desigualdades. Por fim, desenvolver estratégias pedagógicas para o ensino médio que promovam autonomia dos estudantes mediante construção de seus conhecimentos sobre diversidade sexual e de gênero, desconstruindo estereótipos e promovendo o respeito às diferenças.

Para alcançar os objetivos propostos, será elaborado um produto didático que assumirá a forma de um componente curricular eletivo para estudantes do Ensino Médio, acompanhado de quatro sequências didáticas. A proposta de desenvolver uma disciplina eletiva surge da constatação da escassez de materiais didáticos sobre a temática, apontada como uma das limitações para abordar a diversidade sexual e de gênero nas escolas. Inicialmente direcionada ao Ensino Médio, pretendo que seja flexível o suficiente para que também possa ser adaptada para o Ensino Fundamental II. É importante reconhecer que cada faixa etária demanda cuidados específicos os quais devem ser minuciosamente avaliados pela equipe docente. Portanto, proponho que professores e professores adaptem o material às suas realidades e às necessidades dos estudantes, promovendo um ensino personalizado e significativo.

Com o título sugestivo de "Cores da História: Empatia, Resistência e Valorização da Diversidade LGBTQIAPN+ em diferentes Espaços e Tempos*"*, a disciplina tem como objetivo explorar como a diversidade de gênero e sexualidade foi vivida em diferentes épocas e culturas, assim como contribuir para a construção de uma educação histórica sensível à diversidade de gênero e sexualidade. Esse material segue o conceito de produto pensado por Juliana Teixeira Souza e Margarida Dias Oliveira (2021) que inclui orientações para sua utilização em atividades de ensino, abordando a temática de identidade de gênero[8] e sexualidade em diferentes contextos históricos e em diferentes sociedades. Pretende-se orientar os estudantes na utilização do método histórico, na formulação de hipóteses, destacando que a História é uma ciência com conhecimento específico, com uma metodologia própria e um vocabulário característico, usando fontes como investigação para abordar questões sobre o passado e o presente (Costa; Oliveira, 2007).

No primeiro capítulo, dedico-me a uma análise de dois eixos temáticos. O primeiro consiste no debate teórico acerca das questões de gênero, sexualidade e diversidade e sua aplicação no espaço escolar. Fundamentando-me em contribuições teóricas de Judith Butler (2014; 2019), Joan Scott (1995), Tomaz Tadeu da Silva (2000) e Guacira Louro (1997; 2000),

[8] A identidade de gênero se refere à percepção que uma pessoa tem de si, a convicção íntima de gênero binária ou não, independente do sexo biológico e que nem sempre é evidente publicamente. É diferente da expressão de gênero, pela qual o indivíduo manifesta publicamente o seu gênero por meio de gestos, roupas, cabelo, acessórios, voz, comportamentos mais visíveis.

exploro a construção social desses conceitos e suas interações com as vivências escolares e analiso as normativas de gênero e sexualidade. No segundo eixo, abordo o tratamento acadêmico conferido às questões de gênero e sexualidade no âmbito do ProfHistória, com especial atenção às experiências das pessoas LGBTQIAPN+.

No segundo capítulo, investigo os fundamentos legais e históricos do debate sobre diversidade, gênero, sexualidade e educação no Brasil, destacando as transformações sociais e legislativas desde 1789. Analiso como a legislação, as políticas públicas e as diretrizes educacionais ora promovem, ora silenciam a inclusão e o respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Examino também os avanços e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ na busca por direitos. Com base nisso, apresento experiências na Escola Estadual “Zila Mamede”, onde, como professora-observadora-pesquisadora, analiso a integração das temáticas de diversidade sexual e de gênero. Por fim, ressalto a urgência de fomentar um ambiente escolar livre de discriminação, destacando a necessidade de as professoras e os professores de História incorporarem essas temáticas ao currículo.

No terceiro capítulo, apresento o produto educacional “Cores da História: Tocando os Silêncios e Positivando Corpos LGBTQIAPN+ em um Currículo Teimosamente Monocromático”. Organizado em um plano de curso e quatro sequências didáticas, o material alia fundamentos históricos e teóricos à prática pedagógica, articulando estratégias que valorizam o protagonismo estudantil, o pensamento crítico e a análise histórica. As sequências são flexíveis, permitindo adaptações para atender às especificidades das realidades escolares, e culminam em produtos finais que sintetizam os conhecimentos construídos.

CAPÍTULO 1 – INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO PROFHISTÓRIA

1.1 Gênero e Sexualidade no Ensino de História: uma abordagem teórica

Diante de um tema desafiador, como ponto de partida, é necessário estabelecer as interlocuções teóricas e conceituais. Destacarei os conceitos-chave para analisar questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto da educação histórica. A fim de promover uma educação que valorize a diversidade e as identidades sexuais é imprescindível recorrer a autores que contribuem para o debate e fortalecimento dessas temáticas inclusivas e sensíveis às diferenças. Os conceitos fundamentais devem ser aplicados para desafiar e deslocar a heteronormatividade no ambiente escolar, promovendo formas de inclusão e reconhecimento das diversas identidades e experiências, mobilizando um olhar empático e crítico para os desafios enfrentados por jovens LGBTQIAPN+, especialmente no ambiente escolar.

Embora os termos gênero e sexualidade tenham sido suprimidos da BNCC, a primeira competência da área de Ciências Humanas afirma: "compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os Direitos Humanos" (Brasil, 2018, p. 357). Isso destaca a importância da valorização das diversas identidades sexuais e de gênero, como objeto de estudo nas escolas. Mais do que cumprir uma exigência curricular, incorporar essas temáticas reflete o compromisso ético de criar um espaço de pertencimento e escuta ativa para todos os estudantes.

No contexto da escola, a narrativa histórica tradicional tem sido dominada por figuras masculinas, brancas, cisgênero, heterossexuais e da elite. Essa perspectiva tende a marginalizar e rotular como "estranhos", "diferentes" ou "minoria" todos os sujeitos que não se enquadram nesse padrão heteronormativo[9]. Assim, a abordagem teórica aqui proposta visa evidenciar que as questões identitárias transcendem o debate acadêmico e tocam diretamente as vidas de sujeitos historicamente marginalizados.

É necessário estabelecer uma distinção entre diversidade de gênero e diversidade sexual. A diversidade de gênero relaciona-se à percepção interna e pessoal de ser masculino, feminino ou outra identidade de gênero, conhecida como identidade de gênero. Em

[9] Crença na heterossexualidade como característica do ser humano "normal". Desse modo, qualquer pessoa que saia desse padrão é considerada fora da norma, o que justificaria sua marginalização (Jesus, 2012).

contrapartida, a diversidade sexual refere-se à orientação sexual, um componente da identidade pessoal que diz respeito à atração romântica, sexual ou afetiva por outras pessoas.

A construção da identidade de gênero e sexualidade é um processo contínuo e dinâmico que deve ser abordado com sensibilidade, especialmente considerando o impacto que as normas sociais, a pressão para se conformar e as violências simbólicas ou reais geram em muitas dessas identidades. A escola precisa ser o lugar onde esses processos não são apenas reconhecidos, mas acolhidos com cuidado e respeito. Para começar, penso que a construção da heteronormatividade está entrelaçada às práticas de LGBTfobia, como aponta Guacira Lopes Louro:

> As coisas se complicam ainda mais para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia. (Louro, 2000, p. 18).

Ao observarmos o cotidiano da escola, vemos que os estudantes enfrentam práticas disciplinares enquanto exploram suas diferentes identidades sexuais e reivindicam seu espaço, sua sexualidade, seu corpo, seu gênero e seus desejos. Essas questões continuam presentes, mas agora demandam nossa atenção como docentes e nos convidam a reconsiderar as estratégias para destacar o debate sobre gênero e diversidade sexual em nossa sociedade. Esse momento de reflexão deve envolver também a mobilização da empatia para que possamos ver além das regras e normas fundamentais e dar importância às complexidades de cada indivíduo.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2014), identidade, tal qual gênero e sexualidade, é uma produção social e cultural e, portanto, não é natural, não é fixa. Diante do exposto, devem-se explorar dois conceitos, a saber, pânico moral e ideologia de gênero, a fim de compreender seus impactos sobre o cenário educacional brasileiro. O termo pânico moral, conforme delineado por Junqueira (2019), é uma construção teórica introduzida por Stanley Cohen em 1972. Esse conceito descreve um fenômeno social no qual determinados grupos são identificados como uma ameaça à ordem social estabelecida, provocando uma reação exacerbada e irracional por parte da sociedade. Tal pânico é frequentemente alimentado por discursos alarmistas, estereótipos negativos e temores infundados, culminando em medidas repressivas e de controle social direcionadas aos grupos considerados desviantes. Conforme

aponta Feitosa (2021), embora tenha sido originado e desenvolvido no seio da Igreja Católica, o pânico moral encontrou significativa acolhida e difusão entre os setores evangélicos.

O pânico moral se estabelece em torno das questões de gênero e sexualidade, as quais os conservadores procuram manter afastadas do ambiente escolar, fundamentando-se na falácia da ideologia de gênero. Esse termo, segundo Ferrari (2021), não é reconhecido no âmbito da pesquisa em relações de gênero, sexualidade e educação como uma definição que caracteriza o trabalho realizado por acadêmicos e acadêmicas da área. Pelo contrário, é encarado como uma tentativa de subverter os conceitos científicos atribuídos a gênero e sexualidade.

Esse debate deve ser parte do processo de formação crítica dos estudantes, de modo que eles analisem os discursos que tentam silenciar a diversidade. Nesse contexto, a categoria de gênero assume um papel central. Compreendê-la, não por meio de uma lente biológica, nem da dicotomia entre feminino e masculino, muito menos ligada a uma essência natural, mas como uma construção social moldada por diferentes culturas, grupos sociais e contextos temporais, possibilita a exploração das múltiplas identidades de gênero e das complexas interações sociais que influenciam tais percepções e vivências (Scott, 1995).

Questionar o desejo de padronização das identidades deve ser a função de um docente que compreende os estigmas, as violências que engessam as formas de ser, como se fosse possível existir apenas as identidades únicas e exógenas. Tratar de identidade segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 81) é tratar da diferença, pois, segundo ele:

> [...] tanto a identidade quanto a diferença são criaturas da linguagem e, por isso, criadas cultural e socialmente o que os torna maleáveis e marcadas pela indeterminação e instabilidade por causa do próprio caráter vacilante da linguagem. Mas apesar disso, elas ainda, carregam o poder de definir. Elas não só são definidas como também impostas, elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. A identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Uma aula de história deve priorizar a construção de um debate sobre como as identidades são formadas e como as diferenças estão intrinsecamente ligadas a elas, considerando que essas identidades são moldadas social e culturalmente. Esse processo estabelece a posição do eu que constrói sua identidade em relação ao outro percebido como diferente. As identidades são categorizadas e hierarquizadas, tais como masculino/feminino e heterossexual/homossexual. No entanto, o propósito deste trabalho não é buscar igualdade nas relações identitárias, mas sim questionar e compreender como esses papéis foram construídos para aprisionar os estudantes e suas subjetividades.

Ao abordar esses temas, deve-se perceber que estamos tratando de vidas, histórias e realidades de indivíduos que muitas vezes sentem que suas identidades são desvalorizadas no cotidiano escolar. A História como ciência tem o poder de questionar e desmantelar normas heteronormativas e discutir corpos, sejam eles parte ou não da comunidade LGBTQIAPN+. Esse campo envolve a inserção do que é considerado abjeto, a regulação dos corpos, a exclusão e a normalização que afetam a sociedade como um todo e não apenas aqueles que se reconhecem como parte da comunidade. Por essa razão, inserir as temáticas de gênero e sexualidade nas aulas de história é de interesse de toda comunidade escolar.

Nós, docentes, devemos nos atentar para a possibilidade de criar um espaço que permita a expressão de todas as identidades de forma não essencialista, bem como problematizar a maneira com que a norma é formada, reconhecendo as relações de poder em que ela está envolvida. Conforme afirmado por Louro (1997, p. 137), “as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”, e não estão abandonadas a conceitos biológicos fixos e imutáveis. Essa reflexão deve permear a sala de aula para que possamos não apenas compreender, mas também sensibilizar nossos estudantes para a importância do respeito e para o reconhecimento das identidades que não se enquadram nos padrões heteronormativos.

Ademais, de acordo com Louro (1997, p. 141) “[...] para que resulte em alguma transformação, tal disposição precisará ser acompanhada da decisão de buscar informações, de discutir e trocar ideias, de ouvir aqueles e aquelas que, histórica e socialmente, foram instituídos como outros”. Essa reflexão crítica nos permite desafiar e problematizar as estruturas sociais que perpetuam desigualdades em relação a essas identidades, questionando a forma como ocorre à divisão das identidades de gênero e sexo, assim como as consequentes marcas de violência e opressão presentes nesse processo.

Se defendo que as aulas de história desnaturalizem os conceitos que tentam fixar identidades, comportamentos e desejos, pretendo que a escola problematize de igual modo a sexualidade, mesmo reconhecendo todos os tabus que cercam essa pauta. Ao permitirmos essa distância e não reivindicarmos nossas possíveis contribuições à aprendizagem desses temas, deixamos nossos estudantes sem a compreensão de que a sexualidade é um processo que se constitui na história e em condições sociais e culturais especificas e perdemos a oportunidade de desenvolver uma pauta em relação às questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Por meio do estudo histórico, os estudantes podem compreender as normas de gênero e sexualidades como construções espaço-temporais, questionar discursos dominantes e

promover a valorização da diversidade. Integrando essa perspectiva, a discussão sobre sexualidade ultrapassa a mera abordagem das relações sexuais, adotando uma postura profissional e clara no ambiente educacional. O ensino de história pode viabilizar a construção de conhecimento ao abordar o papel histórico das identidades de gênero e sexualidade, dando visibilidade às experiências e contribuições de grupos marginalizados.

Por outro lado, há fissuras provocadas pelas ações de resistência. As práticas de poder, por mais dominantes que sejam, não eliminam as possibilidades de resistência. Michel de Certeau (2009) nos convida a olhar para além da disciplina e do controle para perceber as táticas de antidisciplina que os indivíduos utilizam para desafiar as normas estabelecidas. Na escola, essas táticas se manifestam nas diversas formas como os estudantes expressam suas identidades e desafiam o padrão heteronormativo. Suas vestimentas, seus comportamentos e suas atitudes cotidianas representam criações de espaços de autonomia e de subversão da ordem por parte dos estudantes.

Essas ações são compreendidas por Certeau (2009) como táticas, pois criam outras possibilidades dentro da opressão, revelam o diferente, outra forma de viver; os estudantes demonstram sua capacidade de agência e de transformar a realidade escolar. Nesta pesquisa, essas táticas se manifestam na vontade de os estudantes serem quem são independentemente do padrão heteronormativo. Essas táticas constroem cotidianamente as identidades plurais que convivem na escola, que desorganizam as identidades normativas e seus interesses hegemônicos.

> Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da "vigilância", mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou "dominados"?), dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica (Certeau, 2009, p. 40-41).

Compreender que a disciplina e a norma não operam em absoluto é construir espaços de escuta da voz dos estudantes. Entendo que esses estudantes não são manipulados pelo poder, mas operam dentro desse sistema para criar diversas possibilidades de viver. Propor esse debate nas aulas de História é atender a um dos objetivos propostos da pesquisa: criar situações de aprendizagem que valorizem as experiências e as culturas juvenis, oportunizando-lhes visibilidade e espaços de escuta. Por meio de ações pedagógicas, proponho problematizar formas de opressão e também identificar as táticas juvenis que afirmam a diferença como natural, desorganizando a disciplina, produzindo novos sentidos para suas experiências e sentimentos.

No entanto, ao abordarmos o gênero como uma ferramenta de análise histórica, é necessário questionar as categorias de feminino e masculino, como ressalta Joan Scott (1995). A autora salienta que essas categorias são construções sociais e culturais, tornando-se imprescindível entender sua origem e evolução ao longo do tempo para a elaboração de uma análise mais abrangente e contextualizada. Para promover um diálogo mais justo e equitativo, é necessário considerar as múltiplas dimensões da identidade e reconhecer que as desigualdades de gênero se cruzam com outras formas de opressão. Abordagens que não sejam inclusivas e abertas arriscam reforçar preconceitos e limitações, em vez de fomentar uma compreensão mais ampla e acolhedora.

Para alcançar uma educação mais inclusiva, considerando a diversidade de gênero, sexualidade e representatividade das mulheres na educação, deve-se conhecer e assumir os desafios propostos para o ensino de história pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Analisando-o, observa-se uma sub-representação da mulher e de outros grupos minoritários. A recorrente utilização de termos genéricos, como diferenças e diversidade, em detrimento de termos específicos, como mulher, homossexual e orientação sexual, contribui para uma invisibilização dessas identidades e experiências. A única menção explícita à mulher no componente curricular de História está presente no sexto ano do Ensino Fundamental voltada para o seu papel na Grécia e na Roma Antigas. Essa abordagem fragmentada e superficial ofusca a complexidade das relações de gênero e a importância de se discutir a diversidade sexual em todas as etapas da escolarização.

O documento nos convoca a se posicionar, posto que, dentre seus objetos de conhecimento, apresenta a predominância da visão masculina como sujeito universal, o que resulta na marginalização e/ou no silenciamento das experiências femininas. A restrição dos termos gênero e orientação sexual, fundamentais para discutir preconceitos, desigualdades e violência, gera preocupação, considerando que a BNCC é a referência para a elaboração dos livros didáticos utilizados em todo o país.

Joan Scott (1995) propõe um aprofundamento do conceito de gênero e o define como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, além de destacá-lo nas relações de poder. Diante disso, o conceito de gênero deixa de ser fixo e passa a mudar de acordo com as regras sociais de cada cultura, ultrapassando as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Partindo do princípio de que as aulas de história vão além de simplesmente descrever eventos passados envolvendo homens e mulheres, é oportuno investigar como as identidades de gênero foram construídas

coletivamente, pois essa compreensão por parte dos estudantes pode impactar nas percepções e práticas de feminilidades e masculinidades.

Scott (1995) destaca que os estudiosos das sociedades humanas precisam de referenciais teóricos que permitam mobilizar conceitos de gênero que não revertam ou apenas confirmem hierarquias, problematizando categorias ditas universais, reconhecendo-as como conceitos históricos e não absolutos. A autora critica o modo como foi realizado o estudo da história das mulheres antes da década de 1970, isto é, desvalorizando-se os diferentes significados dos papeis femininos na história. Segundo Scott (1995), essa abordagem marginalizava a história das mulheres, contrapondo-a à história masculina universal.

Em seus estudos, Judith Butler (2014) assume uma postura subversiva e de mudanças constantes em relação a gênero e diversidade sexual, pois enfatiza as práticas em detrimento das identidades e questiona os binarismos presentes no conhecimento e na cultura dominantes, propondo reflexão sobre a existência de diversas formas de ser que ainda não foram consideradas ou exploradas.

> Manter o termo "gênero" em separado de masculinidade e feminidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico de gênero. Quer estejamos nos referindo à "confusão de gênero", "mistura de gêneros", "transgêneros" ou "crossgêneros", já estamos sugerindo que gênero se move além do binarismo naturalizado. A assimilação entre gênero e masculino/feminina, homem/mulher, macho/fêmea, atua assim para manter a naturalização que a noção de gênero pretende contestar (Butler, 2014, p. 254).

Para enriquecer a proposta mencionada, Judith Butler (2014) aborda as regulações de gênero que influenciam a formação da identidade e a subjetividade das pessoas. Essas normas podem ser opressivas e limitadoras, sobretudo para aqueles que não se enquadram nelas, levando a sentimentos de aflição e sofrimento. O conceito de retrocessos, ou *backlashes*, colabora na compreensão dos métodos utilizados para deslegitimar as diferenças. Ele nos conduz à percepção da conexão entre os avanços em termos de direitos e as reações hostis que visam reforçar padrões tradicionais.

Os conservadores frequentemente manipulam os problemas enfrentados por grupos minoritários, posicionando-os como inimigos da nação e responsáveis por crises sociais. O populismo aproveita-se dessa dinâmica, construindo narrativas que criticam os Direitos Humanos e fundamentais, especialmente os das minorias, sob a justificativa de uma moralidade cristã conservadora. Esse saudosismo artificial enaltece instituições tradicionais, como a igreja cristã, a família heteronormativa e a nação, ao passo que ignora a promessa

constitucional de uma sociedade fraterna e sem preconceitos. Tais instituições agem de forma deletéria, impedindo a construção de identidades coletivas politicamente fortalecidas (Nascimento, 2019).

Quando os direitos das minorias são questionados pelos moralistas cristãos e reacionários, e essas minorias são vistas como inimigas, há um risco de retrocesso. Os discursos de ódio indicam a tentativa de grupos que perderam sua hegemonia social de restabelecer a sujeição de indivíduos, incluindo negros, mulheres e LGBTQIAPN+. O risco e, em alguns casos, a efetivação de retrocessos destacam a urgência de práticas educacionais que promovam o entendimento histórico das lutas pelos direitos civis, mostrando que essas conquistas são frutos de resistência e que sua preservação depende da mobilização contínua. Em tal situação, a escola tem a responsabilidade de refletir sobre tais questões a fim de atender às demandas que surgem à medida que a sociedade muda. A educação auxilia esse debate ao se comportar,

> [...] como ferramenta de transgressão e provocação junto à sociedade para contestar o status quo e os paradigmas estabelecidos, sendo assim, um importante aliado para a discussão dos direitos humanos e a democratização desses debates junto à sociedade civil, amadurecendo e naturalizando essas lutas, seja direta ou indiretamente, contribuindo para educar para os direitos humanos (Nascimento, 2019, p. 41).

Em relação à violência e à exclusão de diversos grupos na escola, Judith Butler (2019) destaca como o estatuto da humanidade é utilizado para incluir alguns e excluir outros, muitas vezes resultando em violência física e psicológica. Em seu livro “Vidas Precárias” (Butler, 2019), ela explora a realidade da sala de aula, onde alguns estudantes são invisibilizados por serem considerados diferentes ou fora da norma hegemônica. Butler questiona a necessidade de agredir o outro na tentativa de manter um *status quo*, alimentando a homofobia, lesbofobia e transfobia[10].

Ela também questiona a resistência do Estado em proteger a comunidade LGBTQIAPN+, construindo políticas públicas que garantam direitos básicos, como o direito ao nome, à educação, ao casamento e à liberdade de expressar seus desejos. Então, por meio

[10] A homofobia, originalmente, refere-se à violência e hostilidade contra homossexuais, incluindo lésbicas e gays. No entanto, o termo escolhido neste texto foi LGBTfobia, pois ele abrange um espectro mais amplo de discriminação, preconceito e violência dirigidos a pessoas que não se conformam às normas de gênero e orientação sexual consideradas normais pela sociedade. Isso inclui não apenas homossexuais, mas também bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais. O reconhecimento legal da LGBTfobia como crime equiparado ao de racismo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é um avanço importante que pode encorajar mais denúncias e oferecer maior proteção às vítimas dessas violências.

desses questionamentos, podemos construir novos lugares e repensar o próprio conceito de humanidade, pois:

> O processo de esvaziamento do humano feito pela mídia por meio da imagem deve ser entendido, no entanto, nos termos do problema mais amplo de que esquemas normativos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de ser lamentada. Esses esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são menos humanos (Butler, 2019, p. 28).

Jörn Rüsen (2010) nos instiga a adotar uma concepção de didática da história que considere as necessidades dos estudantes e suas carências de orientação no tempo. Tal proposta é um desafio a ser enfrentado com amor, coragem e humor na busca de contribuir para uma formação cidadã, humanizada, construindo uma educação que possibilite estudantes aprender a conviver e respeitar as diferenças. Proponho, assim, um enfrentamento aos discursos conservadores que constroem respostas preconceituosas e discriminatórias que se fortalecem nos últimos anos em nosso país.

Para superar esses desafios, é fundamental problematizar essas questões, reconhecendo que a consciência histórica vai além do conhecimento escolar e é inerente ao ser humano. Luís Fernando Cerri (2011) destaca a importância de compreender os conceitos presentes nos saberes dos estudantes a fim de direcionar práticas e reflexões que articulem o presente e o passado, sensibilizando-os e construindo valores de respeito e alteridade por meio de uma reflexão crítica. Validando meus anseios por transformação e sensibilização, encontro respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica,

> O Parecer CNE/CEB nº 5/2011 que fundamenta essas diretrizes reconhece a educação como parte fundamental dos Direitos Humanos. Nesse sentido, chama a atenção para a necessidade de se implementar processos educacionais que promovam a cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural, de identidade de gênero, de orientação sexual, religiosa, dentre outras, enquanto formas de combate ao preconceito e à discriminação (Brasil, 2013, p. 523).

Os estudantes possuem suas próprias leituras de mundo e podem articular essas compreensões com os conhecimentos que constroem em sala de aula. No entanto, não é desejável que todos desenvolvam pensamentos e articulações de maneira idêntica, pois cada estudante é único. Se impuséssemos uma uniformidade de pensamento, estaríamos reproduzindo um discurso vazio e sem proposições práticas reais para a vida. Ao planejar aulas, a aprendizagem histórica deve ir além da exaltação de heróis brancos, heterossexuais e

europeus, promovendo um entendimento inclusivo da História que incorpore a diversidade das experiências humanas.

Minha prática docente me leva a refletir que o ensino de História deve escutar as vozes historicamente silenciadas, reconhecendo e valorizando suas vidas e saberes, essencial para fortalecer uma sociedade democrática. Integrar a diversidade sexual e de gênero no currículo de História fortalece identidades e a consciência histórica ao incluir narrativas frequentemente marginalizadas. Isso valoriza as vozes e vivências das pessoas LGBTQIAPN+, promovendo empatia e compreensão de suas lutas e contribuições. Dessa forma, a disciplina de História se torna que reflexo da diversidade da sociedade contemporânea e os estudantes utilizam o tempo não como um peso a ser decorado, mas como uma ferramenta para interpretar o mundo.

No processo de ensino e aprendizagem e na produção do conhecimento cientifico, o professor de história pode estabelecer uma relação direta com as questões promovidas pelo tempo presente, criando um ambiente acolhedor, no qual se sintam seguros pra expressar suas ideias e construir suas identidades, ao promover diálogo respeitoso, empatia e disponibilidade para ouvi-los. Contribuindo com a construção de um ambiente de respeito com estudantes conhecedores dos seus direitos e deveres, o professor precisa estar atento para a não reprodução e manutenção de preconceitos para com aqueles que não seguem o padrão cisheteronormatividade, que exclui todas as outras experiências e identidades que estão presentes e vivas na escola. Conforme Louro (1997, p. 57) afirma:

> Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos - tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização... Ela também fez diferença de ricos e pobres e ela imediatamente separou meninos as meninas.

Nesse sentido, construir conhecimento histórico é problematizar tais práticas. Para promover aprendizagens históricas e contribuir para a desnaturalização dos conceitos de gênero, sexualidade, identidade, diversidade sexual, sexismo[11] e machismo, é necessário historicizar os conceitos que essas palavras representam e mostrar como as identidades de gênero e sexualidade foram construídas ao longo do tempo, bem como que elas se relacionam com outras identidades de grupo, como raça e classe social. Questionar as relações de poder

[11] O sexismo é um sistema sociopolítico institucionalizado que organiza as relações de gênero com base na discriminação, desigualdade e hierarquização. Esse sistema estigmatiza e diferencia os gêneros, estabelecendo uma classificação que define os papéis que cada gênero deve desempenhar. Em suma, o sexismo promove a ideia de que os homens são superiores e as mulheres, inferiores (Hooks, 2017).

que estabeleceram a norma cisheteronormativa como hegemônica, levando em consideração as lutas e conflitos dos sujeitos LGBTQIAPN+ no presente, é um papel muito importe a ser desempenhado pelas aulas de História.

Os estudos de gênero levantaram a necessidade de pesquisa nessa área, questionando valores tradicionais e os lugares sociais atribuídos para as mulheres, homens e para a comunidade LGBTQIAPN+. Ao estudar o passado, analisando como são constituídas as concepções de gênero e identidades sexuais, analisando criticamente as narrativas dominantes, desafiando estereótipos, preconceitos e visões unilaterais, os estudantes podem compreender uma variedade de perspectivas, eventos e experiências humanas que moldaram as formas de ser, viver e pensar no presente.

Devemos entender que não existem definições atemporais e que as vivências dos sujeitos históricos não podem ser compreendidas de forma desconectada de identificações de classe social, raça, gênero e contexto social. Ser branco, gay, rico é muito diferente de ser negra, lésbica e pobre, pelo que se considera a importância da interseccionalidade dessas identidades. Trabalhando em uma escola na periferia de Natal, tenho ouvido sobre as diversas formas de violência que esses alunos enfrentam simplesmente por serem quem são. Dessa forma, segundo Louro (1997, p. 9):

> Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

A omissão da temática LGBTQIAPN+ no ensino de história contribui para a manutenção de um currículo eurocêntrico e heteronormativo que naturaliza as desigualdades e os preconceitos. Ao incorporar as experiências e as lutas dos movimentos sociais LGBTQIAPN+, nutrimos o desejo de conhecer suas próprias histórias dentro da coletividade que podem despertar ações e desejos que garantam seus direitos como cidadãos. O caminho escolhido deve focar no autoconhecimento, permitindo que eles se situem no tempo e compreendam seu lugar na história. Assim, a identidade e a diferença se tornam visíveis. Assumir o próprio lugar de fala e existência é um ato corajoso e demonstra resistência, assim

como acolher aqueles que ainda não conseguem se manifestar devido a diferentes razões, sem submetê-los a novas formas de violência.

Para isso, é necessário destacar as lutas e conquistas dos movimentos LGBTQIAPN+, discutindo sua trajetória dentro da escola e promovendo um novo olhar sobre o curso da história. Reconhecer todas as conquistas e como o preconceito foi construído historicamente, afirmar que é possível sermos autênticos, mesmo em uma sociedade marcada pelo preconceito. Todavia, para alcançar esse objetivo, é necessário mobilizar-se, superar a negação de nossas identidades e abraçar sua positividade.

Como educadores comprometidos com a formação de sujeitos aptos para o exercício pleno da cidadania, é essencial que mediemos processos de aprendizagem nos quais os estudantes compreendam que não estão sozinhos nessa caminhada e que fazem parte de uma comunidade que há tempos luta por liberdade e representatividade, e que muito podem contribuir para o avanço dessas conquistas.

1.2 Contribuições do PROFHISTÓRIA na abordagem de temas sensíveis

Para subverter a ordem hegemônica e apoiar os passos iniciais dos estudantes na construção dos seus projetos de vida, o ensino de história deve promover o reconhecimento de si e da coletividade com a qual o sujeito se identifica para desenvolver sentimento de pertença. Nesse contexto, a abordagem de gênero e sexualidade, fundamentada na narrativa histórica como fio condutor de ideias, revela-se como uma trilha enriquecedora para elucidar as relações entre o passado e o presente. Essa abordagem não apenas amplia nossa compreensão sobre as raízes de preconceitos e violências à comunidade LGBTQIAPN+, mas também nos coloca como agentes na desconstrução de estereótipos. Isso porque a temática de gênero, identidade, valorização da diversidade e dos Direitos Humanos destacam-se como uma marca essencial para a construção da identidade dos estudantes baseada em princípios éticos, democráticos e inclusivos. Por outro lado:

> O tratamento silenciador ou, por vezes, limitado que ocorre em parte das escolas, de certo, levará o aluno a entendê-la como algo negativo ou não natural e somente contribuirá para o fortalecimento da domesticação dos corpos. É preciso ir além. Se, hoje, parte-se da premissa de que se deve formar para a cidadania, que o sujeito deve estar preparado para o trabalho e para a vida em sociedade, é preciso que se trabalhe pela sua emancipação (Azevedo, 2020 p. 228).

O Programa de Pós-Graduação em Ensino de História tem estado particularmente atento às questões sensíveis, como a violência de gênero, o silenciamento de etnicidades e as memórias de períodos autoritários, desafios enfrentados diariamente pelos professores nas escolas. De acordo com Freitas e Oliveira (2022), é evidente a crescente importância atribuída a essas questões no contexto do ensino de História, revelando uma abordagem didática eficaz que combina teoria e prática histórica de forma relevante. As conversas acerca da historiografia, dos métodos históricos, do aprendizado histórico e da identidade do professor têm se tornado mais recorrentes, incluindo agora a diversidade de gênero e sexual.

O ProfHistória, por meio das pesquisas e dos materiais produzidos, tem questionado o distanciamento entre os estudos acadêmicos e os conteúdos envolvidos nos livros didáticos. Esses recursos muitas vezes não refletem as questões sensíveis que emergem no cotidiano das escolas públicas, como a violência de gênero, a LGBTQfobia e a luta pela igualdade. Juliana Teixeira Souza e Margarida Dias Oliveira (2022, p. 6) afirmam que:

> A crítica dos professores universitários ao conteúdo dos livros didáticos de História já não é novidade em nossa área de conhecimento, e entre os principais problemas apontados, destaca-se a distância entre a abordagem de seus conteúdos e aquilo que é produzido na academia. Nem sempre se considera, no entanto, que a forma que o conhecimento acadêmico é produzido e difundido não auxilia os profissionais responsáveis pela produção, revisão e crítica dos livros didáticos, nem tampouco os professores que utilizam os livros, reconhecido como o principal recurso didático disponível nas salas de aula.

Ressalto a contribuição do ProfHistória na produção de estudos e materiais capazes de preencher lacunas nos livros didáticos, especialmente em relação a temas sensíveis que emergem no cotidiano das escolas públicas e que muitas vezes são negligenciados por esses recursos. Essa contribuição permite que outros profissionais possam adaptar as propostas desenvolvidas nas dissertações à realidade escolar, atuando como um facilitador para o trabalho docente. Além disso, nessa dimensão do programa ganha destaque a valorização do profissional docente, ao reconhecer o conhecimento construído a partir de nossas experiências, necessidades e práticas no ambiente escolar.

Nesse sentido, Margarida Dias de Oliveira e Itamar Freitas (2017) observam que esse fenômeno está promovendo uma modificação significativa no domínio da pesquisa sobre Ensino de História, bem como está começando a alterar o perfil da docência em História nas redes públicas de ensino. Dessa forma, a investigação das dissertações já realizadas pode proporcionar uma ampliação do olhar sobre o tema, possibilitando uma reflexão sobre os

avanços já alcançados e identificando áreas que requerem maior investimento, especialmente no que diz respeito à aprendizagem histórica sobre as questões de gênero e diversidade sexual.

Ao realizar busca no banco de dissertações do ProfHistória, verifiquei que, dentre as pesquisas voltadas para as questões de gênero, existe um destaque para história das mulheres, relacionando questões étnico-raciais e história local. Os estudos dialogam com diversas fontes, desde quadrinhos, biografias, história oral e processos crimes, buscando enfatizar o protagonismo feminino na história, perspectiva pouco explorada na sala de aula da educação básica. Esses materiais, produzidos com fins didáticos, têm o propósito de enriquecer o ensino de história ao abordar temas relevantes e pouco explorados nas salas de aula. Os recursos feitos com propósitos pedagógicos acrescentam valor ao ensino da história ao trazer à tona assuntos significativos e pouco estudados em salas de aula.

O ProfHistória avança ao romper com as narrativas cujos protagonistas são quase sempre homens brancos que atuam no centro do poder. Os trabalhos do programa colocam em cena mulheres, negros, indígenas e a história local como possibilidades para transformar as propostas que chegam à escola básica e, particularmente, ao ensino de história. Mas o marcador da heterossexualidade não é posto em questão nessa construção historiográfica e, quando dimensionamos gênero e diversidade sexual, ganha destaque a violência contra as mulheres, um tema relevante, porém mantenedor de um recorte de gênero binário.

Mesmo diante da necessidade de pesquisas e debates que saiam dos muros acadêmicos e cheguem ao chão das escolas básicas, até o ano de 2018 não foi produzido nenhum trabalho no ProfHistória que atendesse a essa demanda. Pesquisas que abordem diversidade sexual, identidade de gênero e sexual, LGBTfobia e protagonismo LGBTQIAPN+ estão ausentes das pesquisas para/na educação básica. É momento de estabelecer um discurso dentro das escolas que legitime a importância de tais debates em uma vertente científica.

Tardiamente, apenas nos últimos anos os professores que ingressam no ProfHistória têm se mostrado mais atentos a esse problema. Em se tratando do estado mais recente das produções que se preocupam em discutir os temas de gênero, diversidade e sexualidade, foram publicadas, entre 2018 e 2021, oito pesquisas. De modo geral, é unânime entre elas o reconhecimento da dificuldade em abordar tais temáticas na escola, assim como o medo do avanço do conservadorismo em nosso país. Apenas uma foi produzida no Nordeste, por José Claudio Leôncio Gonçalves (2018), e as outras oito focam seus estudos no eixo centro-sul do país. Também no Nordeste, é urgente trilhar um longo caminho de reconquistas e conquistas no campo da educação e Direitos Humanos, vencendo a construção o pânico moral que busca

regular os afetos e, assim, garantir o direito de todes permanecerem na escola e serem respeitades pelo que desejam ser.

As pesquisas que analisarei se dividem em duas vertentes: aquelas que se dedicam à formação de professores e aquelas focadas diretamente no trabalho com os estudantes. Entre as dissertações que se dedicam ao trabalho de formação para professores, cito os estudos de Paulo Henrique de Brito (2020) e Fabio da Silva Gomes (2018), que se debruçaram sobre a temática a fim de fornecer subsídios para que os docentes possam lidar com a diversidade presente em suas salas de aula.

Por outro lado, outras pesquisas têm como foco o trabalho com os estudantes. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de José Claudio Leôncio Gonçalves (2018), que optou por trabalhar com alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, e o de Priscila Spindler Corrêa Nunes (2020), que direcionou suas investigações para o Ensino Médio. Algumas pesquisas, como as de Mauri Zanirati Silveira Junior (2021) e Robson Ferreira Fernandes (2021), não apontam especificamente o público-alvo de suas investigações. No entanto, é possível inferir que seus resultados podem ser realizados no trabalho direto com os estudantes.

No campo das dimensões propositivas, destaco duas dissertações que utilizaram produções audiovisuais. Brito (2020) conseguiu realizar um documentário – "Transcidadania no armário" – para demonstrar as histórias de vida e lutas desses sujeitos trans que foram entrevistados ao longo da pesquisa, bem como problematizar a temática da LGBTfobia e promover a inclusão e o respeito à diversidade na educação. Trata-se de um material de apoio para professores da Educação Básica que sensibiliza pela necessidade de garantirmos aos nossos alunos trans o direito à escola, ao nome, ao uso dos espaços. A pesquisa contribui fazendo ouvir os esquecidos e os excluídos, como é o caso das pessoas transgêneros, permitindo que eles narrem suas próprias histórias, lutas e conquistas, proposta que contribuiu na elaboração dos meus objetivos de pesquisa relacionados à construção de espaços de fala na escola.

Fernandes (2021) também realiza uma produção audiovisual e, diferentemente de Brito (2020), utilizou o material produzido pelos estudantes para fazer o debate sobre gênero e sexualidade em uma perspectiva democrática. Usar o material produzido por estudantes para identificar suas angustias e necessidades pode ser uma importante fonte de conhecimento da realidade dos nossos alunos, além de valorizá-los e colocá-los como protagonistas do processo de aprendizagem. A construção do vídeo "Eu, Outro e Nós: os silêncios, as permanências e as transformações do projeto 'Gênero e Diversidade na Escola 2015-2016' na EEBCAL", com a apresentação dos materiais realizados e as entrevistas com ex-alunos do projeto, resgata

narrativas significas de aprendizagens que validam o trabalho para a comunidade escolar que, de início, temia a implantação do projeto por se tratar de temas sensíveis e polêmicos.

A proposta mostra que é possível realizar um trabalho sobre gênero e diversidade na escola de maneira que toda a equipe se sinta segura e confortável e, principalmente, que garanta o respeito a todos, independentemente de seu gênero ou orientação sexual. O vídeo incluiu entrevistas com ex-alunos, professores e gestores que participaram do projeto. A participação ativa e os depoimentos dos entrevistados afirmaram que os estudos de gênero podem ser integrados ao currículo escolar de maneira sensível e empática, proporcionando uma compreensão histórica e didática dessas questões.

Os trabalhos de Gonçalves (2018), Silveira Junior (2021), Nunes (2020) e Gomes (2018) dedicam-se à construção de sequências didáticas. Gomes (2018) tem como objetivo levar para a sala de aula as conquistas e lutas da comunidade LGBTQIAPN+ e fazer com que esses direitos possam ser vividos dentro da escola. Resgatando o estudo realizado por Silva (2013) sobre a representação da homossexualidade nos livros didáticos, o autor constata que não existe silenciamento sobre o tema nos livros didáticos a partir dos anos 2000, de modo que a questão é como essa diversidade é apresentada não contemplando todas as identidades de gênero e orientações sexuais, mostrando que os livros didáticos não auxiliam a discussão sobre diversidade sexual de modo a dar conta da complexidade do tema.

Essa análise aponta caminhos que também proponho seguir, pois é importante que todas as orientações sexuais sejam representadas e reconhecidas. Citar a homoafetividade sem a contextualizar e conceituar de forma adequada pode alimentar as distorções que circulam na sociedade em relação às temáticas de gênero, rotulando pessoas e as colocando no lugar do estranho, caricato e anormal.

Ainda em relação às sequências didáticas, com exceção de Silveira (2021), que organiza sua proposta amparada na BNCC, indicando os objetos de conhecimento a partir dos quais podem ser trabalhados, as demais deixam essa conexão em aberto. Em se tratando dos vínculos com os objetos de conhecimento, observei que muitos trabalhos ainda se concentram em abordar conteúdos relacionados a períodos históricos específicos, como a Idade Média e o Holocausto na Segunda Guerra Mundial.

Diante dessa constatação e reconhecendo a importância dessa seleção, pretendo avançar nessa proposta oportunizando novas relações entre os objetos de conhecimento tradicionalmente abordados no ensino de história e a diversidade sexual e gênero, tendo em vista que essa experiência está presente em todos os tempos históricos e espaços. Sugerir abordagens que desvinculem a temática das questões religiosas e morais, ou ligadas à

violência, pode ajudar a construir um outro lugar de percepção para a diversidade, além do sofrimento e condenação.

Ao analisar as dimensões propositivas disponíveis no banco de dados do ProfHistória, identifico que a abordagem sobre gênero, sexualidade e diversidade no ensino de história ainda não está consolidada como um tema de relevância social. As pesquisas realizadas no ProfHistória e mencionadas anteriormente enriquecem minhas reflexões e me motivam a explorar e contribuir com o já foi produzido, promovendo uma abordagem mais abrangente para que os estudantes, ao conhecerem e compreendem a diversidade dentro de sua constituição histórica e cultural, possam ser mais empáticos e respeitosos.

A problemática pode expandir-se na tentativa de reduzir preconceitos e violências, avançando em direção a um ensino de história mais inclusivo, crítico e comprometido com a promoção da igualdade, da diversidade e do respeito aos Direitos Humanos, atendendo aos objetivos dessa pesquisa. Isso também significa construir conhecimento histórico comprometido com as vidas no plural, respeitando o direito de amar, de ser amado e de resistir. Que segundo Marta Rovai (2021, p. 1204): “Diante destas “circunstâncias da vida”, diante de um mundo que apresenta problemáticas que demandam novas orientações nos modos de agir para que os sujeitos compreendam o que acontece e a si próprios nesse processo, coloca-se a questão da Educação Histórica.”

Diante disso, uma pesquisa que se dedica ao estudo da diversidade, sexualidade e gênero na escola precisa estar atravessada pela dimensão ética, por valores como solidariedade, tolerância e justiça, que embasam os princípios daquilo que compreendo como Direitos Humanos. Os professores devem se perguntar como as narrativas históricas, ao longo do tempo, contribuíram para a construção do ideário a partir do qual a comunidade LGBTQIAPN+ é percebida, representada e tratada pela sociedade, e de que maneira essas narrativas influenciam a vivência, a construção de identidades, o reconhecimento de direitos e a superação das desigualdades e preconceitos enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ na escola.

Por isso, um dos objetivos desta pesquisa é promover a aprendizagem histórica que desnaturalize os conceitos de gênero, sexualidade e identidade, simultaneamente criticando o sexismo e o machismo. Além disso, busca-se desenvolver empatia por meio de evidências históricas que demonstrem como o preconceito e a discriminação prejudicam a cultura da paz e os Direitos Humanos. Essa abordagem inclusiva e contextualizada é alcançada por meio da construção de narrativas que ampliem os espaços para a diversidade e a sexualidade no presente. Dessa forma, enfatizo que a importância de o conteúdo não se resumir apenas à

constatação de sua existência, mas também à maneira como é fundamentado, debatido e aplicado em diferentes contextos e situações do mundo real.

Outro aspecto ainda pouco considerado nas produções do ProfHistória diz respeito aos relatos de violências e de *bullying* cotidianamente vivenciados por alunos que fogem às normativas de gênero e sexualidade nas escolas. Olhar a escola e perceber como essa instituição continua articulando possibilidades que visem controlar os papeis de gênero, negando e discriminando identidades não heterossexuais e violentando aqueles que fogem à norma imposta, é admitir que os silêncios façam com que muitos se eximam da responsabilidade em torno da pauta. Para Diniz (2011, p. 48), a omissão e o silenciamento:

> [...] significam pactuar com a violência exercida contra estudantes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. A escola deve ser também um espaço de formação de cidadania e de respeito aos direitos humanos, assim as (os) docentes devem ser encorajados a assumir sua responsabilidade no combate a todas as formas de preconceitos e discriminação que permeiam o espaço escolar.

Assumir essa responsabilidade se torna urgente diante dos relatos de agressões físicas e verbais, de discriminação no ambiente de trabalho, na escola e até mesmo dentro de suas próprias famílias. Essas ações violentas são impulsionadas por uma tentativa de controle social que atua em várias frentes, ao apresentar como ideal uma única maneira de ser fundamentada em um padrão heteronormativo que desqualifica e inferioriza qualquer pessoa que não atende as normas cisheteronormativa. Como resultado, os jovens LGBTQIAPN+ são colocados em uma posição de vulnerabilidade dentro da escola.

É difícil ser professora dessa população tão vulnerável à violência sexual ao mesmo tempo em que se convive com um avanço de discursos conservadores exigindo que todas suas experiências, medos e desejos sejam silenciados em nome de um moralismo religioso. Não se pode perder de vista que também vivemos em tempos de grandes mudanças de comportamento sociais visíveis em sala de aula. São mudanças perceptíveis nos discursos e comportamentos que os jovens externam em corredores, pátios e salas de aulas, demandando que suas vozes sejam ouvidas e compreendidas nesse mundo repleto de contradições e informações pulverizadas pelas mídias e rede sociais, os quais eles tentam reunir e dar sentido enquanto constroem suas identidades.

Itamar Gonçalves, gerente da ONG “Childhood Brasil”, comenta que crenças pessoais têm justificado a negativa da abordagem desses temas em sala de aula. Isso nos induz a interrogar a razão da temática da sexualidade e gênero ser tão estreitamente vinculada a um viés político. Mas não é de hoje que setores privilegiados produzem e reproduzem uma

cultura política que associa a esquerda no Brasil a símbolos de significação negativa, supostamente vincados por uma espécie de falta de moral (Mariani, 2019).

O governo eleito em 2018 traçou um discurso alinhado à extrema direita, promovendo uma campanha moralista e uma abordagem contundente contra questões de gênero. Essa abordagem defende um padrão heteronormativo, misógino e homofóbico, utilizando estratégias para disseminar pânicos morais, incitar medo, censura coletiva e ódio contra comportamentos considerados proibidos, impuros e profanos. Com a intensificação da polarização política, observou-se a emergência das discussões sobre diversidade sexual e de gênero nas dissertações do ProfHistória. Freitas e Oliveira (2022) destacam a relevância das ideologias, sublinhando a necessidade de que os professores reflitam sobre sua importância e adotem uma postura política comprometida com a luta contra as desigualdades para enfrentar o obscurantismo tanto no espaço público quanto no privado.

Assumir esse posicionamento é trilhar o caminho para a garantia dos direitos básicos dos estudantes, já que o obscurantismo na esfera pública e familiar reflete diretamente na desinformação e na restrição ao pensamento crítico e se manifesta por meio de *fake news*, anti-intelectualismo, censura e intolerância, dificultando o debate aberto e promovendo preconceitos. Diante disso, (re)assumir posicionamentos políticos é vital para um ensino de História que sirva a uma sociedade democrática. Além disso, o raciocínio conservador vai de encontro às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que preza por reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças. De acordo com o documento, é imperativo:

> [...] problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas (Brasil, 2013, p. 16).

A educação conteudista torna os estudantes carentes de orientação em torno de temas que perpassam as questões relacionadas ao exercício da democracia e cidadania, especialmente no que tange às relações de gênero, sexualidade e diversidade dentro e fora da escola. Isso inclui o silêncio sobre as relações de poder que promovem e naturalizam as desigualdades e os preconceitos que violentam os corpos dos estudantes, impedindo até

mesmo o uso de um vocabulário apropriado para o reconhecimento da diferença. Como Paulo Freire (1982, p. 49) destacou, “dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar”. Promover um ambiente educacional que valorize a expressão e a participação ativa dos estudantes, é possibilitar o compartilhamento de perspectivas e vivências e contribuir com a desconstrução de preconceitos.

Engajados nessa luta, docentes operacionalizam o ensino de história para que este se torne um espaço de resistência e de enfrentamento do desafio de educar para a defesa dos Direitos Humanos. A defesa da inclusão da educação sexual nas escolas muitas vezes é recebida com acusações de doutrinação e violência ideológica. A ideia de que temas de gênero e sexualidade na aula de História representam uma tentativa de doutrinação é frequente, mas não deve nos impedir de direcionar esforços para o desenvolvimento de abordagens educacionais que incentivem o diálogo e a compreensão crítica, que deve fazer parte do planejamento das aulas de História.

O papel dessa disciplina é fundamental para ensinar os estudantes a conviver com a diversidade e a se posicionar no mundo. Por meio do estudo das experiências passadas de diferentes grupos sociais, incluindo a comunidade LGBTQIAPN+, os estudantes devem construir empatia e compreensão tanto dos outros como de si mesmos. Além disso, o Ensino de História proporciona uma oportunidade para questionar mitos e narrativas simplificadas, incentivando uma compreensão crítica dos eventos passados e suas consequências.

O Brasil é o país que mais mata homossexuais e transexuais no mundo, de acordo com o levantamento da ONG *Transgender Europemeus* que compôs um relatório anual *Trans Murder Monitoring* (2016), no qual consta que, entre 2016 e 2017, 177 pessoas trans e gênero-diversas foram assassinadas, o que corresponde a 52% do total dessas mortes no mundo. Mesmo diante dessa realidade, a escola tem deixado de problematizar a situação dos jovens que estão sendo vítimas de violência motivada por preconceitos e discriminações de gênero e sexual. Nilson Fernandes Diniz (2011, p. 42) levanta algumas questões em torno das violências vivenciadas por aqueles que expõem suas diferenças no espaço escolar, quando aponta que:

> Na escola o *bullying homofóbico* tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar. Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que

> diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar. (Diniz, 2011, p. 42).

As situações que emergem no espaço escolar ao mesmo tempo em que me desconsertam, também me provocam a sempre questionar os nossos lugares e me permitem ler a corporeidade, não como algo que se cristaliza no tempo, mas sim como (re)tratos que nos dão imagens provisórias e sujeitas a várias formas de leituras, construindo subjetividades. São percepções que me incitam a dialogar com estudantes da educação básica, compreendendo que existe um labirinto multifacetado, que pode nos levar a perceber outras possibilidades, outros devires, outras tramas, evidenciando a complexidade da construção do sujeito social, processo infindável. Frente a isso penso que me cabe, como professora de História, descobrir como sensibilizar e construir valores de respeito e valorização da diversidade por meio de uma reflexão crítica coletiva. Não podemos perder de vista que:

> A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direto à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivoemocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional (Brasil, 2013, p. 19).

Para que a educação possa realmente questionar as desigualdades e garantir o direito à educação para todos, é essencial que implementemos diversas ações como, primeiramente, repensar o currículo para que a diversidade de gênero seja incorporada em todas as disciplinas, havendo inclusão de conteúdos que representem a comunidade LGBTQIAPN+, de modo que todos os alunos se sintam representados e respeitados. Embora alguns progressos já tenham sido feitos na área de humanidades, essa diversidade precisa estar presente em todas as áreas do conhecimento. Além disso, a escola deve assegurar que pessoas trans tenham o direito ao uso do nome social e do banheiro reconhecido, respeitando sua identidade de gênero sem viés religioso ou moral que se sobreponha à lei.

A escola deve promover a visibilidade positiva de figuras históricas e contemporâneas LGBTQIAPN+ nos conteúdos escolares e em eventos, incluindo biografias, conquistas e contribuições de pessoas LGBTQIAPN+ nas aulas e celebrações escolares. Promover momentos de discussão entre a comunidade escolar sobre temas de gênero e sexualidade é fundamental. Esses momentos devem fornecer conhecimento, superar preconceitos e combater o senso comum, ajudando a diminuir a violência, o bullying e ações discriminatórias.

Ao falar sobre gênero, estamos nos referindo aos padrões sociais distintos atribuídos a homens e mulheres e às consequentes disparidades que surgem dessa diferenciação. Essas questões são fundamentais e merecem ser abordadas de forma ponderada e esclarecedora no contexto educacional (Zarbato, 2017). É vital incentivar a escuta atenta dos estudantes, fazendo-os compreender que são parte integrante da escola e que são respeitados e acolhidos em sua diversidade. Construir um ambiente escolar seguro e acolhedor é essencial para o bem-estar de todos os alunos. A escola deve criar espaços seguros para a expressão de opiniões, experiências e identidades diversas, promovendo um diálogo aberto e respeitoso entre os diferentes grupos sociais.

Frente a esse contexto, acredito que um trabalho pedagógico que integra História, Direitos Humanos e diversidade sexual e de gênero deve estar alinhado com as conquistas legais alcançadas pelo movimento LGBTQIAPN+, abordando também as representações de gênero e sexualidade, diferenciando identidade de gênero e orientação sexual, e enfrentando questões como violência de gênero e LGBTfobia. Entende-se, portanto, que reconhecer o papel central da educação na promoção da inclusão e igualdade implica na necessidade de que os currículos escolares abordem de forma sensível e abrangente as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Esta abordagem não só contribui para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, mas também prepara os estudantes para se tornarem cidadãos conscientes e comprometidos com a promoção dos Direitos Humanos em todas as esferas da sociedade. Essa é a luta travada por aqueles que não podem ignorar a persistência da violência e do preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+.

CAPÍTULO 2 – LUTAS E VIVÊNCIAS LGBTQIAPN+: DIREITOS, EDUCAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA

2.1 Conquistas LGBTQIAPN+ e os Desafios na Educação: O Papel do Ensino de História

As conquistas da população LGBTQIAPN+ foram alcançadas por meio da mobilização social e resistência, expressando indignação e lutando pela ampliação do acesso aos direitos de cidadania mediante manifestações culturais e ativismo político. A força do grupo tem sido fundamental, mantendo-se nas ruas para reivindicar o direito de viver livremente e sem discriminação. Essa persistência resultou em mudanças legislativas e sociais significativas (Mota; Pordeus, 2023).

Para a compreensão desse processo numa perspectiva histórica, este capítulo dedica-se a analisar as conquistas no campo do direito, especialmente no que se refere à inclusão de discussões sobre diversidade sexual e de gênero, nas escolas. Avaliando o impacto dessas conquistas e entender o papel significativo da História na superação das desigualdades. contribuindo para compreender como a História desempenha um papel significativo na superação das desigualdades.

A provocação do debate sobre o reconhecimento legal do outro e da diferença demanda uma análise cuidadosa da relação entre diversidade e desigualdades. Nesse sentido, Clodoaldo Meneguello Cardoso (2010) oferece uma contribuição relevante ao destacar que simplesmente promover o respeito à diversidade sem levar em conta as desigualdades preexistentes pode inadvertidamente legitimar tais disparidades e injustiças sociais. Isso, pois confirma que a relação entre diversidade e desigualdade implica uma abordagem crítica das diferenças culturais, sociais e individuais. Assim, o sentido da tolerância deverá emergir da tensão entre identidade e diversidade, que para Cardoso (2010, p. 17):

> Aqui o conceito de tolerância está comprometido com o respeito à diversidade cultural explicitada no mundo contemporâneo e ao mesmo tempo consciente do direito fundamental de cada povo à sua identidade cultural, livre de formas de dominação econômica e ideológica que o excluem de uma vida digna material e cultural.

Essa abordagem não deve ser encarada apenas como mais um conteúdo a ser abordado pelo professor. Trata-se de uma oportunidade de problematizar o perigo constante vividos por sujeitos com precário acesso aos direitos fundamentais de existir e ser reconhecido como

cidadão pleno. Ao agir, professoras e professores necessitam de respeitar e de se nortear pelos princípios fundamentais da Constituição: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, incluindo quilombolas, negros, indígenas, pessoas com deficiência, povos do campo, população LGBT, entre outros (Brasil, 1988).

Histórica e socialmente, as relações homoafetivas foram moldadas por contextos específicos, influenciando preconceitos e normas sociais e jurídicas. Por séculos, a Igreja e o Estado, embasados em princípios morais e religiosos, decretaram a reprovação e punição da homossexualidade, o que poderia ocorrer com maior ou menor vigor dependendo do contexto.

> A verdade é que a civilização sempre precisou de reservatórios negativos que possam funcionar como bodes expiatórios nos momentos de crise e mal-estar, quando então, por um mecanismo de projeção, ela ataca esses bolsões tacitamente tolerados. Em outras palavras, sempre que a minha situação não tem saída, a saída é atacar o mal fora de mim (Trevisan, 2018, p. 21).

O surgimento dos Estados Modernos pouco alterou esse cenário. Continuando o silêncio perante aqueles que divergem da norma cisheteronormativa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, fundamentada em princípios iluministas, refletia uma perspectiva eurocêntrica que moldava a pluralidade humana à imagem do homem europeu. Esse documento proclamava direitos iguais entre semelhantes, ou seja, os homens brancos heterossexuais, ao mesmo tempo em que relegava boa parte da sociedade à margem desses direitos. Esse enfoque limitado não contemplava a diversidade étnica, racial e cultural, perpetuando uma exclusão que persiste até hoje. Destaco a população LGBTQIAPN+ que continua enfrentando desafios jurídicos e sociais significativos, demonstrando que a igualdade proclamada no século XVIII ainda não se concretizou plenamente para todos os grupos sociais.

O ano de 1969 é significativo na história da luta pelos direitos LGBTQIAPN+. Nesse ano, na chamada Rebelião de Stonewall, frequentadores de um bar em Nova Iorque se insurgiram contra a perseguição, criminalização e estigmatização das relações homoafetivas. Esse levante ocorreu em um contexto de ausência de representação política para os homossexuais e sob a vigência de leis homofóbicas. A insurgência refletiu a resistência contra a opressão sistêmica e a demanda por reconhecimento e direitos civis (Maciel; Silva; Brabo, 2017).

Nos EUA, os eventos daquela época levaram ao nascimento de um novo modelo de existência para os homossexuais, baseado no orgulho em vez de na vergonha. No Brasil, essa transformação só ganhou força no final dos anos 1970, com o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e grupos como o "Somos" e o "Grupo Gay da Bahia". Esse avanço foi parcialmente impulsionado pela presença de veículos de comunicação alternativos, a exemplo do periódico "Lampião da Esquina", que tratava de temáticas relevantes para a comunidade LGBTQIAPN+, como a violência, denúncias e questões políticas (Facchini, 2009).

Essas iniciativas ocorreram durante a ditadura militar, momento no qual homossexuais, transexuais e profissionais do sexo eram perseguidos. A censura era tão intensa que, em 1969, o chefe da Censura Federal tomou providências para que homossexuais não fossem exibidos na TV. Era a Doutrina da Segurança Nacional em ação, impondo critérios morais rígidos para "purificar" a sociedade. Avançamos no tempo e, surpresa! A extrema-direita de hoje parece ter tirado uma página do mesmo manual antiquado. A retórica em defesa da "família tradicional" e dos "bons costumes" ressurge agora usada para justificar a repressão e o ódio (Quinalha, 2017).

E, assim, a luta pelos direitos LGBTQIAPN+ continua enfrentando os fantasmas do passado que insistem em assombrar o presente. Com o risco de backlash, já referido nesse texto, os avanços das últimas décadas são colocados em xeque, ameaçando até mesmo a luta pelo direito de viver. O bem jurídico da vida, reconhecido sempre no rol dos principais direitos fundamentais e humanos, é negado a homossexuais, travestis e transgêneros todos os dias no país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo (Nascimento, 2019).

O Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+ foi estabelecido em 28 de junho para relembrar a Rebelião de Stonewall e mobilizar a população para que se dê visibilidade para a defesa dos direitos civis dessa comunidade (Ferrari, 2003). É imperativo considerarmos esse contexto à luz das dinâmicas culturais contemporâneas. A história nos adverte sobre os perigos de perpetuar hostilidades contra os grupos de sujeitos considerados diferentes e nos incita à reflexão sobre a importância da inclusão e do respeito mútuo.

A sigla LGBTQIAPN+ representa a diversidade que compõe a comunidade, originada na luta por Direitos Humanos (Canabarro, 2013). Ao longo dos anos, essa sigla tem passado por transformações significativas, adaptando-se para abranger e respeitar a contínua mudança das identidades de gênero e orientações sexuais. Ela não apenas serve como uma ferramenta inclusiva, mas também como uma poderosa estratégia de resistência contra os rótulos que buscam homogeneizar todas as experiências e relações humanas sob uma única categoria.

Na década de 1980, com a reabertura democrática, os movimentos sociais ganharam força, mas também foram impactados com a explosão da AIDS, de modo que a luta precisava ser reavaliada. Inicialmente, a causa principal foi a batalha pela não criminalização da homossexualidade e a defesa do pleno reconhecimento dos direitos civis dos indivíduos LGBTQIAPN+. Contudo, o movimento passou a buscar formas de sobrevivência e de combate à estigmatização e aos preconceitos associados à comunidade. O objetivo era transformar necessidades em direitos socialmente reconhecidos (Green, 2000).

Nesse contexto, a interseccionalidade surge como uma ferramenta de análise. Ela nos ensina que não podemos examinar essas questões de forma isolada, mas sim compreender como diversos elementos, como raça, etnia, gênero, sexualidade e outros, se sobrepõem, moldando tanto as experiências individuais quanto coletivas. Essa abordagem nos permite uma compreensão de como a opressão e a desigualdade impactam as identidades e vivências das minorias étnicas e racializadas (Junqueira, 2019), como os membros da comunidade LGBTQIAPN+ de classe média nas áreas urbanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, com a rápida disseminação da AIDS, se viram confrontados com um problema antes associado apenas aos gays de camadas sociais mais baixas: a falta de acesso aos direitos sociais.

A expansão dessa agenda abrangeu novas solicitações relacionadas à consolidação da cidadania, buscando a garantia do acesso e da participação em diversas áreas da vida pública, como educação, saúde, emprego e política, com o objetivo de assegurar o pleno exercício da cidadania. Além disso, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, reconhece o princípio da dignidade humana e estabelece como um dos seus objetivos fundamentais a busca do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação, seja por origem, raça, sexo, cor, idade ou outras categorias. Assim, mesmo não tendo sido diretamente mencionados na Carta Magna, esses indivíduos têm assegurados todos os direitos estabelecidos por ela, em conformidade com os direitos fundamentais de cada cidadão.

Compreender o processo de conquistas e avanços no reconhecimento e na luta pelo respeito da população LQBTQIAPN+ ao longo da história respalda o trabalho que o profissional de educação desenvolve em sala de aula junto aos estudantes em relação à temática de gênero, identidade e diversidade, bem como contribui para o acesso de todos os estudantes a essas informações, especialmente importantes entre aqueles que enfrentam vulnerabilidades por ser quem são. E, na compreensão de Vianna (2015, p. 797): “A educação recebeu centralidade estratégica e passou a ser proclamada por diferentes organismos e governos como eixo da produtividade com equidade, difundindo-se a ideia da oportunidade de

acesso como via para a promoção da equidade social, pressupondo igualdade de oportunidade".

No dia 12 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a homossexualidade da lista de desvios e transtornos sexuais do Código Internacional de Doenças (CID). Essa mudança não veio facilmente. Levou tempo e esforço incansável para que a transexualidade também fosse retirada da lista de doenças, o que ocorreu somente em 2018.

A tentativa de recolocar a homossexualidade como uma condição patológica é um retrocesso alarmante e uma ameaça direta aos Direitos Humanos e à dignidade de milhões de pessoas em todo o mundo. O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) proposto pelo deputado federal João Campos em 2011, que visava revogar uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, é um exemplo gritante dessa investida conservadora. Ao tentar enquadrar a homossexualidade e a transexualidade como desvios passíveis de tratamento, tal projeto não apenas perpetua estigmas profundamente enraizados, mas também lança uma sombra sobre a identidade e a autoexpressão de indivíduos LGBTQIAPN+.

Essa proposta legislativa não se limita a uma questão técnica ou política; é uma afronta à própria noção de dignidade humana. Rotular a homossexualidade como anormal e inadequada não apenas marginaliza aqueles que fazem parte dessa comunidade, mas também alimenta um ambiente de intolerância e discriminação. Conforme, como aponta Feitosa (2021, p. 82):

> [...] em um momento em que surgem tentativas parlamentares de repatologizar a homossexualidade através de projetos conhecidos pela militância como a "cura gay". Nesse sentido, a ambiguidade perversa em se manter um organismo de políticas públicas LGBTI+ ao mesmo tempo em que fortes ataques retóricos, políticos e institucionais são desferidos contra a noção de cidadania LGBTI+ não deve enganar e confundir quem luta pelos direitos humanos no Brasil.

Mesmo diante da Resolução de número 01/1999, promulgada pelo Conselho Federal de Psicologia em 1999, que proíbe os psicólogos de praticarem as chamadas terapias de reversão em relação à orientação sexual dos indivíduos, bem como de patologização de comportamentos homoafetivos, ainda existem ações com esse direcionamento. Então, não surpreende que as demandas do movimento LGBTQIAPN+ tenham grande impacto e influência nas discussões políticas no Congresso.

Outra vitória do movimento LGBTQIAPN+ foi a conquista do direito das pessoas trans à cirurgia para adequação do corpo à sua identidade de gênero pelo Sistema Único de Saúde

(SUS), determinada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF/4) em 2007. Adicionalmente, a Portaria nº 1.707, de 18 de agosto, garantiu o acesso integral ao processo transexualizador pelo SUS para indivíduos trans. Esse avanço foi fruto da pressão dos movimentos sociais e revela não apenas progresso legal, mas o reconhecimento da dignidade humana e da autodeterminação. O processo transexualizador engloba uma série de procedimentos e suportes oferecidos à comunidade trans, como uso do nome social e intervenções médicas, como tratamento hormonal e cirurgias de redesignação sexual.

Frente aos impasses no Congresso, a maioria das vitórias desse grupo foi conquistada por meio de decisões judiciais, especialmente vindas do Supremo Tribunal Federal (STF). Em maio de 2011, o Brasil testemunhou uma revolução legal e social quando o Superior Tribunal Federal (STF) reconheceu oficialmente as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, equiparando-as aos direitos das uniões heterossexuais. Apesar da ausência de legislação específica, a jurisprudência afirmou vigorosamente a validade dessas uniões, marcando um ponto de virada na história dos direitos LGBTQIAPN+ no país. No mesmo ano, o STF estendeu ainda mais esses direitos ao oficializar as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares.

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reforçou esse avanço ao garantir que os cartórios realizassem casamentos civis entre casais homossexuais, consolidando assim a igualdade de direitos no âmbito do casamento e da família. Em 2015, o Brasil deu outro salto histórico em direção à igualdade, quando o STF legalizou a adoção por parte de casais LGBTQIAPN+. Essas medidas não apenas redefiniram o cenário legal, como evidenciam que todos os cidadãos, independentemente de quem ama ou de como se identificam, merecem os mesmos direitos e oportunidades.

No Brasil, várias instituições públicas têm garantido o reconhecimento da identidade de gênero e o uso do nome social para pessoas travestis e transexuais. O Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, formalizou esse reconhecimento no âmbito da Administração Pública Federal. Em 2018, o STF decidiu que transexuais e transgêneros podem alterar seus nomes nos registros civis sem necessidade de cirurgia. Desde 2009, o Ministério da Saúde previa o uso do nome social, e em 2013, o ENEM concedeu esse direito.

Sem dúvida, outro passo significativo rumo à igualdade e inclusão, conforme destacado por Mariana Haubert (2012), foi dado em 13 de junho de 2019, com a promulgação da Lei nº 122/06 no Brasil. Essa lei, elaborada para criminalizar qualquer forma de discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas, não é apenas uma peça legislativa, mas uma manifestação de esperança e justiça para aqueles que enfrentam

intolerância e preconceito todos os dias. A relevância dessa conquista não pode ser subestimada. Ao modificar a legislação sobre o racismo para abranger a discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+, a Lei nº 122/06 não apenas ampliou a proteção legal para esses grupos historicamente marginalizados, mas também corrigiu uma exclusão injusta da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Essa mudança reflete um compromisso renovado com os princípios fundamentais de igualdade e dignidade para todos os cidadãos. Ao reconhecer a importância dessa mudança na legislação, devemos também reconhecer o impacto profundo que ela tem na vida das pessoas LGBTQIAPN+.

No entanto, o verdadeiro impacto dessa mudança vai além das palavras. Ele é sentido nas lágrimas de alegria e alívio derramadas por aqueles que finalmente se sentem reconhecidos e validados. Para aqueles que ainda enfrentam o peso do medo e da necessidade de ocultar quem são, essa transformação legislativa representa um farol de esperança. A expectativa é avançar no tempo e na história rumo a uma sociedade na qual todos possam viver sem receios, abraçando plenamente suas identidades sem temerem a discriminação ou o preconceito.

Por outro lado, ainda convivemos com uma realidade preocupante nas escolas. Assim, para que não haja retrocesso, convém revisar a abordagem desses temas tão caros para a sociedade, como diversidade de gênero e sexualidade, que são conteúdos necessários nas escolas de Educação Básica. Seguindo esse pensamento:

> Em relação aos benefícios da educação acerca da diversidade nas escolas, percebeu-se amplo amparo de especialistas, manifestado através de pareceres do Conselho Federal de Psicologia e da Unesco. Tais pontos positivos foram, inclusive, incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo na Constituição da República. Para além disso, nota-se que os Princípios da Yogyakarta, o PNE e o ECA apresentam normas que incentivam a valorização da pluralidade no ambiente escolar (Leal; Ferreira; Escorel, 2022, p. 152).

Lages (2024) expõe uma lacuna alarmante entre a produção legislativa sobre cultura e educação e a realidade nas escolas brasileiras. Embora haja um número significativo de projetos de lei abordando a temática LGBTIAPN+, apenas 3 dos 166, desde 2019, tratam de Cultura e Educação, um total de 1,8%. A análise revela que poucos se concentram em ações concretas para combater a LGBTQIfobia, especialmente no ambiente escolar.

Os documentos normativos que regem a educação nacional muitas vezes omitem temáticas sensíveis devido a uma atmosfera de pânico moral enraizada na sociedade. Esse fenômeno é frequentemente seguido pela propagação da “ideologia de gênero”, tema que suscita intensos debates. No contexto escolar, um ambiente no qual diversas perspectivas

devem ser consideradas, surgem questionamentos sobre o papel dos educadores no processo de formação dos estudantes.

No entanto, é importante ressaltar que o debate não é contra a família; trata-se apenas do direito de considerar outros modelos familiares, pois eles existem. Os conservadores alegam que as pessoas LGBTQIAPN+ representam uma ameaça à sociedade, por supostamente quererem destruir a família tradicional. Porém, estudos históricos revelam que a família é fruto de um processo histórico complexo, com uma diversidade de arranjos que vão além da estrutura nuclear. Defender apenas um modelo de família significa se contrapor à realidade de muitas famílias, alimentando um discurso de ódio que coloca nossas crianças e jovens em situação de perigo.

De fato, uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha (2023) revelou que metade das famílias no Brasil é composta por mães solo, o que indica que o modelo nuclear de família não corresponde à realidade da maioria da população. A luta, portanto, diz respeito a compreender que o movimento LGBTQIAPN+ não é contra a família, posto que defende a aceitação de diferentes formas de organização familiar.

Diante desse panorama, torna-se necessária uma educação que valorize uma ética voltada para a convivência democrática com respeito à diversidade. Essa proposta requer, por parte do professor, uma abordagem crítica das injustiças e desigualdades do passado e de sua contínua reprodução nos dias de hoje, desnaturalizando a relação entre as desigualdades, diversidades e diferenças. Nesse sentido, Carrara (2009) nos instiga a estimular os estudantes a compreender as implicações éticas e políticas de diferentes perspectivas sobre o tema e a formar sua própria opinião. Ao considerar a interseccionalidade entre diversidade e desigualdade, o autor ressalta a importância de refletir sobre as injustiças históricas e estruturais que moldam as relações sociais contemporâneas.

Seguida de uma análise dos avanços conquistados pelo movimento LGBTQIAPN+ na busca pelos direitos fundamentais, torna-se necessário investigar de que maneira a promoção e/ou silêncios acerca da diversidade sexual e de gênero nos documentos educacionais impacta as vivências no espaço escolar. Ao se abordar temas considerados sensíveis na escola, os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre suas próprias atitudes e comportamentos. Conforme destacado por Louro (2009, p. 34): “O fato é que hoje as classificações binárias de masculinidade e feminilidade ou de heterossexualidade e homossexualidade não dão conta das possibilidades de práticas e de identidades experimentadas pelos sujeitos. Isso não significa, contudo, que se transite livremente entre esses territórios.”

A insuficiência de dados sobre crimes contra a população LGBTQIAPN+ no Rio Grande do Norte, revelada pelo 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2023), é uma demonstração clássica de como a invisibilidade pode ser eficazmente utilizada como ferramenta de política pública. Afinal, sem dados, não há como comprovar a existência de um problema. Essa falta de informações completas e precisas dificulta a criação de políticas públicas eficazes. Desde meados de 1990 até o início dos anos 2000, as discussões sobre as relações de gênero gradativamente adentraram as preocupações de educadoras e educadores, desembocando em políticas públicas (Vianna, 2015). Sabe-se que a Lei nº 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece como direito a todas as crianças e a todos os adolescentes o respeito à liberdade, a valorização da tolerância e a proibição da discriminação em razão do gênero ou da orientação sexual, no ambiente escolar.

Os PCNs (Brasil, 1990) introduziram a Orientação Sexual no currículo escolar para ser integrada transversalmente a todas as áreas do conhecimento e, assim, contribuir na prevenção das epidemias de infecções sexualmente transmissíveis, como a sífilis e, posteriormente, o HIV/Aids, bem como os casos de gravidez precoce e/ou não planejadas. No entanto, a falta de investimento na formação de professores limitou sua incorporação. Ademais, os PCNs foram alvo de críticas devido à falta de atenção e de investimento na formação profissional.

Embora contenha aspectos positivos, como a abordagem da orientação sexual, ela se restringiu ao âmbito biológico, deixando de lado discussões importantes sobre as diversas expressões de afetos e sexualidade. Além disso, não houve menção às diversas identidades sexuais e à diversidade de gênero. No entanto, essa abordagem foi realizada predominantemente mediante os temas transversais, os quais não possuem obrigatoriedade e cuja abordagem depende do voluntarismo dos professores, o que limita sua eficácia na prática educativa (Zarbato, 2017).

Em 1994, foram publicadas as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, orientadas pelas indicações da UNESCO e da OMS. O documento defendia a escola como um lugar privilegiado para o debate voltado a educação sexual, embora enfatizasse que a família deveria ser a principal responsável por essa discussão. No entanto, as diretrizes não apresentaram inovações significativas, uma vez que mantiveram a educação sexual restrita à dimensão biológica, focando na educação preventiva de gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Na década de 2000, o projeto “Educação para Todos” estabeleceu metas unificadas para o desenvolvimento da educação no país. Dentre elas, destaca-se a busca pela paridade e igualdade de gênero no âmbito educacional. Esse foi um momento político otimista e

progressista, impulsionado por avanços sociais e democráticos que apoiavam a implementação de ações afirmativas. As conquistas obtidas foram fruto dos esforços dos movimentos LGBTQIAPN+.

Os avanços nesse contexto ganharam destaque em 2004, quando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou o programa "Brasil Sem Homofobia" (BSH). Esse programa visava programar políticas públicas de educação voltadas para a discussão de questões relacionadas ao gênero e à diversidade sexual com o objetivo de promover a redução das disparidades e a consolidação dos direitos sociais, suprindo a ausência da abordagem nos PCNs. Como parte dessas iniciativas, o programa propôs a distribuição de 6 mil "kits anti-homofobia" em escolas públicas de Ensino Médio em várias regiões do Brasil. O material produzido visava desenvolver recursos educacionais como o "Caderno Sem Homofobia", boletins, dados e vídeos.

Todos esses esforços do governo brasileiro foram postos em cheque durante a campanha à presidência de Jair Bolsonaro em 2018, que se concentrou em questões morais e desinformação. Bolsonaro e seus seguidores postaram vídeos nas redes sociais identificando como uma ameaça moral os materiais educacionais sobre sexualidade infantil. Conservadores divulgaram *fake news* sobre a "mamadeira de piroca" e o "kit gay", afirmando as crianças estavam em perigo. A partir desse momento, observou-se uma intensa campanha liderada principalmente por parlamentares religiosos e parte da grande mídia que lhes apoiava, que passaram a rotular o material educativo a ser distribuído pelo Ministério da Educação como "kit gay" (César; Duarte, 2017).

Isso gerou um amplo debate em torno do que foi chamado de ideologia de gênero, afastando-se da proposta de uma educação que promovesse a reflexão sobre as construções sociais e culturais dos papéis de gênero. Esse cenário foi caracterizado por um clima de pânico moral, propagando a ideia de que o referido kit incentivaria práticas sexuais entre crianças e adolescentes, o que levou ao recuo do governo na distribuição desse material em resposta à pressão.

Esse contexto demonstra como, ao tratar do tema de gênero, diversas forças sociais e políticas podem distorcer seu significado e potencialidade educativa. Em vez de promover uma reflexão crítica sobre as construções sociais e culturais dos papéis de gênero, o debate foi desviado para questões polêmicas e alarmistas, minando o propósito original de uma educação inclusiva e capaz de contribuir de forma efetiva para o combate à diminuição das desigualdades.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 também sofreu pressões semelhantes. Os setores conservadores da sociedade brasileira e uma parte conservadora do Parlamento se mobilizaram, junto com grupos religiosos católicos e neopentecostais, resultando na retirada das menções ao gênero e à sexualidade no documento. Essa foi uma tentativa deliberada de evitar a criação de leis que estabelecessem os direitos de aprendizagem relacionados ao combate aos preconceitos e a discriminações sexuais e de gênero (César; Duarte, 2017).

A BNCC, aprovada em 2017, responsável por definir os direitos de aprendizagem de todo cidadão brasileiro, seguiu a mesma linha. De uma forma supostamente neutra, porém ambígua, seus autores optaram por destacar competências como respeito aos Direitos Humanos, ética, compreensão da diversidade e combate ao preconceito. Dito isso, pode-se afirmar que a BNCC abre a possibilidade de práticas inclusivas e democráticas nas escolas, reforçando a importância de não discriminar, não ter preconceitos e de respeitar as diferenças.

A rede de ensino do Rio Grande do Norte desempenhou um papel terminante ao estruturar os objetivos de aprendizagem com base na adaptação destes às peculiaridades regionais por meio do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar. Ao fazê-lo, buscou fundamentar a educação nos princípios da inclusão, conforme explicitado na 6ª competência do referencial. Essa competência preconiza o exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação. Promover uma educação plural, justa e diversa, que resista às investidas conservadoras e mantenha-se atenta às necessidades dos movimentos sociais das minorias de direito parece ser uma preocupação do estado no documento:

> Embora não seja explicitada a temática de gênero e sexualidade entre os temas propostos na BNCC, este Referencial, por considerar de grande importância o estudo destes, orienta que as escolas os insiram na sua proposta pedagógica, uma vez que dizem respeito à educação inclusiva, direito social direcionado para todas as pessoas, indiscriminadamente, e, por conseguinte, discutam a diversidade, e as singularidades dos diferentes grupos sociais, como o da comunidade LGBTQIA+ (Rio Grande do Norte, 2021, p. 28).

Diante de tantos desafios, há muito que fazer. Essa lacuna educacional é evidenciada pelo Anuário da Educação Brasileira de 2021, que revela que apenas 26,1% das escolas possuem projetos voltados para o combate à homofobia, ao passo que um número ainda menor de escolas, 15,8%, desenvolve projetos que visam combater o machismo.

2.2 Para além do que está escrito: vivências e desafios na escola

O silenciamento institucional compromete significativamente a compreensão os conceitos de gênero, sexualidade e orientação sexual, perpetuando visões restritas e estereotipadas que são frequentemente reduzidas a explicações biológicas e naturalizadas pela sociedade. Essa simplificação impede uma análise crítica e abrangente dessas categorias. A escola, como local privilegiado de formação, deve utilizar do acervo científico e pedagógico para abordar questões de diversidade de maneira sistemática e inclusiva. Embora o apoio familiar seja essencial, a desinformação e a violência muitas vezes emanam do próprio ambiente doméstico. Assim, estreitar a relação entre família e escola, fomentando um ambiente de acolhimento, escuta ativa e discussão aberta sobre temas sensíveis, sem temor, contribui para uma educação transformadora (Mota; Pordeus, 2023).

Na E.E.Z.M., a promoção do debate sobre gênero e diversidade sexual evidencia um compromisso substancial da equipe escolar com a inclusão e os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Esse esforço se concretiza na “Semana de Interlúdio”, uma iniciativa que visa estimular a reflexão dos estudantes sobre seus sentimentos e atitudes em relação aos colegas, professores e funcionários, promovendo respeito, empatia e colaboração. Esse evento é realizado no início de cada bimestre e aborda questões sensíveis adaptadas às demandas específicas da escola. Cada área curricular assume a responsabilidade por uma temática, com todos os professores envolvidos na elaboração do planejamento das atividades. As turmas são subdivididas de maneira a garantir que cada série participe, produzindo um resultado que sistematize a aprendizagem. Em 2022, a discussão sobre gênero foi particularmente enfatizada no primeiro bimestre.

A proposta para Ciências Humanas no ano de 2022 foi a inserção de debates sobre diversidade sexual e de gênero em todas as turmas da escola, culminando na construção de um glossário entregue individualmente por cada estudante aos professores responsáveis pela correção. Esse glossário contemplava conceitos como patriarcalismo, machismo, identidade de gênero, sexualidade, feminismo, diferença, sexo, LGBTQIAPN+, orientação sexual, trans e homofobia.

Conduzir a aula sobre gênero e sexualidade na E.E.Z.M. foi uma experiência impactante emocionalmente. A complexidade dos temas abordados, que incluem identidade, trajetórias de vida e conceitos intricados, trouxe uma sensação de segurança inesperada, apesar dos desafios envolvidos. Cada etapa do processo revelou a dificuldade de lidar eficazmente com essas questões. No entanto, alguns colegas manifestaram resistência ao serem confrontados com a

proposta, o que mantém os padrões de controle e submissão às normas sociais. Ao não questionarem os discursos heteronormativos, perpetuam esses padrões como verdades inquestionáveis, fortalecendo a heterossexualidade como norma.

Discutir a formação de identidades, preferências e a construção do eu pode parecer trivial à primeira vista. No entanto, essa autorreflexão sobre sexualidade e a complexa questão de gênero gerou uma combinação de silêncio reflexivo e resistência entre os estudantes. Foi um momento único em que alguns perceberam que estavam contribuindo para uma mudança histórica. Outros começaram a entender que as perspectivas individuais são diversas, que não existe uma única forma de ser, mesmo entre os que se identificam como heterossexuais, e que todas essas diversidades merecem respeito.

A complexidade da construção histórica das identidades e orientações sexuais exige uma educação escolar que promova a reflexão crítica e o questionamento de normas sociais, medido por um processo educacional contínuo e dinâmico. Optei por uma abordagem inicial que se revelou eficaz, pois os estudantes demonstraram um entusiasmo notável em aprofundar seu entendimento sobre o tema. Suas contribuições ultrapassaram minhas expectativas iniciais, que eram modestas devido à idade e ao contexto educacional. Esperava menos engajamento e mais resistência, principalmente por se tratar de uma turma do Ensino Fundamental na qual a abordagem de questões de gênero e sexualidade costuma ser considerada controversa. Esse ceticismo também pode ser atribuído ao receio que tinha de os estudantes se posicionarem frente às polêmicas nas redes sociais e na mídia relacionadas ao tema.

No entanto, a superação dessas expectativas pode ser atribuída à animação dos estudantes em discutir essas temáticas. Os estudantes não apenas participaram das discussões, mas se envolveram de forma crítica e reflexiva, confrontando suas próprias visões e experiências, inclusive questionando atitudes machistas e preconceituosas vivenciadas em seus lares. A presença de um aluno trans na turma foi tratada com respeito e inclusão, sem sinais de desconforto. Esse ambiente contrastou fortemente com a reação por parte de alguns colegas, os quais expressaram desconhecimento e insegurança sobre como abordar o tema na presença de alunos trans.

Essa experiência demonstrou, ainda, que discutir gênero e sexualidade na escola transcende a mera transmissão de conhecimento; é um convite para os estudantes se reconhecerem e reconhecerem o outro, apreciando a riqueza e complexidade da diversidade humana. Apesar das dificuldades e frustrações, cada momento de descoberta e compreensão torna o processo significativo, reforçando a ideia de que a educação é, acima de tudo, um ato

de transformação e acolhimento. Em um momento particularmente marcante, uma estudante, com a voz trêmula, compartilhou como sempre se sentiu diferente por não se enquadrar nas expectativas tradicionais de feminilidade. Sua história foi recebida com um silêncio atento.

Outro estudante mencionou que ao ouvir as experiências dos colegas, começou a perceber a profundidade das questões de gênero e a importância do respeito a quem é diferente dele. No entanto, um estudante trans não se sentiu confortável para falar de si. Esse contexto gerou uma expectativa em mim, mas também uma convicção de que o caminho estava sendo construído com cuidado, e que a segurança proporcionada pelo ambiente escolar era essencial para encorajar a plena expressão desse e de outros estudantes.

O processo de implementação dessas discussões foi um impulso para meu próprio crescimento como professora. Como docentes, devemos promover uma educação histórica que permita aos estudantes interpretar o mundo com base no conhecimento que produzem. Para isso, preciso explorar a diversidade sexual e de gênero, especialmente em situações que evidenciem sexismo, LGBTQIfobia, machismo e misoginia. Em vez de me limitar a reprimir comportamentos inadequados, é essencial que eu aproveite esses momentos para estimular um diálogo.

Embora os estudantes não tenham manifestado discursos explicitamente machistas ou preconceituosos, a construção de argumentos sólidos em defesa da diversidade de gênero ainda se mostrou um desafio. Ao serem questionados sobre a não naturalização dos gêneros, os estudantes, em sua maioria, limitaram-se a afirmar a liberdade individual de escolha, sem aprofundar em discussões sobre construção social, estereótipos ou desigualdades de gênero. É importante destacar que essa é uma turma de 8º ano e os alunos ainda estão em processo de formação de seus conceitos, valores e crenças. A complexidade do tema exige um amadurecimento gradual, e a ausência de preconceitos explícitos já representa um avanço significativo na construção de uma visão mais inclusiva e respeitosa sobre diversidade de gênero e sexualidade.

Na E.E.Z.M., no âmbito das Ciências Humanas, observa-se uma consistente iniciativa em promover o debate sobre questões de gênero e sexualidade, apesar da resistência de alguns membros do corpo docente. Os planejamentos pedagógicos são meticulosos, visando proporcionar um espaço inclusivo que valorize as diversas vozes dos alunos e promova a multiplicidade de perspectivas. Nas escolhas de disciplinas eletivas e das trilhas de aprofundamento, priorizam-se temas relacionados a gênero, raça e diversidade sexual, refletindo um compromisso contínuo com a inclusão e a equidade.

Entretanto, apesar dos progressos alcançados, há áreas que demandam atenção e aprimoramento na E.E.Z.M. A sensibilização de docentes e demais funcionários emerge como uma necessidade premente para assegurar um ambiente escolar inclusivo e seguro para todos. Infelizmente, ainda ocorrem incidentes em que discursos proferidos por membros do corpo docente assumem um viés pejorativo, reforçando estereótipos e preconceitos. Lamentavelmente, ainda ocorrem situações em que discursos proferidos pelos membros do corpo docente têm um viés pejorativo, reforçando estereótipos e preconceitos. Expressões como “eu até respeito, mas pedir para discutir isso já é demais”, em referência a questões de diversidade, revelam uma resistência à mudança e um desconhecimento acerca das especificidades das identidades plurais.

Também percebo casos em que o aluno trans é mencionado de forma inapropriada, utilizando termos como “aquele menino, que é menina”. Além disso, estudantes com características femininas são rotulados de maneira depreciativa, como “aquela mocinha”. Além disso, a utilização de pronomes e adjetivos inadequados para se referir a estudantes trans e aqueles que não se enquadram nos padrões de gênero normativos demonstra uma falta de respeito e sensibilidade. A naturalização de tais práticas, muitas vezes justificada por discursos machistas, religiosos ou heteronormativos, reforça um sistema de opressão que precisa ser combatido. Afirmações como “é assim mesmo, é machista. A mulher foi feita para o homem e vice-versa, isso é o normal” ilustram uma visão binária e hierárquica dos gêneros, ignorando e desvalorizando a rica diversidade que existe além dessas normas tradicionais. E nesse momento percebo minha omissão, pois esse seria um excelente momento para dialogar sobre essas questões de gênero e sexualidade. Falhei com meus colegas, com meus alunos e estou aqui me desafiando a aprender para construirmos juntos outros discursos e ações positivas nas escolas que atuo.

No que concerne ao uso do nome social, os estudantes têm esse direito assegurado pela Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 1, de janeiro de 2018. Atualmente, contamos com três alunos trans, cujos nomes sociais estão devidamente registrados nas fichas individuais, e o corpo docente recebe orientações para sempre respeitá-los. Até o momento, não houve registros oficiais de recusas por parte de professores ou funcionários, tampouco denúncias de qualquer tipo de violência. De acordo com a CNN (2022), observou-se um aumento de 300% no uso do nome social nas escolas públicas ao longo da última década, o que representa uma conquista significativa para aqueles que buscam ser reconhecidos em conformidade com sua identidade de gênero.

No entanto, em relação ao uso de banheiros, a solução encontrada foi disponibilizar um banheiro específico para estudantes que não se sentem seguros em utilizar o banheiro comum da escola. Esse é um passo importante para a garantia dos direitos, no entanto, é necessário um trabalho mais aprofundado para assegurar que os estudantes possam utilizar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero. Conforme relatado pela diretora, denúncias são frequentemente feitas quando alunos trans utilizam o banheiro comum, e ela declarou que não abordará essa questão até que haja uma mobilização por parte dos pais. Isso denuncia um projeto escolar que ainda reproduz a cisheteronormatividade, negando o direito à subjetividade e ao acesso igualitário aos espaços da escola, marcados pelo binarismo de gênero. Dessa forma, exclui e retira a possibilidade de espaços seguros para estudantes dissidentes.

A busca incessante por reconhecimento e respeito por parte dos estudantes ocorre em meio a um cenário permeado pela discriminação e pelo silêncio. O simples ato de chamar os alunos para a chamada em sala de aula torna-se um momento carregado de estresse, despontando a gravidade das agressões verbais e físicas enfrentadas diariamente pelos estudantes. A questão do uso dos banheiros na escola exemplifica uma forma significativa de discriminação e destaca a falta de compreensão e respeito pela diversidade de identidades de gênero. A ausência de políticas claras e inclusivas nesse aspecto pode contribuir para o agravamento do estigma e para a exclusão de estudantes trans e de gênero não-binário. Portanto, a escola E.E.Z.M precisa desenvolver estratégias eficazes para garantir o acesso igualitário aos banheiros, respeitando a autodeterminação de gênero de cada estudante.

A trajetória do movimento LGBTQIAPN+ tem sido marcada por conquistas notáveis na promoção da inclusão dos estudos de gênero e diversidade sexual na educação básica do Brasil. Esses avanços são respaldados pelos documentos que orientam o sistema educacional do país, apesar das controvérsias geradas por grupos conservadores. Esses grupos se opõem à visibilidade e valorização das narrativas positivas não apenas para a comunidade LGBTQIAPN+, mas também para mulheres, negros e indígenas. Tal resistência é motivada pela intenção de preservar estruturas que perpetuam o *status quo* e de evitar mudanças que possam desafiar sua posição de privilégio. Como resultado, o acesso a direitos já reconhecidos pelo estado permanece precário.

A análise de Feitosa (2021) sobre a desinstitucionalização das políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+ corrobora essa preocupação, demonstrando os desafios enfrentados por essa população. O movimento LGBTQIAPN+ alcançou uma série de conquistas que intervém na dinâmica escolar, direcionando gestores e professores a

reconhecerem os estudantes com o direito ao uso do nome social, ao uso de banheiros em conformidade com sua identidade de gênero, ao uso de roupas que correspondam a essa identidade e a contestação das violências sofridas devido à homofobia. A ausência de estruturas de proteção e promoção de direitos contribui não apenas para o enfraquecimento desses direitos, mas também para a perpetuação de hierarquias sociais e a marginalização cidadã dos membros LGBTQIAPN+. Esse contexto gera incertezas, acrescentando uma camada de vulnerabilidade a uma comunidade já sujeita à discriminação e preconceito.

A educação sexual começa em casa, mas a escola também tem responsabilidade nesse ensino e deve ir além das definições biológicas de gênero e considerar a diversidade de identidades e orientações sexuais. A intervenção pedagógica do ambiente escolar tem o intuito de culminar em conhecimentos relacionados ao corpo do indivíduo e a sua sexualidade, visto que são temas relevantes e refletem a vida de todos os estudantes. Nesse sentido, a escola deve promover debates a respeito da diversidade humana e favorecer assim a reflexão sobre a liberdade de expressão (Cavalcante; Silva, 2015).

Uma experiência nesse sentido ocorreu em outubro de 2023 numa trilha de aprofundamento que compõe os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio[12], ministrada pela colega de área Karla Michele de Oliveira, professora de Sociologia[13]. Nas unidades curriculares sob responsabilidade de Sociologia, a professora conduziu discussões que exploraram os seguintes objetos de conhecimento: reconhecimento de identidades, interseccionalidade, corpo político, gênero, violência, saúde, orientação sexual, movimentos sociais (feminismo, negro, LGBTQIAPN+), estereótipos e desigualdades. Para a construção do conhecimento, foram propostas atividades diversificadas, incluindo a produção de glossários, textos autorais, mapas mentais, seminários e entrevistas.

Destaco, dentre essas atividades, a realização da roda de conversa intitulada “Mulheres Além do Tempo”, que contou com a participação de palestrantes representantes do movimento LGBTQIAPN+, uma mulher trans e professora, e uma profissional feminina que ocupa posições historicamente associadas ao sexo masculino, sendo motorista de ônibus e caminhoneira. Esse momento oportunizou a participação e o envolvimento dos estudantes. Alguns destacaram não conhecer a existência do movimento LGBTQIAPN+ no estado e ficaram curiosos para saber como estava organizado. Trazer uma professora trans para

[12] No contexto do Referencial Curricular do Rio Grande do Norte, as trilhas de aprofundamento são parte integrante dos Itinerários. Permitem aos estudantes do Ensino Médio aprofundar seus estudos em áreas específicas de interesse, complementando a formação geral básica.

[13] , Karla Michele de Oliveira, professora de Sociologia, que gentilmente abriu as portas de sua sala de aula para a minha pesquisa, dispondo todo seu material de planejamento que são fontes dessa pesquisa.

compartilhar sua trajetória, desafios e conquistas foi uma forma de representar que podemos ocupar todos os espaços, que não existem lugares fixos para homens, mulheres, gays, lésbicas, e muito menos profissões que possam ser exclusivas de uns ou de outros.

Além disso, foi proposta uma exposição dedicada a mulheres inspiradoras, por meio da produção de cartazes e colagens. Essa atividade foi divulgada nas redes sociais da escola, incluindo o *Instagram*, e despertou diversos tipos de reações. Algumas das críticas direcionadas à exposição focaram em figuras como Marielle Franco e Maria da Penha, questionando a pertinência dessas mulheres como exemplos a serem seguidos. Houve quem argumentasse que suas trajetórias não seriam as mais adequadas para servir de referência para os estudantes. Essas divergências de opinião revelam diferentes perspectivas sobre o conceito de "mulher inspiradora". Ao passo que a proposta da exposição era valorizar a luta por direitos e a resistência contra a violência, algumas opiniões expressas nas redes sociais demonstraram uma visão alternativa sobre os atributos e trajetórias que devem ser destacadas no papel das mulheres na sociedade.

Outro ponto que ganha valor nessa observação é a relação entre o movimento feminista e a estigmatização que ele frequentemente enfrenta, exemplificada pela rotulação de feministas como lésbicas, estratégia que busca deslegitimar tanto o movimento feminista quanto a comunidade LGBTQIAPN+. Feministas são julgadas por sua sexualidade, destacando um preconceito que considera determinadas orientações sexuais como não legítimas e sem valor. Tal associação errônea obscurece a diversidade de identidades no feminismo e a interseccionalidade das opressões de gênero, que afetam mulheres de todas as orientações sexuais. Ao reduzir o feminismo à sexualidade, ignora-se a luta mais ampla por justiça social e igualdade de gênero.

Destaco que todas as opiniões expressas durante a roda de conversa e em relação à exposição foram respeitadas como parte do processo de diálogo e reflexão. Entretanto, entendemos que é fundamental confrontar e desconstruir visões estereotipadas sobre o papel das mulheres na sociedade, reconhecendo a importância e a relevância de figuras como Marielle Franco e Maria da Penha, que lutaram pelos Direitos Humanos e pela igualdade de gênero. Para além das discordâncias, o momento levantou questões como violência, desigualdade de gênero, desigualdade social, preconceito e medo, que circularam pela escola e estimularam discussões importantes entre os estudantes. A cada fala, apresentação e texto lido, a emoção tomava conta de mim. Observar a segurança dos estudantes nas apresentações, a vontade de compartilhar suas experiências, e como aquela oportunidade contribuiu para a

construção de suas identidades, foi algo notável. E conforme uma aluna expressou: “a trilha dá importância a nossas falas, ao que vivemos”.

O planejamento da trilha de aprofundamento em Sociologia, com sua ênfase em corpos minoritários e marginalizados, oferece uma rica oportunidade para explorar a história das lutas sociais e políticas que moldaram as realidades contemporâneas. Atividades como a produção de textos autorais e a realização de seminários podem ser alinhadas com a análise de documentos históricos, discursos e movimentos sociais. A interdisciplinaridade entre Sociologia e História permite uma abordagem mais holística e crítica, capacitando os estudantes a reconhecerem e questionarem as estruturas de poder e opressão que impactam suas vidas e identidades. Tal qual nos desafia Margarida Dias (2020, p. 160), “[...] estou partindo desse princípio e defendendo que para além da escrita crítica da história possamos contribuir para rediscutir os poderes que engendram essas histórias únicas e nos perguntar se estamos dispostos a tentar ou, pelo menos, reduzi-los.”

Em vista disso, ganha relevância a importância de as professoras e os professores de História incorporarem essa temática ao currículo, buscando minimizar a associação equivocada desse debate a um viés puramente biológico. Conforme apontado por Ribeiro e Souza (2003), essa visão ainda permeia a abordagem em boa parte das escolas que se propõem a discutir sexualidade e gênero.

Nesse sentido, minha atenção voltou-se para a abordagem da temática de gênero e diversidades sexual, e busco aqui refletir sobre como esses docentes conduziram suas atividades e de que maneira a escola e os estudantes assimilaram essa perspectiva ao longo da trilha. O objetivo central foi compreender as necessidades tanto dos estudantes quanto dos professores em relação às temáticas de gênero, educação sexual e sexualidade.

A dinâmica desenvolvida pela professora Michele, que envolveu trabalhos com textos autorais, música e a produção de *SLAM*, parece ter desempenhado um papel decisivo ao abrir caminhos para essa aproximação e sensibilização dos estudantes. Mesmo assistindo apenas à aula de sociologia, a produção dos produtos e exposições reflete o esforço coletivo da área como um todo. Destaca-se aqui a angústia expressa por alguns colegas durante o desenvolvimento do trabalho que reclamaram da falta de tempo para produção de materiais e, em alguns casos, da falta de empenho de alguns em qualificar o trabalho sobre a temática.

Durante a observação das seis aulas e exposições da trilha de aprofundamento confirma a importância da autonomia e do diálogo para a construção de um conhecimento significativo, explorar conceitos como feminismo, raça, gênero e misoginia, como se verificou nos materiais produzidos ao final da trilha. A escolha livre da trilha, aliada a uma abordagem

pedagógica que estimula a reflexão crítica e a participação ativa, permitiram aos estudantes a apropriação dos conceitos estudados e o estabelecimento de relações com suas próprias experiências de vida. A participação das estudantes que se declararam feministas e contestaram a matriz heteronormativa demonstra a relevância da temática para a construção de suas identidades e para a compreensão das desigualdades sociais. Ao problematizarem a invisibilização do trabalho doméstico e de cuidado, as estudantes contribuíram para a desnaturalização de relações de poder historicamente construídas.

A prática pedagógica observada aproxima-se dos princípios defendidos por bell hooks (2012), demonstra um forte compromisso com a construção de um espaço educativo democrático e inclusivo. Na sala de aula, a escuta atenta, o respeito mútuo e a valorização da diversidade de ideias criam um ambiente propício para a aprendizagem colaborativa e a construção de conhecimentos significativos. A abordagem pedagógica libertária proposta por hooks (2012) contribui para estabelecer um ambiente educacional que promove a liberdade, a igualdade e o empoderamento dos alunos. Essa metodologia colabora significativamente para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na transformação social. Esses aspectos se tornam evidentes nas aulas à medida que os estudantes demonstram autonomia ao articularem contextos políticos e sociais.

Entretanto, mesmo em um ambiente que deveria ser propício à diversidade e ao respeito, como é o ambiente escolar, percebo que na E.E.Z.M ainda é evidente que o corpo docente tende a limitar e minimizar a importância dos diálogos sobre gênero e diversidade sexual. Um dos argumentos levantados pelos professores é a suposta falta de material didático adequado, justificando que os livros disponíveis para as redes públicas são frequentemente carentes de abordagens que contemplem essas a diversidade sexual e de gênero.

De acordo com estudos no campo no ensino, desde 2000 há inserção de novos temas nos livros didáticos, ainda que inicialmente de maneira discreta. Contudo, a menção a termos como “homossexual”, e “homofobia”, quando era feita, ocorria de maneira estereotipada, contribuindo para reforçar preconceitos. Isso foi explicitado por Marcia Barbosa Silva (2013), que analisou livros didáticos de história distribuídos pelo Programa Nacional de Livro didático (PNLD) tendo como recorte temporal os anos 2005-2011, período marcado pela promoção de políticas públicas de valorização e respeito às diversidades sexuais, como o programa “Brasil Sem Homofobia”, de 2004, e o Plano Nacional para Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), de 2008.

Durante esta pesquisa, contemplei as lutas enfrentadas pelas vozes marginalizadas, em particular as da comunidade LGBTQIAPN+, dentro do contexto escolar, e a resistência

poderosa que enfrentam. O preconceito, a discriminação e a invisibilidade social que experimentam revelam uma estrutura de poder que busca restringir a diversidade. Essa realidade não apenas me comove profundamente, mas também me motiva a instigar meus colegas professores de História a unir nossas vozes e enfrentarmos juntos este desafio. O diálogo emerge como uma necessidade existencial, permitindo não apenas a denúncia das estratégias do sistema de dominação, mas também a abertura para novas perspectivas na reconstrução coletiva da História. Diante disso, as aulas de História devem ser um espaço no qual a liberdade de expressão seja valorizada e diversas narrativas se entrelacem.

O termo doutrinação, frequentemente utilizado como arma contra a suposta influência de agendas feministas e LGBTQIAPN+ nas escolas, é um conceito amplo e controverso. Oliveira e Freitas (2022) exploram como nós, professoras e professores de História, somos rotulados como doutrinadores. Tal retórica insinua a existência de uma agenda oculta destinada a promover identidades de gênero não conformistas, consideradas por alguns como afrontas aos valores tradicionais. Circula um medo de que possamos influenciar crianças e adolescentes a adotarem identidades LGBTQIAPN+, feministas ou outras, uma ameaça à ordem social estabelecida, levantando questões sobre o que é considerado normal e aceitável em nossa sociedade.

No contexto do debate pedagógico contemporâneo, o jornal “Tribuna do Norte”, em maio de 2021, apresentou uma revelação de impacto social significativo: para a população LGBT de Natal, é mais seguro estar na rua do que em casa. O recente estudo do “Observatório LGBT” de Natal expõe uma realidade paradoxal: 32% dos indivíduos LGBTQIAPN+ relatam enfrentar violência em seus lares, percentual que surpreendentemente cai para 21% nas vias públicas. Luana Soares, coordenadora do Centro Municipal de Cidadania LGBT, detalha a diversidade de formas de violência enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+, que abrange desde discriminação até a negação do uso de seus nomes sociais e agressões de diversas naturezas. Outro dado alarmante diz respeito à saúde mental: em 2020, 25% dos entrevistados admitiram ter pensamentos suicidas. Destes, 16% foram vítimas de violência e 9% tentaram tirar suas próprias vidas.

A vivência na E.E.Z.M. é um testemunho da diversidade que caracteriza nossa sociedade. Como professora, minha responsabilidade é incitar meus estudantes a se reconhecerem como sujeitos históricos, produtores de conhecimento, saberes e histórias. Meus alunos, em sua maioria, não correspondem a um ideal padronizado. Eles são negros, periféricos, LGBTQIAPN+, mães solos, adolescentes que trabalham para sobreviver, pessoas com deficiência, mulheres, e muitos dependem do lanche escolar como sua principal refeição

do dia. É desses sujeitos que ouço histórias de luta e angústia por serem quem são. São eles que constituem o espaço escolar. E é para eles, e com eles, que meu posicionamento ganha sentido.

Minha forma de resistir ao obscurantismo, como discutido por Freitas e Oliveira (2022), é subverter a lógica tradicional. Se a História é uma ciência que nos permite localizar no tempo, que esse tempo seja dedicado a garantir uma vida digna para todos. Enquanto houver um único indivíduo marginalizado por essa lógica, estarei firme, posicionando-me por mim, por eles, por nós. Meu compromisso é criar um espaço onde cada estudante se veja refletido e respeitado, onde a educação não apenas informe, mas transforme. Em uma sociedade que frequentemente tenta silenciar a diversidade, minha missão é amplificar essas vozes, garantindo que a escola seja um lugar de acolhimento e empoderamento para todos. Enquanto houver um único indivíduo fora dessa lógica estarei firme, posicionando-me por mim, por eles, por nós.

Você já ousou desafiar o silêncio de seus estudantes hoje?

CAPÍTULO 3 – "CORES DA HISTÓRIA: EMPATIA, RESISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LGBTQIAPN+ EM DIFERENTES ESPAÇOS E TEMPOS"

Você já imaginou como seria trazer à tona as vozes que o silêncio esconde e sentir o vibrante pulsar da diversidade em um currículo muitas vezes monocromático? Este produto didático apresenta o planejamento de sequências didáticas para o Ensino Médio intitulada "Cores da História: Empatia, Resistência e Valorização da Diversidade LGBTQIAPN+ em diferentes Espaços e Tempos", é composto por um plano de curso detalhado e quatro sequências didáticas interconectadas desenvolvidas no âmbito do ProfHistória/UFRN. Sua proposta visa transformar a sala de aula em um espaço de diálogo, respeito e valorização das diferenças, abordando historicamente as experiências LGBTQIAPN+ e sua relevância para a formação de sujeitos críticos e cidadãos.

O ensino de História, frequentemente marcado por uma narrativa tradicional e hegemônica, apresenta-se como um campo potente para a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Este material reconhece que as relações de gênero e sexualidade são construções sociais e culturais, moldadas por dinâmicas históricas que precisam ser problematizadas e reavaliadas. Assim, busca-se ampliar a perspectiva de professoras e professores, oferecendo ferramentas didáticas que possibilitem o reconhecimento e a valorização das identidades e vivências LGBTQIAPN+ como parte da diversidade histórica e cultural das sociedades humanas.

A diversidade sexual e de gênero é uma constante na trajetória humana, mas paradoxalmente essas experiências foram marginalizadas ou silenciadas ao longo dos tempos. Integrar as temáticas de gênero e sexualidade ao currículo representa um passo significativo para a Educação em Direitos Humanos, na construção de um ambiente educacional que valoriza a diversidade. Compreender essas relações é vital para desconstruir preconceitos e promover o respeito às diferenças, além de lutar contra as opressões. Paulo Freire (2001, p. 20), ao abordar a educação como uma ferramenta de transformação social, afirma que:

> Pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa, sua força, como costumo dizer, reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais "redondo", menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade.

Elaborar este material foi um desafio. Pensado para docentes que atuam no Ensino Médio, as sequências didáticas que o integram exploram a importância da diversidade de gênero e sexualidade na escola, especificamente nas aulas de História, bem como a forma como essas experiências se manifestam em diferentes épocas e culturas. Mais do que um manual a ser seguido, o produto didático é uma fonte de inspiração que deve ser adaptada e reinventada conforme as possibilidades e características do contexto escolar.

3.1 Justificativa e Contextualização

A necessidade de criar este material surge de duas frentes. Primeiramente, da urgência vivenciada pelos estudantes que, no cotidiano escolar, enfrentam a diversidade sexual e de gênero sem o devido suporte educacional. Em segundo lugar, do desafio que se estende aos professores, que muitas vezes se veem desamparados diante da escassez de materiais que integrem sistematicamente essas agendas no ensino de História. A educação conteudista ainda predomina, deixando os estudantes sem orientação sobre temas essenciais para o exercício pleno da democracia e da cidadania.

Diante desse cenário, a escola precisa problematizar a situação dos jovens que são vítimas de violência motivada por preconceitos de gênero e sexualidade. Nilson Fernandes Diniz (2011) destaca a gravidade do *bullying* homofóbico que resulta em evasão escolar e até em tentativas de suicídio entre adolescentes. Dados recentes reforçam essa urgência. Pesquisas como a da “Ação Educativa” e “Cenpec” apontam que a maioria dos brasileiros defende a inclusão de temáticas sobre gênero e sexualidade na escola, tanto para promover a inclusão quanto para prevenir abusos (Abe, 2022). Contudo, a formação de professores(as) nem sempre contempla essas demandas, deixando-os sem preparo para lidar com questões complexas que emergem no cotidiano escolar.

Organizado em quatro sequências didáticas a disciplina está fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2018, na BNCC e na Lei nº 13.415/17, que orienta a reforma do Ensino Médio e os Itinerários Formativos. As Unidades Curriculares Eletivas que integram a parte flexível do currículo proposto pela BNCC e pelo Referencial Curricular Potiguar abordam explicitamente as questões de diversidade sexual e de gênero, bem como as representações da comunidade LGBTQIAPN+, embora ausentes na BNCC.

PLANO DE CURSO

Disciplina: Cores da História: Empatia, Resistência e Valorização da Diversidade LGBTQIAPN+ em diferentes Espaços e Tempos.

Carga Horária: 11 aulas de 50 minutos

EMENTA

Conceitos de gênero, sexualidade, heteronormatividade e Direitos Humanos; empatia e solidariedade como valores; reconhecimento e respeito à individualidade e às diversidades; história e direitos da população LGBTQIAPN+; desigualdades, fobias e violências de gênero e sexualidade.

COMPETÊNCIAS BNCC e REFERENCIAL CURRICULAR POTIGUAR

A disciplina articula as competências gerais e específicas da BNCC e do Referencial Curricular Potiguar, promovendo o desenvolvimento aprendizagens que possibilitem a análise de contextos históricos e sociais com ênfase na empatia, no respeito à diversidade e nos Direitos Humanos.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

COMPETÊNCIA 9

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos Direitos Humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

COMPETÊNCIA 5

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

● (EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.
● (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
● (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

COMPETÊNCIA 6

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
● (EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

REFRENCIAL CURRICULAR POTIGUAR

(RNCHHIS003) Dominar procedimentos através de questionamentos, investigações, pesquisas, análises e confrontações entre realidades sociais de diferentes tempos e espaços.
(RNCHHIS004) Questionar e debater – a partir dos conhecimentos prévios – como historicamente os direitos têm sido conquistados nos últimos séculos, confrontando sociedades e épocas.

(RNCHHIS011) Identificar, diferenciar e analisar as lutas e conquistas por direitos presentes no cotidiano dos estudantes.

(RNCHHIS022) Participar, pessoal e coletivamente, de debates públicos de maneira consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e a seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

(RNCHHIS053) Selecionar, utilizar e analisar de forma crítica e reflexiva documentos de natureza diversa: fotografias, obras de arte, caricaturas, quadrinhos, filmes, músicas, textos literários e teatrais, propagandas e digitais das diversas práticas sociais e individuais em diferentes tempos e espaços históricos.

(RNCHHIS059) Conhecer e analisar sociedades historicamente construídas, modo e estilo de vida, valores, condutas, crenças etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, assim como, identificar ações que promovam os Direito Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

OBJETIVO GERAL

Promover, por meio do ensino de história, uma prática pedagógica que valorize a empatia, o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos com foco no reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, combatendo preconceitos, estereótipos e discriminações que fragilizam o bem-estar e o acesso aos direitos de cidadania.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A proposta pedagógica aqui delineada se concretiza em quatro sequências didáticas compostas por onze aulas de 50 minutos. As sequências abordam os seguintes temas e conteúdos:

1. Gênero: Rótulos ou Identidades? Quem Somos e Quem Fomos no Brasil Colonial

Análise das representações históricas de gênero e sexualidade no Brasil Colonial e suas conexões com as desigualdades que persistem na contemporaneidade. A Inquisição e as resistências à normatização da vida privada. As desigualdades e violências contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

2. Vidas Visíveis: Sexualidade, Diversidade e Resistência na Ditadura

Reconhecimento da repressão e as resistências da comunidade LGBTQIAPN+ no contexto da Ditadura Militar.

3. Silenciar Agressores e Libertar Crianças: Abuso Sexual no Afeganistão e no Brasil

Análise histórica das formas de abuso sexual infantil no Afeganistão e no Brasil. Direitos humanos e proteção às crianças.

4. A História das hijras na Índia e o Reconhecimento da Transgeneridade

Análise da diversidade de gênero por meio da trajetória histórica das Hijras na Índia e suas implicações na compreensão da alteridade em contextos diversos. Alteridade e o convívio com a diferença.

METODOLOGIA

O desenvolvimento das sequências didáticas será orientado por uma abordagem pedagógica fundamentada em metodologias ativas. Essa abordagem será realizada por meio do acesso a informações, da análise de fontes históricas e de debates promovidos em cada encontro (Lovato et. al., 2018; Moran, 2018; Masetto, 2003). Os seguintes princípios orientam a aplicação das metodologias:

1. **Participação ativa**: estudantes envolvidos diretamente na construção do conhecimento.
2. **Reflexão crítica**: integração de atividades que promovam a análise de contextos sociais e históricos.
3. **Inclusão e diversidade**: abordagem de questões de gênero e sexualidade como eixo central para a formação cidadã.
4. **Autonomia**: incentivo à pesquisa e à resolução de problemas de forma colaborativa.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

As estratégias são integradas de forma a contemplar os objetivos gerais e específicos da disciplina:

1. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)

- Envolve a apresentação de situações-problema, as quais a e o docente incentivam a investigar, discutir e propor soluções;
- Alinhada às competências (RNCHHIS003 e EM13CHS502), a ABP promove a análise crítica e a formulação de estratégias colaborativas para compreender e problematizar questões históricas e sociais.

2. Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj)

- A e o docente estimulam a conexão entre teoria e prática por meio de projetos interdisciplinares como a produção de materiais visuais ou campanhas educativas;
- Relacionada às competências EM13CHS501 e RNCHHIS022, promove a construção de conhecimento significativo e o desenvolvimento da autonomia.

3. Instrução por Pares (*Peer-Instruction*)

- Incentivar a troca de conhecimentos entre os estudantes, promovendo a construção coletiva do aprendizado, por meio do diálogo e da escuta atenta, tendo a e o docente como mediadores desses debates e articuladores de problemáticas, "[...] o professor circula pela sala, incentivando discussões produtivas e conduzindo o pensamento dos estudantes" (Lovato, et al, 2018, p. 164);
- Relaciona-se à competência RNCHHIS053 ao estimular a interpretação e análise colaborativa de fontes históricas, como textos, imagens e registros.

4. Sala de Aula Invertida (*Flipped Classroom*)

- Os estudantes são orientados pela professora e pelo professor com materiais a serem lidos em casa e dedicam o tempo de aula à aplicação prática, como debates e dinâmicas em grupo;
- Fortalece competências como EM13CHS503 ao incentivar o aprofundamento do conhecimento e a aplicação prática em contextos históricos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser articulada pela professora e pelo professor como uma ferramenta para revisar o processo de ensino-aprendizagem, analisando se as estratégias empregadas alcançaram os objetivos propostos. Recomenda-se que as e os docentes ampliem as possibilidades de avaliação, contribuindo para a construção de competências e para o desenvolvimento da capacidade de os estudantes agirem no mundo reconhecendo a diversidade sexual e de gênero como parte de uma construção social e cultural. Essa abordagem deve promover uma compreensão empática e valorativa, enfrentando desigualdades que comprometem a democracia e os direitos fundamentais.

A orientação é que as e os docentes também observem como os estudantes demonstram empatia, respeito à diversidade e valorização das identidades de gênero e sexualidade em diferentes contextos. Além disso, devem-se avaliar a interação com os colegas e as respostas a situações de preconceito e discriminação. A avaliação destacará a construção de valores éticos e o respeito aos Direitos Humanos, alinhando-se às competências propostas no plano de curso.

A avaliação será contínua e diversificada, integrando diferentes tipos de avaliação para acompanhar e promover o desenvolvimento dos estudantes. Serão utilizados os seguintes tipos de avaliação:

1. **Avaliação Diagnóstica**: aplicada no início das propostas, visa identificar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre gênero, sexualidade e diversidade. Essa etapa permite ao professor planejar estratégias pedagógicas adequadas às necessidades da turma;
2. **Avaliação Formativa**: realizada ao longo das sequências didáticas, tem como objetivo monitorar o progresso dos estudantes. Serão considerados critérios como participação ativa em atividades investigativas, discussões e debates guiados, análise crítica de documentos históricos e engajamento nas produções finais, incluindo os verbetes do “Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade”;
3. **Avaliação Somativa**: conduzida ao final do curso, avaliará a capacidade dos estudantes de estabelecer conexões entre contextos históricos e a contemporaneidade, bem como a colaboração em grupo, as reflexões críticas e o comprometimento com as atividades propostas, como a organização e apresentação de produções coletivas.

SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

1. Gênero: rótulos ou identidades? Quem Somos e Quem Fomos no Brasil Colonial -

Esta sequência didática analisa as representações históricas de gênero e diversidade sexual no Brasil Colonial e suas conexões com as desigualdades contemporâneas. Em um contexto no qual apenas 26,1% das escolas possuem projetos voltados ao combate à homofobia e 15,8% abordam o machismo (Brasil, 2021), torna-se urgente inserir esses debates nas aulas de história. O objetivo é criar um espaço pedagógico que questione as relações de poder e normatividades cis-heteronormativas, promovendo a escuta e o reconhecimento das identidades LGBTQIAPN+ ao longo do tempo, enfrentando temas e conceitos muitas vezes considerados sensíveis.

Os conceitos de gênero e sexualidade, frequentemente vistos como polêmicos ou sensíveis, são relegados ao domínio do senso comum e dos preconceitos quando ignorados no ambiente escolar. Essa ausência reforça estigmas, perpetua desigualdades e limita a compreensão dos estudantes sobre essas construções como fenômenos históricos e sociais. O ensino de história tem o papel de desconstruir essas noções, apresentando gênero e sexualidade como categorias dinâmicas, moldadas por disputas de poder e influências culturais ao longo do tempo. Ao fazer isso, os estudantes podem compreender que identidades de gênero não são fixas, mas fluidas e relacionais, sendo impactadas por contextos históricos e culturais específicos.

A identidade de gênero, que se refere à percepção que a pessoa tem de si mesma, é distinta da expressão de gênero, relacionada às formas como ela se apresenta socialmente. Assim, ao passo que o sexo é uma característica biológica, o gênero é uma construção social. Como aponta Jesus (2012, p. 8), “[...] o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente”. A compreensão desses conceitos é essencial para desvendar como as desigualdades de gênero e sexualidade se sustentam e para fomentar o respeito às diversidades.

Os pilares do patriarcalismo e do machismo, como destaca Saffioti (1987), estruturam uma sociedade na qual o poder masculino é privilegiado à medida que a educação machista perpetua estereótipos e legitima a desigualdade de gênero. Essas dinâmicas, historicamente naturalizadas, precisam ser abordadas no ambiente escolar para desestabilizar normas que restringem corpos e comportamentos. Ao desvelar essas estruturas, os estudantes podem

reconhecer que práticas de dominação masculina são produtos históricos, não universais ou inquestionáveis. Essa análise também permite compreender como os mecanismos de exclusão e discriminação foram operados ao longo do tempo para restringir direitos e criar desigualdades.

Nas aulas de história, temas como gênero e sexualidade oferecem a oportunidade de explorar como as identidades são construídas em diferentes contextos culturais e históricos. Por meio da análise de documentos históricos, a professora e o professor podem evidenciar que as normas de gênero foram e continuam sendo instrumentos de manutenção de poder e desigualdade. A lógica sexo-gênero, ao legitimar a heteronormatividade, limita as possibilidades de existência e reforça um sistema patriarcal que define relações sociais e culturais.

Diante desse panorama, urge questionar: como essas questões se manifestam na escola? Que espaços sociais ocupam as pessoas transgênero, não binárias, lésbicas, gays e todas aquelas que não se conformam à matriz binária? Compreender a construção das identidades de gênero serve para entender a base das desigualdades de gênero e como a dominação masculina moldou as sociedades ao longo do tempo. Esse entendimento nos permitirá identificar e questionar as atitudes e comportamentos que perpetuam a desigualdade e a violência de gênero, transformando nossas práticas pedagógicas em instrumentos de inclusão e justiça.

COMPETÊNCIAS

Esta sequência didática foi planejada para explorar as competências e habilidades que favorecem a reflexão crítica e o desenvolvimento de empatia em temas relacionados à diversidade sexual e de gênero. Ao abordar as normas históricas e culturais que moldaram as representações de gênero no Brasil Colonial, os estudantes são desafiados a reconhecer as dinâmicas de poder que sustentam as desigualdades. A escolha das habilidades prioriza a análise crítica de fontes históricas, a desconstrução de preconceitos e a promoção de valores éticos.

Competência Geral da Educação Básica:

- Competência 9

Justificativa: estimular propostas que promovam a escuta ativa e o diálogo entre os estudantes, incentivando-os a compreender e valorizar as narrativas históricas de grupos marginalizados como os da comunidade LGBTQIAPN+ e a refletir sobre as consequências do preconceito e da discriminação no contexto atual.

Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

- EM13CHS502

Justificativa: as propostas devem conduzir os estudantes a relacionarem as normas de gênero impostas no Brasil Colonial com as contemporâneas (respeitando as devidas temporalidades), incentivando debates que problematizem as continuidades e rupturas na construção social de gênero e promovam ações de enfrentamento à desigualdade e ao preconceito de gênero e sexualidade atual.

- EM13CHS503:

Justificativa: análise de documentos históricos da Inquisição que evidenciem formas de violência contra comportamentos considerados desviantes, estimulando a reflexão ética e a construção de propostas para combater preconceitos e discriminações no ambiente escolar.

Referencial Curricular Potiguar:

- RNCHHIS003:

Justificativa: provocar nos estudantes a investigação acerca das influências das normas religiosas do Brasil Colonial na formação de identidades de gênero e as relacionar à realidade atual utilizando o método histórico.

- RNCHHIS059:

Justificativa: incentivar a análise crítica de representações históricas de gênero por meio de fontes variadas, como quadrinhos sobre Xica Manicongo[14], relacionando essas análises ao combate às desigualdades de gênero e à promoção de práticas inclusivas na escola.
Duração: Três aulas de 50 minutos

Descrição da Proposta

Esta sequência didática é organizada em três encontros de 50 minutos cada cuja finalidade é promover uma análise crítica e reflexiva sobre as construções sociais e históricas dos papéis de gênero com ênfase na influência das normas religiosas e culturais que moldaram essas construções ao longo do tempo.

No primeiro encontro, os estudantes investigarão as normas de gênero utilizando como fonte livros didáticos, documentos religiosos e debates sobre a influência da Igreja Católica na construção de identidades de gênero. O segundo encontro aborda a história de Xica Manicongo, uma figura emblemática do Brasil colonial que desafiou as normas de gênero da época. Os estudantes analisarão quadrinhos sobre Xica e discutirão questões relacionadas às construções históricas de gênero com as questões atuais. No terceiro encontro, os estudantes construirão espaços de reflexão e denúncia de práticas discriminatórias por meio de um mural de denúncias para sensibilizar a comunidade escolar sobre questões de preconceito e exclusão.

O ponto de partida para o estudo será a experiência de Xica Manicongo, acusada de sodomia e denunciada à Inquisição. A análise dessa figura servirá como um fio condutor para explorar como as normas religiosas, especialmente aquelas derivadas da Bíblia e reforçadas pela Inquisição, moldaram as percepções de gênero e sexualidade naquela época.

A sequência didática, portanto, não se limita a um estudo passivo do passado, mas busca ativar a consciência crítica dos estudantes, incentivando-os a se posicionarem contra as injustiças e a promoverem uma cultura de inclusão e respeito. Por meio da combinação de análise histórica, debate crítico e produção criativa, os estudantes desenvolverão mecânicos

[14] Xica Manicongo, registrada como Francisco, representa um marco fundamental na história da luta por direitos e reconhecimento de identidades não normativas no Brasil. Escravizada do Congo, viveu em Salvador no final do século XVI e desafiou as rígidas normas de gênero impostas pela sociedade colonial ao se recusar a conformar-se ao gênero masculino. A experiência de Xica nos revela a complexidade das opressões sofridas pelas pessoas escravizadas que se cruzavam com as imposições de gênero e sexualidade. Sob o jugo da colonização portuguesa e da Inquisição, a identidade de Xica era vista como uma ameaça à ordem social estabelecida. Ao resistir a essas imposições, Xica não apenas desafiou as normas de gênero, mas também questionou as relações de poder e as hierarquias sociais da época. A história de Xica é um testemunho da capacidade humana de resistir e transformar as realidades. Ao trazer essa narrativa para a sala de aula, podemos estimular nossos alunos a refletir sobre as diversas formas de opressão e a importância da luta por direitos e reconhecimento.

para reconhecer e questionar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades de gênero e a discriminação em suas várias formas.

Conteúdos

Esta sequência didática aborda o Brasil Colonial como recorte temporal e espacial, analisando as representações de gênero e sexualidade sob a influência das normas religiosas e culturais da época. A partir da experiência de Xica Manicongo, os estudantes terão a oportunidade de investigar como as práticas sociais e legais, baseadas em normas religiosas, moldaram identidades e perpetuaram a exclusão de grupos marginalizados.

O estudo enfatiza a atuação da Igreja Católica como agente central na construção de uma visão de mundo cis-heteronormativa, utilizando a Bíblia e documentos da Inquisição como fontes históricas. Essas fontes revelam como as normas religiosas influenciaram a estrutura social e legal, sustentando relações de poder que reforçaram desigualdades de gênero e sexualidade. Ao explorar essas questões, os estudantes serão incentivados a compreender a diferença entre os conceitos biológicos de sexo e as construções culturais e sociais de gênero.

Além disso, a sequência didática investiga o conceito de modernidade e as lógicas de exclusão que surgiram com a expansão europeia e as reformas religiosas. Essas dinâmicas foram exportadas para as colônias, impondo padrões de controle social e moral que contribuíram para a marginalização de identidades dissidentes.

Esta sequência didática não apenas desafia as concepções tradicionais sobre gênero, frequentemente projetadas em moldes rígidos e binários, mas também representa uma oportunidade para inserir essas temáticas nos conteúdos tradicionais da disciplina História. Ao abordar assuntos que foram silenciados, a sequência promove uma compreensão crítica e abrangente das construções de gênero ao longo do tempo.

Objetivos

- **Reconhecer** como o conceito de gênero foi construído pela cultura cristã ocidental, diferenciando-o do conceito biológico de sexo, e compreender a influência da cultura oficial nas normas sociais e práticas legais no Brasil colonial;
- **Identificar** representações de gênero e sexualidade nas fontes históricas e culturais, promovendo a capacidade de relacionar documentos históricos aos contextos socioculturais que os produziram;

- **Descrever** os processos históricos que moldaram as normas de gênero e sexualidade, com base na análise de fontes documentais, como registros da Inquisição e escritos religiosos, promovendo reflexões sobre as influências culturais e religiosas;
- **Avaliar** as estruturas de poder, como o patriarcalismo e o machismo, e sua perpetuação histórica no Brasil colonial, problematizando como essas estruturas ainda reverberam no presente reforçando desigualdades de gênero;
- **Criar** produções autorais, como murais ou projetos reflexivos, que promovam a inclusão de grupos marginalizados nas narrativas históricas, destacando conexões entre passado e presente e incentivando uma visão mais inclusiva e crítica sobre gênero e sexualidade.

Estratégias

1. Encontro - Tempo estimado: 50 minutos – Professora e professor, a proposta sugerida está organizada para três aulas.

Primeiro momento - (20 minutos) - Investigação inicial e levantamento de hipóteses

No primeiro encontro, propõe-se uma investigação em grupo com os estudantes, utilizando a metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). A e o docente atuarão como mediadores, incentivando os estudantes a explorar materiais disponíveis na sala de aula, como livros didáticos, com o objetivo de compreender como as normas e papéis de gênero eram representados no Brasil colonial. A questão central que orienta essa análise é: como as normas sociais de gênero foram historicamente construídas e quais grupos foram excluídos ou marginalizados?

Durante a atividade, em grupo, os estudantes registrarão as hipóteses levantadas em tabelas ou resumos estruturados em seus cadernos. Além disso, coletarão imagens e destacarão trechos textuais que evidenciem os comportamentos esperados de homens e mulheres no período analisado. Espera-se que consigam refletir também sobre a invisibilidade de outras identidades.

Perguntas projetadas pelo professor ajudam a guiar essa investigação e a levantar questionamentos iniciais sobre as normas culturais, o papel da Igreja Católica e os fatores que influenciaram a construção das diferenças de gênero:

Como homens e mulheres são representados nos livros? Você encontrou quais outras expressões de gênero? Se não, elas existiam? 3. Quando falamos sobre comportamentos e aparências, nem todos os homens e todas as mulheres no Brasil colonial pensavam, agiam e se vestiam da mesma forma. Quais diferenças poderiam haver e quais fatores deveriam interferir nas diferenças? A Igreja Católica era uma instituição importante na época. Como você descreveria seu papel? Existe alguma relação entre as normas da Igreja e os comportamentos sociais daquela época?

Os grupos anotarão as hipóteses construídas em seus cadernos, coletando imagens e trechos textuais que serão os dados levantados para alimentar o debate guiado pelo professor.

Segundo momento (15 minutos) – Análise de fontes religiosas

Para conectar a investigação inicial às práticas culturais e religiosas da época, a professora e o professor apresentarão aos estudantes trechos da Bíblia[15]. Propõe-se que os estudantes analisem trechos selecionados (Fonte 1) e identifiquem-nos como documentos da cultura cristã ocidental que moldaram normas sociais e reforçaram desigualdades no Brasil colonial para responder à questão: como os textos religiosos reforçaram normas de gênero no Brasil colonial?

Em seguida, a e o docente explicam que, embora a Bíblia seja um texto sagrado para muitas pessoas, ela será analisada como uma fonte histórica que influenciou práticas sociais e leis da época. Durante essa análise, também conduzida pela metodologia da ABP, os estudantes serão estimulados a diferenciar o conceito de gênero, entendido como construção social, do conceito biológico de sexo, utilizando a metodologia de Instrução por Pares, na qual a escuta atenta, a construção e a troca de acontecimentos é mediada pelos docentes.

Então, devem-se distribuir fichas de leitura (Ficha 1) que auxiliarão os estudantes a identificarem passagens bíblicas que reforçam papéis de gênero tradicionais e excluem ou marginalizam identidades dissidentes, como as da comunidade LGBTQIAPN+. A atividade

[15] Trecho retirado do site: https://www.bibliaonline.com.br/nvi/1co/11. Acesso em: 30 jun. 2024.

visa à construção de uma base de conhecimentos prévios[16] e ao início de uma discussão sobre as normas sociais do período. Esse momento não apenas estimula o olhar crítico sobre a história, mas também busca construir uma base de conhecimento que será essencial para os debates posteriores.

Terceiro momento (15 minutos) – Debate guiado:

Nesta etapa, os estudantes discutirão os dados das investigações e as hipóteses realizadas. O objetivo é conectar as normas de gênero históricas às desigualdades contemporâneas.

A e o docente conduzirão a discussão propondo perguntas que estimulem conexões, por exemplo: como as normas de gênero identificadas nos livros didáticos se relacionam com os preceitos religiosos apresentados na Bíblia? De que forma a Igreja Católica influenciou a construção de identidades permanentes para homens e mulheres?

A mediação dos docentes incentiva os estudantes a expressarem suas ideias e a conectarem as informações levantadas. Durante o debate, os estudantes devem reconhecer como a imposição de identidades fixas e a exclusão de outras formas de expressão de gênero consolidaram estruturas sociais que ainda hoje marginalizam aqueles que não se conformam às normas. Para contextualizar o próximo encontro, introduz-se o conceito de sodomia, explicando que será aprofundado na próxima aula com novas fontes de pesquisa.

2. Encontro - Tempo estimado: 50 minutos

Primeiro momento (15 minutos) – Pesquisa inicial sobre sodomia:

No segundo encontro, o foco se ampliará para abordar questões mais específicas e aprofundadas sobre o conceito de sodomia e as identidades dissidentes no Brasil colonial, partindo do tema introdutório levantado no primeiro encontro. A professora e o professor introduzirão o conceito, que havia sido mencionado no encontro anterior, incentivando os estudantes a investigar seu significado. A questão norteadora será: o que era considerado "sodomia" no Brasil colonial e como isso moldou práticas sociais e legais?

[16]Jörn Rüsen (2010) nos instiga a adotar uma concepção de didática da história que considere as necessidades dos estudantes e suas carências de orientação no tempo, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e diversidade.

Usando dispositivos móveis, os grupos buscarão definições e as registrarão em seus cadernos, conectando o termo às práticas sociais e religiosas do período. Nesta etapa, a e o docente utilizarão da Aprendizagem Baseada em Problema (ABP) e da Instrução por Pares para promover discussões colaborativas entre os estudantes, incentivando a troca de ideias e a construção conjunta do conhecimento.

Segundo momento (15 minutos) – Análise da HQ sobre Xica Manicongo

A segunda parte do encontro terá como objetivo analisar uma HQ que narra a história de Xica Manicongo (Valença, 2022). A atividade tem como objetivo identificar representações de gênero e sexualidade em fontes históricas e culturais, promovendo a capacidade de relacionar documentos históricos ao contexto sociocultural em que foram produzidos.

O material será disponibilizado digitalmente e os estudantes trabalharão em grupos, utilizando fichas de leitura (Ficha 2) que destacam aspectos visuais e textuais das HQs. Espera-se que os estudantes reconheçam que identidades transgêneras e dissidentes existiram e resistiram desde o período colonial. Isso os conduzirá a compreender que as normas de gênero e sexualidade são construções sociais que podem e devem ser questionadas para promover o reconhecimento e a valorização da diversidade.

Além disso, os grupos realizarão uma pesquisa adicional sobre os conceitos de transgeneridade e sobre o Tribunal da Inquisição, conectando essas ideias aos eventos históricos apresentados. A professora e o professor, utilizando-se da aprendizagem por problematização, direcionarão a questão norteadora: como as identidades de gênero foram (e ainda são) compreendidas e representadas ao longo do tempo?

Para sistematizar a pesquisa, o professor pedirá que os estudantes façam conexões entre suas anotações e os conceitos de sodomia, transgeneridade e o Tribunal da Inquisição. Essa socialização é importante para que os estudantes compreendam como as pessoas que não se adequavam às normas eram tratadas no Brasil colonial.

Terceiro momento (20 minutos) – Sistematização e debate coletivo:

A professora e o professor mobilizarão um debate coletivo no qual os estudantes compartilharão suas pesquisas e trarão suas posições em relação à história de Xica Manicongo, questionando: existiam pessoas como Xica Manicongo que desafiam as normas

de gênero? Existe alguma semelhança entre as representações de gênero atribuídas a homens e mulheres no Brasil colonial e as atuais? E, por fim, vocês conhecem pessoas que desafiam os padrões de gênero construídos para homens e mulheres e que sofreram violência ou preconceito por isso?

3. Encontro – Tempo estimado: 50 minutos – Construção do produto resultante das produções da sequência – Denúncias de Preconceito

Primeiro momento (35 minutos) – Produção do mural "Denúncias de Preconceito"

A professora e o professor iniciarão a aula explicando a proposta "Dia da Denúncia do Preconceito". Neste momento, deve-se valorizar a criação de espaços de reflexões e denúncias de práticas discriminatórias, afirmando-se: hoje vamos expressar nossas reflexões sobre preconceito e discriminação inspiradas pela história de Xica Manicongo e pelas discussões anteriores[17].

A estratégia utilizada será a da Aprendizagem Baseada em Projeto (ABPj), valorizando a produção autoral com base no conhecimento construído ao longo dos três encontros. Será apresentada como uma oportunidade para os estudantes compartilharem suas próprias vivências ou observações de preconceito, direcionando suas denúncias para situações que envolvam discriminação de gênero, identidade trans, orientação sexual, entre outras formas de exclusão. Os estudantes serão divididos em grupos e orientados a criar cartazes que denunciem práticas preconceituosas vividas ou observadas, sem utilizar linguagem agressiva, mas sim com o objetivo de sensibilização. Cada cartaz deverá conter:

- Um título impactante que capture a essência da denúncia;
- Uma breve descrição da situação de preconceito vivida ou observada;
- Reflexões sobre como essa experiência impacta a vida das pessoas envolvidas.

Os grupos serão supervisionados de modo a garantir que os conteúdos sejam apropriados e respeitosos.

[17] As reflexões de Jörn Rüsen (2007) sobre a Didática da História, entendida como a ciência da aprendizagem histórica, podem ser aplicadas de maneira muito eficaz em uma aula sobre diversidade de gênero e identidade no Ensino Básico. A ideia central é usar o pensamento histórico para ajudar os estudantes a orientarem sua compreensão sobre si mesmos (identidade) e suas ações no mundo (práxis).

Segundo momento (15 minutos) – Organização do "Dia da Denúncia do Preconceito"

Uma vez prontos, os cartazes serão expostos em um mural central na escola, criando um espaço onde todos os membros da comunidade escolar possam ler e refletir sobre as denúncias apresentadas. Esse mural constituirá parte de um evento maior, o "Dia da Denúncia do Preconceito". Outras turmas serão convidadas a contribuir, registrando relatos ou reflexões adicionais, ampliando o impacto da atividade e fortalecendo o diálogo sobre diversidade.

Avaliação

A avaliação da sequência didática será contínua e formativa, estruturada para fornecer subsídios, promover reflexões e ajustes no processo de ensino-aprendizagem. Ela servirá como ferramenta para acompanhar o progresso dos estudantes em relação aos objetivos estabelecidos, verificando o desenvolvimento de competências como análise crítica de mudanças e permanências históricas relacionadas às normas de gênero e sexualidade, além da construção de relações empáticas e respeitosas. A avaliação será realizada em etapas específicas, com objetivos claros para cada momento:

1. Primeiro Encontro: Investigação Inicial

Avaliação Diagnóstica: focando nos registros escritos e nas hipóteses iniciais levantadas pelos estudantes. Observação direta da participação em grupo e análise dos registros escritos (mapas conceituais, tabelas ou resumos). O estudante deve demonstrar engajamento ao contribuir com a pesquisa inicial, elaborar hipóteses e conectar as normas históricas às práticas sociais.

2. Segundo Encontro: Análise Crítica e Produção Coletiva

Avaliação Formativa: considera o uso das fichas de leitura, a análise crítica das fontes e a colaboração nas discussões. O estudante deve identificar representações históricas de gênero, colaborar nas análises e relacionar as fontes aos conceitos trabalhados.

3. Terceiro Encontro: Produção Final e Reflexão

Avaliação Somativa: inclui a produção dos cartazes e a reflexão coletiva, avaliando a integração dos conteúdos e a conexão com os objetivos gerais da sequência. Participação no "Dia da Denúncia do Preconceito". O estudante deve criar um texto coerente e reflexivo, contribuindo para sensibilizar a comunidade escolar.

RUBRICA PARA AVALIAÇÃO

Indicadores	Deficiente	Regular	Bom	Muito Bom
Participação nas atividades em grupo.				
Leitura e análise crítica de documentos históricos.				
Colaboração e respeito no trabalho em grupo.				
Levantamento de hipóteses e registro de ideias.				
Produção do produto final (cartazes, debates etc.).				
Relacionar os temas históricos às questões contemporâneas.				

Fonte 1

Trechos da Bíblia
Timóteo 2:11-13: A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva.
Levítico 20:13: Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue é sobre eles.
Gênesis 19:4-5: Ainda não se tinham deitado, quando os homens daquela cidade cercaram a casa, desde os moços até os velhos, todo o povo de todos os bairros. E chamaram a Ló, e disseram-lhe: Onde estão os homens que à noitinha entraram em tua casa? Traze-os fora a nós, para que os conheçamos.

Deuteronômio 22:5: Não haverá traje de homem na mulher, e nem vestirá o homem roupa de mulher; porque, qualquer que faz isto, abominação é ao Senhor teu Deus.
Levítico 18:22: Não te deitarás com homem, como se fosse mulher; é abominação.
Coríntios 14:34-35: As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas, como também ordena a lei. E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja.
Gênesis3:16: E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.
Coríntios 6:9-10: Não sabeis que os injustos não herdarão o Reino de Deus? Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas.

Fonte: https://www.bibliaonline.com.br/nvi/1co/11. Acesso em: 30 jun. 2024.

Ficha 1

Ficha 1: Leitura dos trechos da Bíblia: análise crítica dos papéis de gênero.
O que você entende por “gênero” e “normas sociais”?
Como o trecho bíblico apresenta a relação entre homem e mulher?
De que forma a masculinidade é descrita no trecho bíblico?
Como o trecho aborda a questão da sexualidade, especialmente em relação à homossexualidade?
De que maneira você acha que esse trecho poderia ter sido usado para justificar as normas sociais e práticas legais na época?
Quais são as possíveis implicações dessas normas para a sociedade atual?

Ficha 2

Ficha 2: Leitura da História em Quadrinhos
Quem foi Xica Manicongo?
De que forma a identidade de Xica Manicongo desafia as normas de gênero estabelecidas?
O que aconteceu com Xica Manicongo por viver de acordo com sua identidade de gênero?
Como as acusações de “sodomia” refletem o controle sobre o corpo e a sexualidade na época?
Quais são as semelhanças entre a história de Xica Manicongo e as normas religiosas da

Inquisição?
Como as normas sociais e religiosas sobre gênero e sexualidade, presentes na história de Xica Manicongo, ainda podem ecoar na sociedade contemporânea?
Como os quadrinhos que mostram Xica ajudam a entender as ideias de gênero e sexualidade da época?

3.2 Vidas Visíveis: Sexualidade, Diversidade e Resistência na Ditadura

A sexualidade é uma dimensão profunda e multifacetada da existência humana, que transcende o ato sexual e se entrelaça com o cuidado de si, o respeito pelo outro e a construção da identidade. Ela molda a forma como nos percebemos e como somos percebidos na sociedade. No entanto, vivemos em uma sociedade na qual a heteronormatividade, essa presunção que coloca a heterossexualidade como a única orientação sexual válida e natural, impõe limites rígidos e binários. Essa visão, ao reduzir a sexualidade a uma norma, acaba por ignorar e marginalizar as infinitas formas de expressão do amor e de identidade sexual.

Nas escolas, a sexualidade muitas vezes se torna um tema tabu, o que contribui para a exclusão de estudantes que não se encaixam no padrão heteronormativo, tornando-os alvos de LGBTfobia. A professora e o professor devem estar preparados para discutir sobre o tema, como apontam Ferreira e Luz (2009, p. 33-34):

> Sexualidade não é sinônimo de sexo, é muito mais que isso: é energia que possibilita encontros, trocas e experiências; influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto, tem a ver com a saúde física e mental do ser humano. De forma geral fala-se muito em sexo e pouco em sexualidade.

Ao tratar a sexualidade como tabu, permitimos que preconceitos e violências ganhem espaço na sociedade e nas escolas. Nesse contexto, Miskolci (2010, p. 76) ressalta a importância de reconhecer a multiplicidade das formas como as pessoas vivenciam o amor, o afeto, o desejo e o prazer,

> Reconhecer a multiplicidade das formas como as pessoas vivenciam o amor, o afeto, o desejo e o prazer é o primeiro passo para compreender como o senso comum tão arraigado em nossa sociedade tenta impor um padrão único que violenta, machuca e pune aquelas e aqueles cujos sentimentos não se conformam a esse padrão.

Os conceitos que permeiam os estudos de gênero e sexualidade precisam fazer parte do cotidiano do professor. Atualizar os termos e as linguagens é fundamental para tensionar as

formas de compreender as múltiplas relações que compõem a escola, percebendo como as identidades sexuais não são fixas, e que, menos ainda, devem determinar e limitar quem são as pessoas.

Durante a ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, a repressão institucionalizou essas exclusões, silenciando as identidades sexuais que desafiavam o padrão heteronormativo. Sob um regime autoritário, a homossexualidade foi patologizada e criminalizada, ao passo que a heterossexualidade compulsória era reforçada como norma social. A censura e o controle moral atuavam para moldar a sociedade conforme ideais conservadores, reprimindo vozes dissidentes e perpetuando desigualdades.

Mesmo em contextos de repressão, práticas de resistência emergiram. Michel de Certeau (2009) destaca que, mesmo sob regimes opressivos, táticas criativas desafiam normas estabelecidas. Estudantes, por exemplo, utilizam escolhas cotidianas — na vestimenta, comportamento e atitudes — para subverter a ordem e afirmar suas identidades. Judith Butler (2019) complementa essa perspectiva ao expor os perigos das normas cisgêneras e heteronormativas, que criam exclusões violentas. A autora nos desafia a imaginar um mundo em que direitos fundamentais sejam garantidos a todos, independentemente de identidade de gênero ou orientação sexual.

Aqui, o papel da professora e do professor é fundamental. Nas aulas de história, podemos abrir espaço para debates que valorizem as experiências e as culturas juvenis, oferecendo visibilidade e criando espaços de escuta que privilegiam o protagonismo dos estudantes. A disciplina de história oferece a oportunidade de desconstruir o processo de patologização da homossexualidade e entender como a sombra da “cura gay” ainda ameaça a comunidade LGBTQIAPN+. Miskolci (2010, p. 93) descreve bem esse processo de patologização e a necessidade de mantê-lo distante:

> A medicina passou a classificar como patológico todos os comportamentos, identidades e desejos que não confluíam para criar mulheres e homens conformados à ordem sexual da época. Mulheres insubmissas por não aceitarem a tríade marido-casamento-filhos ou homens que deixassem de atender à demanda social de que fossem os guardiões da dominação masculina começaram a ser classificados medicamente, motivo de controle educacional, médico, legal e até de internamento psiquiátrico.

As táticas de resistência dos estudantes e os desafios à normatividade no ambiente escolar são a força motriz para a construção de uma educação que valorize a diversidade e promova a justiça social. Ao incorporar essas discussões, nós, educadores, contribuímos para

assegurar aos estudantes a liberdade na construção de suas identidades e na transformação da realidade escolar.

COMPETÊNCIAS

Esta sequência didática baseia-se nas competências gerais e específicas da BNCC e do Referencial Curricular Potiguar, visando desenvolver nos estudantes habilidades que os capacitem a serem cidadãos críticos, empáticos e éticos. Propõe-se a fomentar a compreensão das dinâmicas de poder que sustentam desigualdades e a preparar os alunos para enfrentar preconceitos no ambiente escolar e na sociedade. A escolha das competências destaca o potencial do tema para promover discussões éticas e socioemocionais por meio da análise de narrativas históricas e da identificação de formas de violência. Ao incorporar práticas inclusivas ancoradas nos Direitos Humanos, a sequência contribui para a formação de sujeitos democráticos e solidários, aptos a se posicionarem de forma crítica e atuarem na transformação social de maneira sensível.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Competência 9

Justificativa: essa competência é diretamente mobilizada pela construção do “Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade” e do “Museu da Pessoa”, que proporcionam espaços de escuta e diálogo coletivo. Essas atividades permitem que os estudantes compreendam as histórias sensíveis da repressão e resistência LGBTQIAPN+ durante a ditadura militar, ao mesmo tempo em que desenvolvem valores éticos e democráticos. Ao refletirem sobre as experiências de exclusão histórica, os estudantes são incentivados a valorizar a diversidade, promovendo a cooperação e a empatia no ambiente escolar.

Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BNCC)

- **(EM13CHS502)**

Justificativa: por meio da análise de narrativas históricas sobre a repressão sexual durante a ditadura militar, essa competência fomenta debates críticos sobre preconceitos e

desigualdades. Atividades como a pesquisa colaborativa e a elaboração do “Dicionário de Gênero e Sexualidade” desafiam os estudantes a desnaturalizar normas históricas e contemporâneas de gênero e sexualidade, propondo ações que valorizem a diversidade e fortaleçam os Direitos Humanos no contexto escolar.

- **(EM13CHS503)**

Justificativa: a análise de registros históricos da ditadura militar e dos relatos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) são centrais para essa competência. Tais atividades permitem que os estudantes compreendam as formas de violência institucionalizadas contra corpos dissidentes, promovendo reflexões éticas e a construção de práticas inclusivas que rompam com essas estruturas no presente.

- **(EM13CHS605)**

Justificativa: durante a culminância no *“Museu da Pessoa”*, os estudantes articulam os princípios dos Direitos Humanos com os contextos históricos de repressão e resistência LGBTQIAPN+. Essa abordagem amplia sua compreensão das desigualdades históricas e estimula ações concretas para promover uma sociedade mais inclusiva e fundamentada na justiça social.

Competências do Referencial Curricular Potiguar

- **(RNCHHIS003)**

Justificativa: por meio da análise dos impactos das políticas repressivas da Ditadura Militar, os estudantes são estimulados a investigar e confrontar realidades históricas e contemporâneas. Essa habilidade é mobilizada nas pesquisas sobre os crimes de Estado e na construção do *“Dicionário de Gênero e Sexualidade”*, promovendo o uso de metodologias históricas como ferramenta de aprendizado.

- **(RNCHHIS059)**

Justificativa: ao problematizar as práticas repressivas e as resistências LGBTQIAPN+ na ditadura militar, a sequência promove a análise crítica de estruturas de exclusão histórica e contemporânea. O "*Museu da Pessoa"* serve como culminância para essa reflexão, permitindo que os estudantes identifiquem as ações necessárias para construir um ambiente mais inclusivo e democrático.

Duração: 3 aulas de 50 minutos
Público: Ensino Médio
Descrição:

Esta sequência didática propõe uma análise crítica sobre como a sexualidade foi construída e regulada ao longo do tempo, com ênfase nas políticas repressivas durante a ditadura militar no Brasil e seus impactos para a comunidade LGBTQIAPN+. A proposta abrange três encontros nos quais os estudantes serão levados a compreender as continuidades e rupturas nas percepções sociais e históricas da sexualidade, utilizando documentos históricos e outros materiais como base de estudo.

A primeira atividade compõe a construção colaborativa do "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade". Em sequência, os estudantes serão estimulados a analisar documentos históricos e a relacioná-los com as políticas repressivas da época, compreendendo as rupturas e continuidades nas percepções sobre sexualidade. O encontro continuará com uma pesquisa sobre os crimes praticados por agentes do Estado durante a ditadura militar e o papel da CNV.

A culminância envolverá a construção de um "Museu da Pessoa" dos segmentos LGBTQIAPN+ relacionados à repressão e à resistência durante a ditadura, uma atividade que respeita as histórias sensíveis, que foi sistematizada para construir lugares de positividade para a comunidade LGBQIAPN+.

Conteúdos

Esta sequência didática explora a ditadura militar no Brasil (1964–1985), analisando a repressão e a resistência relacionadas às identidades LGBTQIAPN+. O foco é compreender como políticas de controle e censura moral marginalizaram sexualidades dissidentes, consolidando estruturas de poder baseadas na heteronormatividade compulsória. Ao conectar

essas práticas históricas às dinâmicas contemporâneas de exclusão, os estudantes serão incentivados a refletir sobre a persistência dessas desigualdades.

A análise utiliza documentos históricos, como trechos do "Livro 7" da CNV e relatórios médicos para investigar como discursos políticos, religiosos e médicos legitimaram a criminalização de identidades dissidentes. As atividades incluem a construção do "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade" e do "Museu da Pessoa", promovendo a valorização das memórias e das lutas da comunidade LGBTQIAPN+.

Com base em metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a análise de fontes históricas, a sequência desafia os estudantes a questionarem narrativas tradicionais, reconhecerem continuidades e rupturas na história e se engajarem na construção de práticas inclusivas. Esse enfoque permite problematizar conceitos como heteronormatividade e cisnormatividade, ligando as reflexões do passado às necessidades de uma sociedade mais justa e democrática no presente.

Objetivos:

- **Reconhecer** as construções históricas de sexualidade e as normatividades impostas durante a ditadura militar no Brasil, compreendendo suas implicações na exclusão e marginalização de pessoas LGBTQIAPN+;
- **Relacionar** as práticas repressivas do período às estruturas sociais e políticas que sustentaram a patologização e criminalização da homossexualidade, destacando continuidades e rupturas no contexto histórico;
- **Aplicar** o método histórico na análise de documentos oficiais para interpretar as dinâmicas de repressão e resistência sexual e de gênero;
- **Analisar** criticamente os impactos das políticas de repressão sobre a construção de identidades dissidentes, promovendo reflexões sobre os efeitos das normatividades cis-heteronormativas no presente;
- **Avaliar** os princípios éticos e as ações de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ diante da repressão histórica, articulando essas reflexões à defesa dos Direitos Humanos e à promoção de práticas inclusivas no ambiente escolar;
- **Elaborar** produções autorais, como o "Dicionário de Gênero e Sexualidade" e o "Museu da Pessoa", que integrem as aprendizagens históricas e promovam a valorização das diversidades de gênero e sexualidade.

Estratégias – A proposta será desenvolvida em três encontros.

1. Encontro – Tempo estimado: 50 minutos

Primeiro momento (5 minutos) – Retomada e contextualização:

A professora e o professor iniciarão retomando os principais conceitos da aula anterior, conectando-os à proposta da sequência. Apresentará a atividade de construção colaborativa do "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade" que será desenvolvido progressivamente ao longo dos encontros, registrando de forma crítica e autoral os conceitos fundamentais sobre diversidade sexual e de gênero.

Como metodologia, deverão utilizar a Instrução por Pares, promovendo a interação entre os estudantes, estimulando a reflexão coletiva sobre os conceitos previamente discutidos com o intuito de criar um espaço de consolidação de aprendizados prévios e preparação para as atividades seguintes, enquanto se valoriza o protagonismo estudantil e o diálogo crítico.

Segundo momento (15 minutos) – Construção colaborativa do dicionário:

Deve-se iniciar uma discussão, incentivando os estudantes a identificar os conceitos mais relevantes abordados na aula anterior. Esses conceitos são registrados no quadro para servir como base para o trabalho em grupo. Caso necessário, pode-se sugerir conceitos prioritários, como gênero, identidade de gênero, machismo, patriarcado e heteronormatividade.

Os estudantes serão divididos em pequenos grupos e cada um ficará responsável pela elaboração de um verbete para o "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade". Os verbetes deverão incluir uma definição objetiva do conceito, além de reflexões críticas sobre sua aplicação e relevância na sociedade contemporânea. Durante a atividade, os grupos discutirão entre si, revisarão suas ideias e elaborarão o texto final de forma colaborativa. Ao término, um representante de cada grupo apresentará o verbete no quadro destinado ao dicionário, compartilhando as reflexões do grupo com a turma.

Enquanto os estudantes trabalham, a professora e o professor circularão pela sala, mediando as discussões, incentivando a troca de ideias e garantindo que todos os integrantes participem ativamente. Essa abordagem promove a interação e a coautoria, ao mesmo tempo em que reforça o entendimento crítico dos conceitos em análise.

Terceiro momento (30 minutos) – Investigação histórica e análise de documentos:

O terceiro momento será organizado em duas etapas. Na primeira, deve-se utilizar a metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) com o objetivo de promover a análise de documentos históricos que ilustrem como a sexualidade foi construída e regulada ao longo do tempo. Então, apresenta-se o problema central da atividade para orientar a reflexão dos estudantes: como as normas sociais e políticas da Ditadura Militar moldaram as percepções sobre sexualidade e reprimiram grupos dissidentes?

Os estudantes, organizados em grupos, receberão diferentes documentos históricos (Fonte 1) que incluem relatórios médicos da época, jornais, trechos de livros e reportagens. Esses materiais oferecem múltiplas perspectivas sobre a sexualidade e as políticas de repressão do período. Para orientar a análise, será fornecida uma ficha de análise norteadora (Ficha 2).

Durante a atividade, os grupos registrarão suas observações e hipóteses em seus cadernos, com o auxílio da e do docente. Esse acompanhamento deve garantir que os estudantes compreendam os elementos contextuais e interpretativos necessários para uma análise crítica. Ao final da atividade, cada grupo compartilhará suas principais conclusões com a turma.

Então, a professora e o professor devem sistematizar as reflexões no quadro, estabelecendo conexões entre os conceitos analisados e os conteúdos trabalhados anteriormente. Isso serve para que os estudantes desenvolvam o pensamento crítico e colaborativo, mas também para reforçar o entendimento das dinâmicas de repressão e resistência ligadas à sexualidade no contexto histórico abordado.

Na segunda etapa, os docentes utilizarão a metodologia da Sala de Aula Invertida, aplicada para promover uma análise histórica e crítica dos contextos de exclusão social e suas repercussões contemporâneas, conectando o estudo de documentos históricos ao debate sobre diversidade e Direitos Humanos. Os estudantes serão orientados a assistir ao documentário Holocausto Brasileiro[18] em casa, como parte do processo investigativo e reflexivo.

Durante essa atividade, os estudantes deverão realizar anotações baseadas em questões norteadoras que relacionem o contexto histórico retratado no documentário com as práticas sociais e políticas da época. As perguntas incluem: o que a história do Hospital Colônia revela

[18] Documentário “Holocausto Brasileiro”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jIentTu8nc4. Acesso em: 01 jul. 2024.

sobre as atitudes do Brasil em relação aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ na época? De que forma a exclusão de homossexuais e outras minorias contribuíram para as condições desumanas vivenciadas no Hospital Colônia?

Espera-se que os registros realizados pelos estudantes articulem condições históricas do período abordado e a construção de normas sociais que perpetuaram a exclusão e a violência institucionalizada. Essas reflexões serão retomadas na aula subsequente, permitindo que o professor medeie um debate sobre os processos históricos de marginalização, as práticas repressivas e as continuidades e rupturas nas relações de poder.

2. Encontro – Tempo estimado: 50 minutos

Primeiro momento (15 minutos) – Socialização e debate:

Deve-se iniciar retomando o encontro anterior e trazendo a importância da socialização das hipóteses elaboradas pelos grupos em relações à análise dos documentos e inicia um debata guiado. Cada grupo exporá suas análises realizadas com base nos documentos históricos discutidos anteriormente. Essa etapa busca consolidar o aprendizado colaborativo e crítico, permitindo que os estudantes justifiquem suas conclusões com fragmentos específicos das fontes históricas, destacando o uso de dados históricos de maneira fundamentada.

A professora e o professor desempenham o papel de mediadores do debate, incentivando uma leitura atenta dos documentos e promovendo o confronto de diferentes interpretações apresentadas pelos grupos. Durante essa mediação, o professor não apenas esclarecerá possíveis dúvidas, mas também orientará os estudantes a embasar suas hipóteses em argumentos sólidos, fundamentados nas evidências históricas presentes nos documentos.

Para aprofundar a discussão, propõe-se a realização de um confronto direto entre fontes de diferentes épocas: documentos médicos do início do século XX, que patologizavam a homossexualidade, e reportagens contemporâneas que discutem a retirada da homossexualidade do rol de doenças pela OMS, além da problemática em torno da chamada “cura gay.” Esse exercício estimula os estudantes a identificar continuidades e rupturas nas percepções sociais sobre sexualidade, analisando como as normas sociais e científicas evoluíram ao longo do tempo.

Segundo momento (10 minutos) – Pesquisa contextual sobre a ditadura militar:

A professora e o professor proporão uma investigação sobre os crimes praticados por agentes do Estado durante a ditadura militar e o papel da CNV. Os estudantes utilizarão livros didáticos e/ou celulares para pesquisar, registrando suas descobertas de forma organizada em cadernos ou fichas. A atividade busca relacionar o contexto político da repressão às normas sociais e sexuais que legitimaram a perseguição de pessoas LGBTQIAPN+. Espera-se que os estudantes desenvolvam uma compreensão crítica das razões históricas que motivaram essa repressão, conectando essas reflexões às dinâmicas de poder e exclusão, essenciais para problematizar as continuidades e rupturas no tratamento das diversidades na sociedade contemporânea.

Terceiro momento (25 minutos) – Análise de trechos do "Livro 7" da Comissão Nacional da Verdade:

Utilizando-se da metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj), a professora e o professor integrarão teoria e prática por meio da análise de fontes documentais e reflexões críticas com o objetivo de aprofundar a compreensão dos estudantes sobre as dinâmicas de repressão durante a ditadura militar e suas implicações para a comunidade LGBTQIAPN+.

Deve-se iniciar distribuindo-se trechos selecionados do "Livro 7"[19] da CNV (Fonte 2), que documenta práticas repressivas contra pessoas LGBTQIAPN+ durante o regime militar. Juntamente com as fontes, cada grupo de estudantes receberá uma ficha de leitura (Ficha 4). Os grupos analisarão os trechos e discutirão coletivamente suas interpretações, registrando reflexões e descobertas em seus cadernos.

Durante essa atividade, a professora e o professor atuarão como mediadores, circulando entre os grupos para orientar a leitura das fontes, esclarecendo dúvidas e incentivando a construção colaborativa de conhecimento. Após a análise, os grupos apresentarão suas conclusões para a turma, destacando as justificativas utilizadas pela ditadura militar e a perpetuação ou modificação das normas sociais sobre sexualidade.

3. Encontro – Tempo estimado: 50 minutos.

[19] O texto integral, Comissão da verdade: Relatório. Textos Temáticos disponível em: https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51151. Acesso em 01 jul. 2024.

Primeiro Momento (15 minutos) – Planejamento:

O terceiro encontro marca a culminância da sequência didática com a criação do "Museu da Pessoa", um produto coletivo que articula reflexão histórica e valorização da memória da resistência LGBTQIAPN+ durante a ditadura militar. A metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj) será utilizada para integrar teoria e prática, promovendo a produção de memórias significativas e a construção de conhecimento histórico.

Deve-se iniciar o encontro com a apresentação do texto das recomendações da CNV (Fonte 3), que será utilizado como ponto de partida para a reflexão coletiva. A leitura deverá ser guiada e seguida de uma discussão mediada, com o objetivo de contextualizar as recomendações no cenário atual e fomentar o pensamento crítico dos estudantes.

Durante a discussão, os docentes proporão perguntas norteadoras, como: quais ações são necessárias para implementar as recomendações da Comissão da Verdade na sociedade contemporânea?, e, de que forma podemos construir espaços de resistência e memória que honrem as lutas e vivências das vítimas da repressão durante a Ditadura Militar?

O objetivo desse momento é estimular os estudantes a compreenderem a relevância da memória histórica para a promoção de uma sociedade inclusiva e democrática. Indica-se que se reforce a importância do "Museu da Pessoa" como uma ferramenta pedagógica que valoriza narrativas silenciadas e evidencia a diversidade sexual e de gênero como parte integral da história brasileira.

A discussão busca promover nos estudantes a habilidade de conectar o passado ao presente, identificando como a memória e o resgate de histórias reprimidas podem ser agentes de transformação social. As reflexões geradas nesta etapa servirão como base para a estruturação do "Museu da Pessoa", preparando os estudantes para a construção do produto final.

Segundo momento (25 minutos) – Construção:

Os estudantes, em grupos, irão se dedicar à pesquisa e à construção de memoriais que integrarão o "Museu da Pessoa". Os grupos escolherão uma figura representativa e realizarão pesquisas utilizando fontes confiáveis, como livros, documentários, entrevistas e outros materiais. A partir dessas informações, cada grupo desenvolverá um memorial composto por um resumo biográfico da pessoa escolhida, reflexões críticas que conectem suas vivências ao

contexto histórico, citações impactantes e, sempre que possível, representações visuais, como imagens, ilustrações ou expressões artísticas.

Novamente, a professora e o professor deverão atuar como mediadores. Além disso, orientarão as análises para garantir rigor histórico. Com isso espera-se que os estudantes, além do desenvolvimento de competências de pesquisa e análise crítica, desenvolvam também a produção colaborativa de conhecimento.

Terceiro momento (10 minutos) – Exposição e integração com a comunidade escolar:

Os estudantes serão organizados em grupos e receberão a tarefa de montar seus memoriais com base nas pesquisas realizadas. Cada grupo será responsável por organizar de maneira clara e atrativa os textos biográficos, citações, imagens ou representações visuais que compõem o memorial. Durante essa etapa, os docentes circularão pela sala, auxiliando na organização dos elementos, garantindo o rigor histórico e orientando sobre a melhor forma de apresentar as informações.

Em seguida os estudantes organizarão a disposição dos materiais no corredor de acesso da escola, transformando o local em um espaço expositivo. Com essa atividade, o impacto do "Museu da Pessoa" deve ser ampliado, tornando-se um espaço de empatia, memória e transformação, reafirmando a importância da aprendizagem histórica como ferramenta para promover uma sociedade democrática.

Avaliação

A avaliação desta sequência didática será contínua, formativa e somativa, integrada às metodologias ativas e articulada diretamente aos objetivos gerais e específicos da proposta. Servirá como uma ferramenta estratégica para acompanhar o progresso dos estudantes no desenvolvimento de competências críticas, éticas e inclusivas, avaliando sua capacidade de interpretar documentos históricos, refletir sobre as implicações das políticas de repressão e resistência, e conectar essas análises ao contexto contemporâneo. A avaliação será realizada em etapas específicas, com objetivos específicos para cada momento:

1. Primeiro encontro: investigação inicial e construção colaborativa.

Avaliação Diagnóstica: observação da participação em discussões investigativas e elaboração dos verbetes iniciais do "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade". Formulação de hipóteses coerentes e bem embasadas. Participação ativa e respeito às contribuições dos colegas durante a construção coletiva. Os estudantes devem demonstrar habilidades iniciais de análise crítica e engajamento colaborativo, refletindo sobre os padrões de repressão e exclusão no período histórico abordado.

2. Segundo encontro: análise crítica e debate.

Avaliação Formativa: qualidade das interpretações registradas nas fichas. Capacidade de relacionar as fontes analisadas às dinâmicas de repressão e resistência LGBTQIAPN+ no contexto da Ditadura Militar. Os estudantes devem demonstrar habilidades avançadas de análise crítica e argumentação fundamentada, conectando as práticas repressivas do passado às dinâmicas contemporâneas de exclusão social.

3. Terceiro encontro: culminância.

Avaliação Somativa: organização das informações apresentadas nos memoriais. Uso de representações visuais e reflexões críticas nos memoriais. Participação ativa na construção e organização da exposição. Abordagem respeitosa e reflexiva das memórias de resistência LGBTQIAPN+. Os estudantes devem demonstrar capacidade de integrar conhecimentos históricos e reflexões contemporâneas, promovendo o reconhecimento das memórias LGBTQIAPN+ como parte essencial da história e dos Direitos Humanos.

RUBRICA PARA AVALIAÇÃO

Indicadores	Deficiente		Regular	Bom	Muito Bom
Participação nas atividades investigativas.					
Leitura e análise crítica de documentos históricos.					
Contribuição na elaboração dos verbetes.					

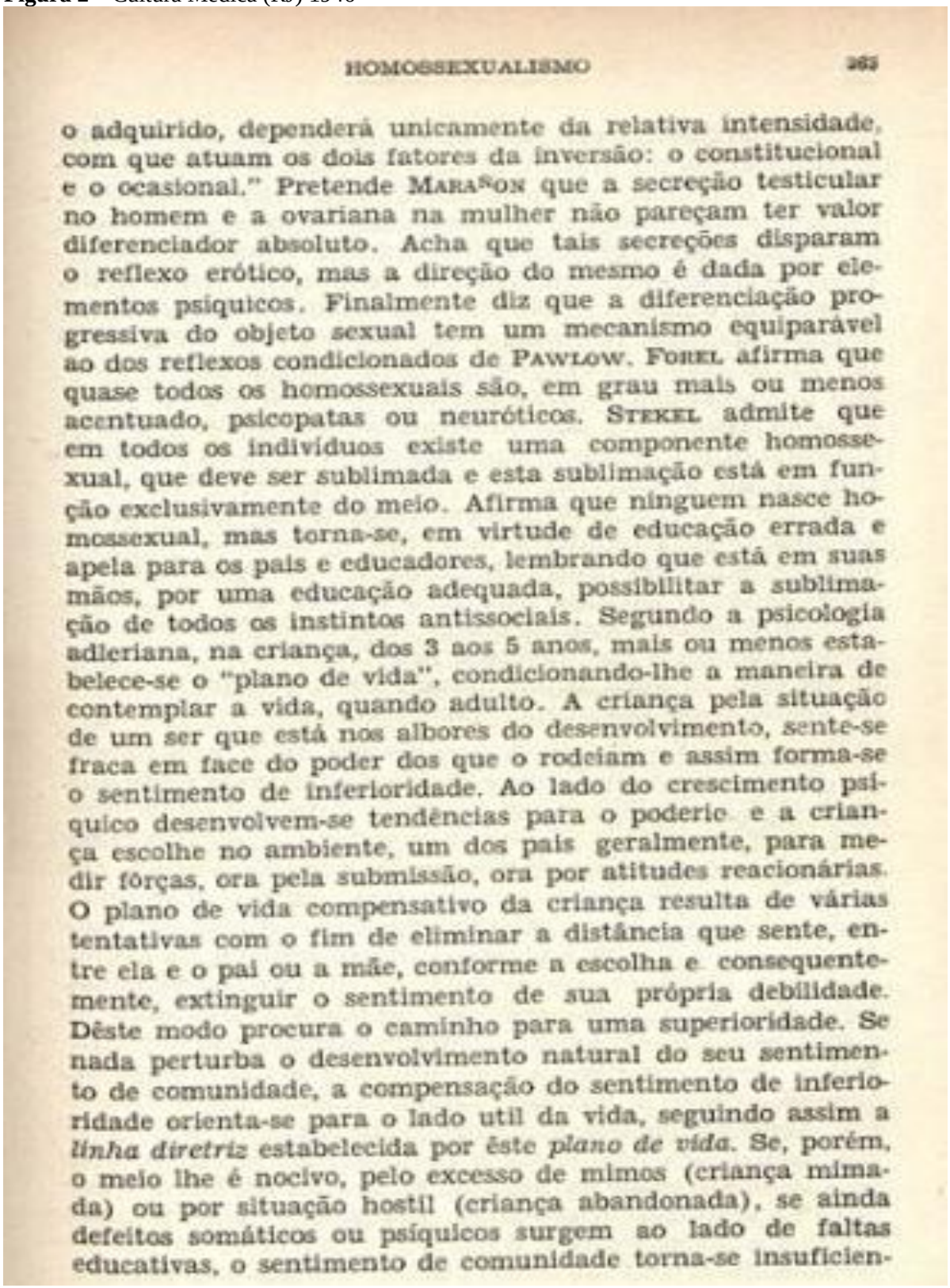
Argumentação e uso de evidências históricas.					
Qualidade e criatividade nos memoriais.					
Capacidade de conectar o passado ao presente.					

Fonte: autoria própria (2024).

Figura 1 – Lampião (RJ) 1980

Fonte: https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/4951/32-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-28-SETEMBRO-1980.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

Figura 2 – Cultura Médica (RJ) 1946



HOMOSSEXUALISMO 263

o adquirido, dependerá unicamente da relativa intensidade, com que atuam os dois fatores da inversão: o constitucional e o ocasional." Pretende MARAÑON que a secreção testicular no homem e a ovariana na mulher não pareçam ter valor diferenciador absoluto. Acha que tais secreções disparam o reflexo erótico, mas a direção do mesmo é dada por elementos psíquicos. Finalmente diz que a diferenciação progressiva do objeto sexual tem um mecanismo equiparável ao dos reflexos condicionados de PAWLOW. FOREL afirma que quase todos os homossexuais são, em grau mais ou menos acentuado, psicopatas ou neuróticos. STEKEL admite que em todos os indivíduos existe uma componente homossexual, que deve ser sublimada e esta sublimação está em função exclusivamente do meio. Afirma que ninguem nasce homossexual, mas torna-se, em virtude de educação errada e apela para os pais e educadores, lembrando que está em suas mãos, por uma educação adequada, possibilitar a sublimação de todos os instintos antissociais. Segundo a psicologia adleriana, na criança, dos 3 aos 5 anos, mais ou menos estabelece-se o "plano de vida", condicionando-lhe a maneira de contemplar a vida, quando adulto. A criança pela situação de um ser que está nos albores do desenvolvimento, sente-se fraca em face do poder dos que o rodeiam e assim forma-se o sentimento de inferioridade. Ao lado do crescimento psíquico desenvolvem-se tendências para o poderio e a criança escolhe no ambiente, um dos pais geralmente, para medir fôrças, ora pela submissão, ora por atitudes reacionárias. O plano de vida compensativo da criança resulta de várias tentativas com o fim de eliminar a distância que sente, entre ela e o pai ou a mãe, conforme a escolha e consequentemente, extinguir o sentimento de sua própria debilidade. Dêste modo procura o caminho para uma superioridade. Se nada perturba o desenvolvimento natural do seu sentimento de comunidade, a compensação do sentimento de inferioridade orienta-se para o lado util da vida, seguindo assim a *linha diretriz* estabelecida por êste *plano de vida*. Se, porém, o meio lhe é nocivo, pelo excesso de mimos (criança mimada) ou por situação hostil (criança abandonada), se ainda defeitos somáticos ou psíquicos surgem ao lado de faltas educativas, o sentimento de comunidade torna-se insuficien-

Fonte: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=091863&pesq=homossexualismo&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4236. Acesso em: 30 set. 2024.

Figura 3 – Ultima Hora (RJ) 1961

BONEQUINHO (NA TV) IMITANDO O PRESIDENTE JÂNIO CAUSOU PROTESTOS

FIM-DE-SEMANA

IMORALIDADES PERMITIDAS

ÊLES & ELAS

A última (Solteira) Das Marinho Não Aceitou Proposta de Machado

CINEMA

EU, PECADOR

"FLASHES" DA SABATINA

CINE-RONDA

TEATRO

DE JANEIRO EM DIANTE

TV

O QUE OUVIR

Fonte: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=homossexualismo%20e%20doen%C3%A7a&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=67659. Acesso em: 30 set. 2024.

Figura 4 – O Poti (RN) 1982

Aqui você encontra assuntos que poderão lhe interessar:

medicina · psiquiatria · língua portuguesa · psicologia

Lingua portuguesa

Aspectos da nossa língua

(O verbo fazer nas expressões de tempo)

Prof. Artualão Andrézin de Azevedo

Medicina

Câncer e hereditariedade

Dr. Aldo da Cunha Medeiros

Psiquiatria

A loucura e a homossexualidade - II

(homossexualidade e doença)

Dr. Maurílio Luiz dos S. Morais

Para se ter o entendimento de homossexualismo como doença, tem-se de possuir noção correta do que é doença em psiquiatria e os critérios de normalidade e anormalidade. Essa tarefa exige um ordenamento lógico do pensamento a fim de uma definição judiciosa, com a qual enfrentemos o lugar comum da crítica pela crítica.

Análise transacional

Reparentalização

Fonte: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_04&pesq=homossexualidade%20e%20doen%C3%A7a&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4485. Acesso em: 30 set. 2024.

Figura 5 – Diário de Natal (RN) 1952

Direito e Fôro

Tribunal de Justiça do Rio G. do Norte

Vida Médica

Tratamento da inversão sexual

Leonídio RIBEIRO

Amigo de infancia

Fonte: Jornal Diário de Natal (1952).

Figura 6 – Revista Época – Cura Gay

ÉPOCA COLUNAS CANAIS ASSINE

“Ao tentar a cura gay, pensei em suicídio”

O sofrimento de um homem que experimentou a reorientação sexual. Como a ciência provou que a terapia não existe

MARCELA BUSCATO E LUÍS LIMA, COM DANIELA SIMÕES

22/09/2017 - 21h50 - Atualizado 22/09/2017 22h12

Fonte: https://site.cfp.org.br/nota-pblica-comisso-nacional-de-direitos-humanos-apia-deciso-do-cfp/. Acesso em: 30 set. 2024.

O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo

No campo da perversão, no entanto, a diferenciação entre homens e mulheres, que dá uma das marcas da vida asilar, desaparece, equiparando os sexos na escala da discriminação. As formas do "desvio genésico" encerradas no hospício são pouco variadas: praticamente restringem-se à homossexualidade. Neste domínio, por vezes o simples aspecto físico do interno ou interna é suficiente para justificar um diagnóstico que mal esconde, por trás do "discurso verdadeiro" da ciência, o impulso da punição: "No físico e no moral parece uma mulher: voz fina, falta de pelos nas pernas e no corpo, disposição do monte de vênus, modo de andar, exaltação de pudor, escandalizando e corando com uma palavra mais livre." 44 "[...] Constata-se, além de outros, importante estigma físico de degeneração: é uma virago." 45 Estigmas físicos denunciadores de uma condição sexual "antinatural" e, portanto, ilícita. O homossexual, criação do alienismo do século XIX, torna-se uma das espécies da loucura que habita o Juquery. Denunciadora da degeneração, a presença dos homossexuais punha sob suspeita todo o grupo consanguíneo e, por isto mesmo, reforçava a O espelho do mundo / Maria Clementina Pereira Cunha / 239 sumário 46. Prontuário. Archângelo L., 17 anos, branco, sapateiro, procedente da capital, internado em 30 de março de 1908. cumplicidade entre os alienistas e a família: para estas, o hospício constitui o único meio eficaz e moralmente aceitável para esconder e justificar a existência de seus membros "esquisitos", que constituíam motivo de galhofa para a vizinhança e opróbrio para os parentes. Assim como as mulheres histéricas, os homossexuais são sempre trazidos ao hospício por seus parentes. Archângelo, aos 17 anos, é um exemplar desta espécie: internado pelo pai após "reincidência" em práticas homossexuais, nenhuma observação apresenta em seu prontuário além daqueles referentes à sua condição sexual. "Desenvolvimento excessivo do membro viril. Desde os 16 anos é pederasta passivo. Nunca praticou o coito normal com mulher", assinala o alienista. Segundo suas indicações, o jovem Archângelo ainda "masturbava-se em excesso" e estava acometido de doença venérea. Tinha, é verdade, "orelhas mal conformadas" e uma certa "assimetria na cabeça", que reforçam a visão de que sua homossexualidade estava associada à degeneração. Mas, prossegue o alienista em sua observação, "[...] tem noção exata de tempo, lugar e meio. Responde bem, porém suas respostas são demoradas, pois o doente procura ocultar grande parte da verdade em relação a sua vida pregressa, mas é facilmente traído por perguntas feitas com certo disfarce e habilidade." 46 O espelho do mundo / Maria Clementina Pereira Cunha / 240 sumário Afronta à natureza, as práticas sexuais que não se destinassem à procriação e que não se desenvolvessem nos espaços reservados ao sexo normalizado – a

alcova matrimonial – estão sob a mira da medicina mental. Articulando uma nova fala sobre a sexualidade, a estratégia embutida nos procedimentos médicos, longe de encobrir as práticas sexuais interditas ou silenciar sobre seus pudores, tratou de desvendá-las através de um discurso de verdade que as resgatava do antigo domínio do pecado e da culpa para traduzi-las no registro científico da saúde e da doença, do normal e do patológico. Os prontuários do hospício revelam, no entanto, a distância que se interpõe entre as falas do médico e a do seu paciente, dilacerada esta última pelo peso da transgressão, muito mais que pelo da doença: "Tem a impressão de que o perseguem com o fim único de violentá-lo, mas tem certeza que não é pederasta passivo. À noite, quando acorda, levanta-se e revista seu quarto; diz que tem vontade de permanecer a noite inteira acordado para impedir qualquer ato homossexual a que o queiram forçá-lo [...]. Fica muito triste, aborrecido, desconfia de todos e diz que se prova de que era pederasta passivo se suicidaria. Julga que essa ideia é uma 'maldição', mas não pode afastá-la por não ter certeza. Conserva a calça fortemente amarrada na cintura como meio de defesa. Tem às vezes desejos irresistíveis de cometer certos atos, os quais O espelho do mundo / Maria Clementina Pereira Cunha / 241 sumário 47. Paciente J. C. L., branco, 19 anos, brasileiro, solteiro, caixeiro, procedente da capital, internado em 7 de outubro de 1928, citado em Fausto Guerner e. S. R. Souza. "Contribuição para a classificação de perturbações mentais nas formas prolongadas de encefalite epidérmica". Memórias do Hospital do Juquery, VII-VIII, n. 7-8, 1930-1931, pp. 65 e ss. reconhece como errôneos [...] diz ser incapaz de deflorar alguém ou cometer atos homossexuais [...]. Pensa em fazer um raide a Gênova em aeroplano ou tirar a sorte grande para tornar sua vida mais alegre [...]. Confessa onanismo anterior à sua doença continuando ainda, porém, com menos frequência (...) assim, assume maior relevância a questão da educação sexual, unanimemente tida como necessária apesar das constantes ressalvas e meios-tons adotados no trato do tema. Recomendando sempre "prudência e delicadeza", os psiquiatras higiênicos vão delineando os contornos e objetivos da educação sexual: concorrer com a pornografia e os hábitos licenciosos que constituem as formas usuais de informação O espelho do mundo / Maria Clementina Pereira Cunha / 308 sumário sexual de jovens e adultos; substituir a "repressão", que impõe um "recatamento inadequado", pela "moralização dos instintos e o aperfeiçoamento dos hábitos dos indivíduos"; prevenir "desvios genésicos", como a masturbação e a homossexualidade, decorrentes da ausência de informação e orientação. Advertem, no entanto, sobre os riscos: não confundir educação com licenciosidade, cuidado com a idade em que se informa sobre o sexo – isto só deve ser feito para jovens e adultos, sendo prejudicial se acontece antes do tempo "natural". Sobretudo, a educação sexual é útil somente para os rapazes, que devem ter

acesso à mesma na fase em que o “instinto viril e as mil e uma excitações da vida exterior entram em luta com os preconceitos de ordem moral e religiosa”, questão que, para mulheres, cuja natureza estava voltada para a maternidade, não para o prazer, nem se colocava. Pacheco e Silva, principalmente, leva mais longe a explicitação moralista de sua posição: para ele, o objetivo final da educação sexual deve ser o de esclarecer que “a um indivíduo normal [...] a continência não é prejudicial”, e que a sexualidade é um instinto que deve ser exercido apenas no casamento. Obviamente, num casamento devidamente chancelado pelas autoridades médicas como apto à reprodução, posição que, fundamentalmente, apoia as prescrições da moral católica com a chancela do saber.

Fonte: Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. **Coleção Sebo Eletrônico.** [S .l.: s. n.], 1986[?]. Disponível em: https://www.cecult.ifch.unicamp.br/publicacoes/colecao-sebo-eletronico. Acesso em: 25 jun. 2024.

Em vez de castigo, tratamento

Quer se adote a teoria psicogenética do homossexualismo, quer se aceite a razão endocrínica, em qualquer das hipóteses teremos que modificar a nossa atitude diante dessa classe de indivíduos, cada vez mais numerosa em todos os países civilizados, de tal modo que, na Alemanha, as estatísticas afirmam a existência de um invertido para cada trinta indivíduos normais. Os partidários de Freud e seus discípulos afirmam: "O castigo das perversões sexuais é injusto e não tem a menor razão de ser. É pela educação, e não pela penalidade, que se deve lutar contra elas. Os perversos sexuais são, como os criminosos neuróticos, entes hipermorais, pois suas perversões traduzem o horror ao incesto e o desejo de escapar ao conflito do Édipo".

Marañón, defensor da explicação constitucional da inversão sexual, declara textualmente: "Bloch diz que a Espanha foi das primeiras nações a suprimir dos Códigos a selvageria de punir homossexuais. Devemos nos orgulhar disso, já que se sabe que castigar um desses indivíduos não é somente uma insensatez, no campo científico, mas sobretudo uma tática inútil, sob o ponto de vista social, porque, além de desumana, é praticamente ineficaz dada a psicologia peculiar a esses infelizes. Haja vista a extraordinária recrudescência da homossexualidade na Inglaterra, depois do escandaloso processo movido contra Oscar Wilde. O invertido (acrescenta o mestre espanhol), é tão responsável pela sua anormalidade quanto um diabético de sua glicosúria".

Tem razão, pois, Afranio Peixoto, quando aconselha: "Em vez de anatematizar e fazer chover o enxofre e os raios sobre a Sodoma e a Gomorra dos vícios contra a natureza, mais inteligente será, compreendendo esse erro, tratar de corrigi-lo. Em vez da condenação, um diagnóstico e o devido tratamento".

Será mais justo e mais científico.

Fonte: RIBEIRO, Leonídio. Ciência homossexualismo e endrocrinologia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 13, p. 498-511, 2010.

Terapêutica da homossexualidade

Provado que o homossexualismo é, em grande número de casos, uma consequência de perturbações do funcionamento das glândulas de secreção interna, logo surgiu a possibilidade do seu tratamento. Era mais um problema social a ser resolvido pela medicina. Verificando-se, assim, que é possível, no laboratório, não só masculinizar fêmeas e feminilizar machos, com transplantações ovarianas ou testiculares, como ainda obter, no mesmo animal, o chamado "hermafroditismo experimental", estava indicado o verdadeiro tratamento científico dos casos de inversão sexual no homem. Lichtenstein, em 1916, operou um doente que havia perdido os dois testículos, numa lesão de guerra, apresentando sinais de castração, isto é, acúmulo de gordura, ausência de barba, assim como configuração eunucoide dos pelos pubianos, além de incapacidade sexual. Aproveitando a glândula testicular de outro doente, de 40 anos, operado de uma hérnia congênita dolorosa, com ectopia, esse cirurgião fez-lhe um enxerto, para logo na segunda semana o paciente recobrar o desejo sexual, realizando até a cópula, um mês mais tarde, e normalizando-se também o seu aspecto físico e psíquico, nove meses depois da intervenção cirúrgica. Esse especialista, em 1918, fez outra implantação do mesmo gênero, e com êxito, num homem castrado, anteriormente, em consequência de uma tuberculose testicular. Há uma interessante observação de Dartigues, de Paris, de um neuropata de 33 anos, cujas antigas tendências homossexuais foram logo melhoradas, aparecendo mesmo o desejo sexual e a vontade de casar, de dois meses depois da operação da transplantação testicular. Os enxertos ovarianos são hoje, aliás, muito comuns na prática cirúrgica, com os melhores resultados.

Fonte: RIBEIRO, Leonídio. Ciência homossexualismo e endrocrinologia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 13, p. 498-511, 2010.

Ficha 1

Ficha 1: análise de documentos de jornais, livros e documentário.
Qual o local e a data do documento?
Como a questão sexual é abordada no documento?
Quais sujeitos ou grupos de sujeitos são mencionados e qual característica ou atribuição lhes é dada?
Existem sugestões de tratamentos ou "curas" para a homossexualidade nos documentos? São todos do mesmo período? Justifique.
Como os documentos mostram as normas sociais e as crenças científicas sobre sexualidade na época em que foram escritos?
Os documentos sugerem que a sexualidade é uma característica inata ou uma construção social? Como isso é evidenciado?

Ficha 2

Ficha de análise
Comissão Nacional da Verdade – Livro 7
Como a ditadura militar justificou a perseguição aos homossexuais nos documentos analisados?
Quais foram as principais consequências dessa repressão para a comunidade LGBT durante a ditadura militar?
De que maneira esses documentos refletem a continuidade das normas sociais e políticas observadas nos documentos médicos anteriormente estudados?

Comissão Nacional da Verdade: Relatório. Textos temáticos – Texto 7

DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES

A discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) não surgiu durante a ditadura. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero

prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família.

Não houve uma política de Estado formalizada e tão coerente no sentido de exterminar os homossexuais, a exemplo de como existia uma campanha anunciada e dirigida para a eliminação da luta armada com repressão de outros setores da oposição ao longo dos anos da ditadura. Porém, também é muito evidente que houve uma ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos "bons costumes". Essa visão legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores.

Fonte: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51151. Acesso em: 25 abr. 2024.

Discurso homofóbico da ditadura:
homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar

A associação entre homossexualidade e subversão foi um dos conceitos básicos a sustentar a ideologia do regime militar e servir como justificativa para os vários tipos de repressão sobre a sociedade brasileira e, especificamente, a gays, lésbicas e travestis nos anos 1960 e 1970. Essa ideologia, que foi adotada oficialmente pelo Estado durante a ditadura em nome da segurança nacional, tem as suas origens nas ideias integralistas e católicas ultraconservadoras dos anos 1930. Por exemplo, no seu livro Maquiavel e o Brasil (1931), Octávio de Faria alegou que a homossexualidade e a feminilidade constituíam grandes ameaças ao país. Ele atacou o "desregramento sexual dos apologistas de Sodoma de nossos dias", insistiu que esse comportamento era responsável pelas desordens na civilização Ocidental e fez uma ligação entre homossexualidade e bolchevismo. Em 1937, o líder integralista Gustavo Barroso publicou o livro Judaísmo, maçonaria e comunismo, também relacionando subversão à

homossexualidade, ampliando os seus ataques ao "marxismo judaico" e argumentando que "a sodomia ou homossexualismo era um hábito atribuído aos judeus e nisso se celebrizaram Sodoma e Gomorra". Existiam outras influências nessa ideologia que condenava a homossexualidade como imoral e como uma perversão – discursos médico-legais, ideias católicas tradicionais e valores conservadores sobre comportamento de gênero –, mas a visão de que a homossexualidade representava uma ameaça subversiva à sociedade brasileira permeava os escritos dos defensores do golpe de 1964 e do regime militar. É importante enfatizar que a homossexualidade não chegou a ser a razão principal para a detenção, repressão e tortura dos opositores à ditadura. Porém, a ideologia defendida pelos militares constantemente associava, de maneira íntima, a homossexualidade com a subversão e com as ameaças da sociedade brasileira, tendo isso se materializado em políticas de perseguição dirigidas contra os segmentos LGBT. No final dos anos 1960 e começo dos 1970, os ideólogos ampliaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – "pederastas", alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas – que representavam uma ameaça à segurança nacional. Agentes do SNI e da Polícia Federal incluíam nos seus relatórios sobre subversão detalhes sobre pessoas que relacionavam diretamente o comportamento sexual com o perigo que representavam ao Estado. Detalhavam assim as pessoas vistas como ameaçadoras: "consta ser pederasta", "uns afirmam ser o nominado homossexual", "é elemento homossexual" ou "é elemento homossexual passivo".

Discriminação e direito ao trabalho

Outro tipo de violência bastante grave cometida contra gays, lésbicas e travestis tinha lugar no mercado de trabalho. Muitas pessoas LGBT perderam seus empregos ou cargos públicos pelo simples fato de terem uma orientação ou práticas sexuais contrárias aos padrões hegemônicos de acordo com a moral conservadora da época. No que se refere à ação específica da ditadura, merece destaque o episódio de expulsão do Itamaraty de membros da carreira diplomática por sua orientação sexual. Em 1969, 15 foram os diplomatas cassados, sendo que sete deles o foram sob a justificativa explícita de "prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa". Conforme matéria publicada pelo jornal O Globo, "em vez de perseguir esquerdistas, como fizeram outros ministérios na época, o Itamaraty mirou nos funcionários cujo comportamento na vida privada afrontaria os 'valores do regime'". Chegou a ser constituída uma Comissão de Investigação Sumária, criada por Magalhães Pinto, que buscou

punir pessoas às quais eram atribuídas “prática de homossexualismo”, “incontinência pública escandalosa”, “embriaguez”, “instabilidade emocional”, “uso de entorpecentes”, além de funcionários considerados perigosos para a segurança nacional. Mantido em segredo há 40 anos, o relatório da comissão confirma que o ódio contra homossexuais foi o fator mais determinante na escolha dos cassados. Dos 15 pedidos de demissão de diplomatas, sete foram justificados com as seguintes palavras: “Pela prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa”.

Fonte: Fonte: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51151. Acesso em: 25 abr. 2024.

CENSURA

Os preconceitos homofóbicos embutidos na ideologia anticomunista e moralista adotada pelo regime militar infiltravam todos os espaços nos quais o estado de exceção operava. Embora houvesse a censura da imprensa e de outros meios de comunicação e expressão antes do golpe de 1964, a preocupação em “moralizar o país” reforçou a intervenção do Estado no controle da cultura sob diversos aspectos. Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da “moral e dos bons costumes”. Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro Eudemônia.

As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. Infelizmente, artistas e intelectuais que geralmente se mobilizavam contra os atos arbitrários da ditadura não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios na sua luta interminável contra a censura, provavelmente por causa do conteúdo das suas obras.

Pode-se afirmar que Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar. Se livros, jornais, peças de teatro, letras de músicas e filmes sofreram censura durante o regime autoritário, sendo que os autores tinham que driblar representantes

do governo que exigiam a eliminação de personagens gays e lésbicas ou cenas, diálogos ou frases “imorais”, a televisão talvez tenha sido o alvo prioritário dos guardiões da “moral e dos bons costumes”. A expansão dramática das redes de televisão a nível nacional e o seu alcance entre todas as camadas sociais criaram um meio de comunicação que dominava o consumo de cultura no país.

O Código Brasileiro de Telecomunicações e a Lei de Imprensa, ambos de 1967, bem como a Lei de Segurança Nacional, de 1969, ofereceram instrumentos formais e legais para controlar o acesso à informação e as possibilidades de moldar o conteúdo de programação dentro dos estreitos parâmetros ideológicos do regime. É importante enfatizar que a visão moralista das censuras tinha um apoio de parte significativa da sociedade civil – e não vinha somente das senhoras religiosas que se mobilizaram em marchas a favor do golpe em 1964. Os “defensores da civilização cristã” apelavam para a Divisão de Censura de Diversões Públicas para proibir material por eles considerado imoral, como mostra o historiador Carlos Fico no seu trabalho sobre o tema.25

Nesse sentido, houve uma dinâmica na qual o ministro da Justiça Armando Falcão exigia “ação mais enérgica” contra tudo e todos “que [a seus olhos] ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira [;] contra os que desejam promover a subversão social, por meio de impactos negativos lançados na mente da juventude”.26 Ao mesmo tempo, os funcionários que trabalhavam na Censura de Diversões Públicas se encarregavam espontânea e diligentemente de zelar para que nada sequer parecesse desrespeitar símbolos da religião e dos valores hegemônicos, internalizando essa dinâmica de controle ideológico e consagrando a lógica repressiva em uma cultura política disseminada nesses espaços.

Talvez o exemplo mais emblemático das campanhas contra a homossexualidade na televisão tenham sido as medidas tomadas em 1972 para retirar várias figuras famosas e efeminadas dos programas de auditório, onde elas participavam como membros dos júris. Hoje em dia, com a ausência de censura do Estado sobre a imprensa e a internet, que oferece uma variedade de fontes de informação ao público, é difícil entender o significado e os efeitos da censura nas vidas de jovens gays e lésbicas, que viviam a experiência política de uma ditadura e que, pessoalmente, estavam descobrindo a sua sexualidade.

No entanto, a falta de modelos positivos na mídia para contrapor os preconceitos e os estereótipos tradicionais foi um legado da ditadura para a homolesbotransfobia ainda atual em nosso país. Justamente quando na Europa e nos Estados Unidos novos discursos e imagens da homossexualidade circulavam e também quando movimentos surgiram para

contestar conceitos conservadores – para não dizer reacionários – sobre gênero e sexualidade, a censura bloqueava o acesso do público brasileiro a essas novas ideias. Os precursores desse movimento, que tinham a coragem de enfrentar a ideologia homofóbica da ditadura, tinham de encarar o aparelho do Estado consolidado por meio da censura e do sistema de justiça, criminalizando desejos, perspectivas e opiniões sobre a homossexualidade.

Quantos jovens se mataram por não ter entendido a sua sexualidade e por não terem tido acesso a informações sobre essa questão? É uma pergunta de difícil resposta, mas resta claro que a censura serviu como instrumento para a prática de violações de direitos humanos durante a ditadura militar.

Fonte: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51151. Acesso em: 25 abr. 2024.

Violências do Estado ditatorial contra os segmentos LGBT

Durante todo o período da ditadura, as políticas de controle social e de repressão política adotaram, em muitos casos, um viés conservador em termos morais. O padrão de policiamento que ocorreu no centro da cidade de São Paulo entre 1976 e 1982 é exemplar do ponto de vista de como operou a repressão a setores LGBT. As polícias civis e militares estruturaram-se para tais operações, com respaldo da Secretaria de Segurança Pública sob comando do coronel Erasmo Dias. Além disso, o delegado Guido Fonseca elaborou estudos criminológicos de centenas de travestis, recomendando a contravenção penal de vadiagem como instrumento para o combate à homossexualidade.

Ainda, durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982), rondas de policiamento ostensivo intensificaram-se na área central da cidade, região sob o comando do delegado José Wilson Richetti,32 perseguindo claramente grupos vulneráveis e estigmatizados. Em 1º de abril de 1980, O Estado de S. Paulo publicou matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”, no qual registra a proposta das polícias civil e militar de “tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo”.33

A matéria cita uma fala de Paulo Boncristiano, delegado seccional sul de polícia à época, para quem “estão dando excessiva liberdade a estes homossexuais que tomaram conta das ruas importantes da Capital e de bairros estritamente residenciais”. Ele e o coronel da PM Sidney Gimenez Palácios traçaram juntos esse “esquema de prevenção” após ficarem “impressionados com as reportagens publicadas pelo O Estado sobre o perigo que representam os travestis nas ruas da cidade”. A cobrança de medidas mais enérgicas da imprensa em relação às polícias gerou resultados e a repressão se intensificou a partir de junho de 1980, diante da visita iminente do Papa João Paulo II à cidade de São Paulo. As polícias paulistas conjugam esforços na formulação e execução da política “Limpeza”, posteriormente conhecida como “Rondão”.

Fonte: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51151. Acesso em: 25 abr. 2024.

Recomendações – Comissão Nacional da Verdade

Criminalização da homolesbotransfobia. - Aprovação de lei garantindo a livre identidade de gênero. - Construção de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura (ex. Delegacia Seccional do Centro na rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo; Ferro’s Bar; escadaria do Teatro, Municipal etc.). - Pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos cometidos contra homossexuais em ato público construído junto ao movimento LGBT. - Reparação às pessoas LGBT perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado. - Convocação dos agentes públicos mencionados para prestarem esclarecimentos sobre os fatos narrados no presente relatório. - Revogação da denominação de “Dr. José Wilson Richetti” dada à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo pela Lei 7.076 de 30 de abril de 1991.

Fonte: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51151. Acesso em: 25 abr. 2024.

3.3 Silenciar agressores e libertar crianças: abuso sexual no Afeganistão e no Brasil

A educação contemporânea, fundamentada nos Direitos Humanos, reconhece a importância de abordar temas como corpo, cuidado de si, proteção infantil e combate às desigualdades e violências. No entanto, muitos educadores ainda encontram desafios ao tratar de questões relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes, seja por falta de preparo, informação ou pelo desconforto que o assunto suscita.

Figueiró (2018) defende que a educação sexual deve iniciar na infância, permitindo que as crianças identifiquem situações de discriminação e violência, distinguindo senso comum de conhecimento fundamentado. Essa educação deve promover uma visão positiva do corpo e da sexualidade, especialmente para aqueles que não se enquadram nas normas estabelecidas. Compreender as relações de poder que estruturam a sociedade possibilita analisar como diferentes culturas, ao longo da história, abordaram e problematizaram o controle e os Direitos Humanos dos mais vulneráveis. Assim, o estudo da história transcende datas e eventos, enfocando o comportamento social.

A análise das semelhanças e diferenças entre culturas, embora aparentemente simples, requer uma exploração das complexidades na produção da diversidade, das desigualdades, dos conflitos e das dinâmicas de poder, conforme proposto pela BNCC para o Ensino Médio. A promoção do protagonismo juvenil é um objetivo central, uma vez que compreender outras culturas possibilita aos estudantes voltar o olhar para si e para as percepções em relação ao outro, aspecto fundamental na formação de indivíduos ativos na construção do conhecimento e na prática ética em um mundo diverso. Desse modo é possível processar:

> Deslocamento para outros pontos de vista e o reconhecimento de diferentes demandas políticas é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais (Brasil, 2019, p. 566).

Judith Butler (2015) descreve o gênero como um conjunto de relações em que o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e as práticas sexuais estão interligados em um padrão naturalizado como normal. Aqueles que não se enquadram nesse padrão são frequentemente vulneráveis à violência, que é justificada pela defesa desse suposto normal.

Essa ideia se relaciona com a prática do *Bacha Bazi* no Afeganistão, onde meninos são explorados sexualmente por homens adultos em um contexto que, apesar de condenar publicamente a homossexualidade, perpetua essa violência. O *Bacha Bazi* revela as contradições de uma sociedade que utiliza a violência para manter um sistema de poder

patriarcal, ao mesmo tempo em que pratica atos que, ao olhar do Ocidente, desestabilizam essa mesma norma de forma criminosa.

Ao explorar práticas culturais como o Bacha Bazi no contexto afegão, a sequência didática propõe uma análise crítica que revela como o controle sobre o corpo, a sexualidade e a identidade de gênero são utilizados para manter relações de poder que entrelaçam questões de classe, gênero e idade. Essas práticas não apenas resultam em violações físicas e sexuais, mas também impõem uma violência simbólica, marginalizando e silenciando crianças a situações de abuso sexual.

A problematização do silêncio imposto é parte integral do fazer pedagógico. Tal silêncio, como argumenta Bell Hooks (2017), deve ser abordado como uma construção social que suprime a diversidade de opiniões e experiências. Romper esses padrões opressivos permite a criação de um ambiente educativo no qual a escuta ativa e o diálogo são valorizados. Compreender o sistema que subordina é o primeiro passo para a subversão. Diante disso proteger, cuidar e ofertar meios de conhecimento aos corpos vulneráveis torna-se uma responsabilidade compartilhada e, por meio do estudo do caso afegão, direcionamos o olhar para uma educação que pode colaborar com o combate aos abusos sexuais infantis no Brasil. Essa proposta envolve a criação de espaços de acolhimento para que as vozes de denunciantes possam ser pronunciadas e para que seus agressores sejam identificados.

Competências

A sequência didática foi planejada para desenvolver competências que mobilize a análise crítica, a valorização dos Direitos Humanos e a empatia, com foco na compreensão e combate à violência sexual infantil. Por meio do estudo de práticas culturais como o *Bacha Bazi* no Afeganistão e sua relação com contextos de abuso infantil no Brasil, os estudantes são orientados a analisar as dinâmicas de poder, exclusão e vulnerabilidade que permeiam diferentes sociedades e períodos históricos, ampliando sua visão ética e social.

Competência Geral da Educação Básica

- **Competência 9**

Justificativa: essa sequência didática prioriza a escuta ativa e o diálogo crítico, criando um espaço escolar que valoriza o debate respeitoso e sensível sobre as vivências de grupos

vulneráveis, como crianças vítimas de abuso. Ao relacionar as práticas culturais do *Bacha Bazi* no Afeganistão com os casos de violência infantil no Brasil, os estudantes são incentivados a refletir sobre a importância de reconhecer e enfrentar essas realidades. A proposta não apenas promove o respeito à diversidade, mas também busca desenvolver ações concretas que respeitem os Direitos Humanos, fortalecendo a capacidade de identificação, acolhimento e enfrentamento de situações de violência, essenciais para responder às necessidades emergentes da sociedade.

Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- **EM13CHS501**

Justificativa: ao trazer essas temáticas para a sala de aula, a professora e o professor são orientados a promover reflexões éticas fundamentadas, destacando como diferentes contextos históricos e culturais moldam as percepções de justiça e direitos.

- **EM13CHS503**

Justificativa: a sequência integra o estudo de fontes históricas, narrativas culturais e reportagens contemporâneas, permitindo aos estudantes identificar as múltiplas dimensões da violência e propor estratégias éticas para seu enfrentamento.

- **EM13CHS605**

Justificativa: analisar os princípios da Declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

Justificativa: possibilitar que os estudantes façam conexões entre tempos e espaços distintos, promovendo reflexões sobre as causas e as consequências das violações de Direitos Humanos na infância. Além disso, estimula-os a propor soluções baseadas na defesa de princípios éticos e nos Direitos Humanos, tornando-os protagonistas no enfrentamento de questões sensíveis e emergentes na sociedade.

Referencial Curricular Potiguar

- **RNCHHIS003**

Justificativa: aplicar metodologias históricas como a análise comparativa de documentos, reportagens e narrativas culturais para relacionar diferentes contextos sociais e culturais e questionar como sistemas de poder patriarcal em diferentes sociedades perpetuam abusos contra crianças.

- **RNCHHIS004**

Justificativa: essa competência direciona o professor a utilizar fontes históricas e contemporâneas, possibilitando que os estudantes questionem como os direitos foram conquistados em diferentes contextos. A proposta amplia a análise crítica, incentivando os alunos a investigarem contradições entre avanços dos Direitos Humanos e práticas abusivas persistentes, estimulando debates éticos e informados.

- **RNCHHIS059**

Justificativa: a sequência estimula a análise crítica de práticas culturais abusivas, proporciona aos estudantes ferramentas para identificar e saber agir diante de violação de direitos.

Duração: 2 aulas de 50 minutos
Público: Ensino Médio
Descrição:

Esta sequência didática propõe uma reflexão sobre as questões de sexualidade, poder e patriarcado, nas práticas culturais do *Bacha Bazi* no contexto do Afeganistão. Ao estudar essas práticas, a proposta é expandir o debate para além das fronteiras do Afeganistão, permitindo que os estudantes tracem conexões com outros contextos sociais e históricos, acessados por meio de evidencias de situações de abusos sexuais infantis no Brasil contemporâneo.

Ao incorporar essa pauta nas aulas de História, a e o docente se comprometem com uma educação em/para os Diretos Humanos e desenvolve um trabalho que engaje os estudantes em ações concretas que promovam a inclusão, o respeito e a defesa dos direitos dos vulneráveis, especialmente das crianças vítimas de abusos sexuais. A sequência se inicia com a continuidade do projeto "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade".

Professora e professor apresentam reportagens que objetivam a compreensão do abuso infantil, os direitos das crianças e as implicações das violações desses direitos, utilizando fontes históricas contemporâneas. Como culminância, os alunos serão desafiados a construir um painel infográfico que sintetize as reflexões e aprendizagens construídas ao longo dos encontros. Esse material será exposto em um espaço com ampla visibilidade na perspectiva de colocar um tema tão sensível e tão necessário para escola no foco dos olhares dos estudantes, com informações para identificar e saber agir em situações de violência.

Conteúdos

Esta sequência didática aborda práticas culturais e sociais de violência sexual infantil, com ênfase na prática do *Bacha Bazi* no Afeganistão, analisando suas contradições éticas e normativas. O recorte temporal contemporâneo explora as relações de poder patriarcais que sustentam sistemas de exclusão, comparando essas práticas com as violações de direitos infantis no Brasil. Ao utilizar fontes históricas, a proposta articula os conceitos de exploração sexual, vulnerabilidade infantil, desigualdades de gênero e controle patriarcal. A análise considera a manipulação de normas culturais e religiosas por elites em posição de poder e reflete sobre a persistência dessas dinâmicas em diferentes sociedades e períodos históricos.

A sequência integra o estudo de princípios éticos e dos Direitos Humanos, explorando as possibilidades de transformação social por meio da escola. Ao promover a escuta ativa e o acolhimento, reforça a necessidade de ações que respeitem os direitos de crianças e adolescentes e de iniciativas que transformem a escola em um espaço seguro para denunciar e enfrentar práticas abusivas.

Objetivos

- **Identificar** as relações de poder, gênero e sexualidade na prática do *Bacha Bazi* no Afeganistão, reconhecendo suas contradições éticas e normativas;

- **Relacionar** a prática cultural do *Bacha Bazi* com contextos históricos e sociais de violência infantil no Brasil contemporâneo.;
- **Analisar** criticamente as dinâmicas de exclusão e controle patriarcal que sustentam práticas abusivas em diferentes contextos históricos e culturais;
- **Justificar** o impacto das violações de Direitos Humanos, com base em princípios éticos e na Declaração dos Direitos Humanos, propondo ações de enfrentamento;
- **Elaborar** um painel infográfico que sintetize as reflexões construídas sobre abuso infantil e Direitos Humanos, articulando informações históricas e contemporâneas.

Estratégia – A proposta será desenvolvida em dois encontros

Primeiro encontro – Tempo estimado: 50 minutos.

Primeiro momento (15 minutos) – Revisão e consolidação de conceitos:

A proposta utiliza a metodologia de Instrução por Pares para promover a troca de ideias e a colaboração entre os estudantes. Deve-se iniciar o encontro dividindo os estudantes em grupos e retomando os conceitos trabalhados na aula anterior. A pergunta inicial para engajar os alunos deverá ser: quais conceitos trabalhamos na aula passada sobre diversidade sexual e de gênero? Os estudantes revisam seus registros individuais para relembrar os conceitos e, juntos, discutem os termos que mais se destacaram.

Então, professora e professor listam os principais conceitos no quadro (por exemplo, sexualidade, Direitos Humanos, homossexualidade, bissexualidade, cisgênero, resistência, LGBTQIAPN+, etc.), enfatizando aqueles que foram mais significativos para a turma. Cada grupo é responsável por desenvolver a definição de um conceito específico, utilizando anotações anteriores e fontes de apoio disponíveis.

Esses conceitos serão incorporados ao painel colaborativo “Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade,” iniciado na aula anterior. O painel é mantido na sala de aula como recurso visual para consulta e atualização contínua. Cada grupo cria um verbete que deve incluir: (a) uma definição clara do conceito, (b) reflexões críticas sobre como o conceito é percebido e aplicado na sociedade atual, e, (c) conexões com as fontes históricas e contemporâneas analisadas. Após a produção, os grupos apresentarão suas definições, promovendo um debate mediado pelo professor. O objetivo é ajustar interpretações e garantir um entendimento crítico e coletivo de cada conceito.

Segundo momento (20 minutos) – Introdução ao tema sensível:

Adotando a metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), deve-se introduzir o tema central da sequência: violência infantil no contexto da prática cultural do *Bacha Bazi* no Afeganistão. Esse momento é conduzido com sensibilidade e acolhimento, considerando a delicadeza do tema.

Os docentes iniciarão contextualizando a importância do debate, explicando que silenciar essas questões perpetua injustiças. O objetivo é criar um espaço seguro para que os estudantes possam se sentir confortáveis para compartilhar pensamentos, dúvidas ou experiências sem julgamento. Todos os assuntos que envolvem violências são temas sensíveis e tratar de violência infantil pode ser ainda mais impactante para alguns. Dessa forma, deve-se ter segurança da responsabilidade que assumiu e construir um espaço de confiança com os estudantes, reconhecendo que polêmicas e silêncios podem surgir, mas que o objetivo principal é transformar essas aulas em um momento de empoderamento e fortalecimento dos laços de confiança.

Pode-se, ainda, explicar que, por mais desafiador que seja abordar esses temas, o silêncio em torno dessas questões pode ser mais prejudicial. Com isso, pretende-se que os estudantes aprendam a reconhecer situações de violência, cuidar de seus corpos e falar sobre sexualidade sem medo e sem constrangimento. Para guiar a introdução, a professora e o professor podem utilizar de recursos visuais, como um mapa-múndi ou globo, para localizar o Afeganistão e diferenciá-lo do Ocidente.

Durante a atividade, perguntas estimulantes podem ser feitas: o que vocês sabem sobre o Oriente Médio? Como imaginam as relações de poder nessa região em comparação ao Brasil? A seguir, os estudantes são organizados em grupos e recebem links[20] para reportagens sobre o Afeganistão, juntamente com uma ficha de leitura (Ficha 1) que contém questões norteadoras. Os grupos discutirão e registrarão suas descobertas por meio de mapas mentais ou de fichas para serem compartilhadas na próxima etapa.

Terceiro momento (15 minutos) – Socialização e reflexão:

[20] As reportagens disponibilizadas são: AFP. Their Silent Screams. *AFP Correspondent*, [s.l.], 20 mar. 2023. Disponível em: https://correspondent.afp.com/their-silent-screams. Acesso em: 23 ago. 2024. E AFP. Behind the Shame and Silence. *AFP Correspondent*, [s.l.], 18 jul. 2023. Disponível em: https://correspondent.afp.com/behind-shame-and-silence. Acesso em: 23 ago. 2024. As reportagens do correspondente da Agência Francesa de Imprensa (AFP) que foram selecionadas por serem pioneiras nessa denúncia e ganharam prêmios internacionais.

O último momento do encontro será dividido em duas etapas. Na primeira, cada grupo apresentará suas descobertas com base nas reportagens e na análise da Ficha 1. Durante a socialização, a professora e o professor incentivarão discussões respeitosas, destacando que o objetivo não é encontrar respostas definitivas, mas questionar e compreender as relações de poder e as contradições culturais. Com o debate espera-se que os estudantes tragam: a legitimação da pedofilia como capital simbólico no contexto afegão; a coexistência entre a prática do *Bacha Bazi* e a condenação da homossexualidade, e as estruturas de poder patriarcal e como essas dinâmicas se refletem na opressão infantil.

No segundo momento, utilizando-se de metodologia de Sala de Aula Invertida, os estudantes serão orientados a ler em casa a reportagem "Soldados afegãos estão usando meninos como escravos sexuais, e os EUA estão olhando para o outro lado"[21]. A atividade inclui uma pergunta reflexiva: de que forma a conivência de forças internacionais com a prática do *Bacha Bazi* viola os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU? Todos os estudantes receberão a referência do texto que está localizado em ambiente virtual e deverão ser informados de que a leitura servirá para pensar a questão: como a conivência dos Estados Unidos com a prática do *Bacha Bazi* pelas forças aliadas afegãs viola os princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU?

A proposta dessa atividade é estimular a curiosidade nos estudantes em relação aos direitos das crianças da ONU, portanto os estudantes precisarão buscar informações sobre a convenção dos direitos e construir suas argumentações em respeito aos riscos dessas violações para a segurança dessas crianças. Cada estudante deve construir um pequeno texto que será útil para a construção da próxima proposta.

Segundo encontro – Tempo estimado: 50 minutos

Primeiro momento – (20 minutos) – Reflexão:

A culminância desta sequência didática busca ajudar os estudantes a compreenderem que, mesmo com diferenças culturais significativas entre o Afeganistão e o Brasil, ambos os contextos apresentam desafios graves relacionados ao abuso infantil. Para atingir essa meta, a proposta utiliza a metodologia de Instrução por Pares e Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

[21] ANDREW, Quil. Afghan soldiers are using boys as sex slaves — and the U.S. is looking the other way. *The Washington Post*, Washington, 18 jul. 2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2017/07/18/afghan-soldiers-are-using-boys-as-sex-slaves-and-the-u-s-is-looking-the-other-way/. Acesso em: 23 ago. 2024.

Os estudantes devem ser orientados em uma pesquisar sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e a Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU. O caminho é direcionar os estudantes a ter interesse por esses documentos, para que compreendam a importância de conhecerem e valorizarem leis e acordos voltados para os direitos da criança, desconstruindo percepções equivocadas de que leis e direitos não são úteis em nosso país.

Complementando a pesquisa, a professora e o professor apresentarão uma reportagem projetada para toda a turma, intitulada "País registra 164,2 mil estupros de crianças e adolescentes em 3 anos"[22]. Nesse momento, será feito uso da estratégia de leitura compartilha envolvendo os estudantes no processo de aprendizagem.

Concluída a leitura, podem-se trazer algumas questões norteadoras como: vocês já tinham tido acesso a alguma pesquisa sobre abuso infantil no Brasil? Qual informação trouxe maior impacto? Diante das pesquisas sobre o *Bacha Bazi* no Afeganistão e a leitura desses dados sobre a violência no Brasil, o que essas situações nos dizem sobre a importância de proteger e apoiar as crianças em diferentes partes do mundo?

Os estudantes serão convidados a compartilhar suas reflexões, conectando as informações aprendidas nas aulas anteriores e as pesquisas realizadas. Essas perguntas devem ser relacionadas aos documentos, às pesquisas e à leitura compartilhada, estabelecendo uma base crítica para compreender a universalidade da problemática do abuso infantil.

Segundo momento (30 minutos) – Mobilização:

A segunda etapa do encontro utiliza a metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), promovendo o protagonismo estudantil e a aplicação do conhecimento adquirido em uma intervenção prática na escola. Deve-se encerrar a discussão informando que agora os estudantes podem se mobilizar e construir uma proposta de intervenção na escola que seja um alerta para essa situação que gera tanta preocupação em nosso país.

Os estudantes serão convidados a se tornarem agentes ativos de mudança ao formarem grupos e construírem uma campanha na escola para a proteção de crianças vítimas de violência sexual. Com base nas pesquisas realizadas, nos debates e nos registros realizados devem desenvolver a construção de um painel infográfico como forma de intervenção educativa e de mobilização da comunidade escolar.

[22] AGÊNCIA BRASIL. País registra 164 mil estupros de crianças e adolescentes em 3 anos. *Agência Brasil*, Brasília, 22 ago. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-08/pais-registra-164-mil-estupros-de-criancas-e-adolescentes-em-3-anos. Acesso em: 23 ago. 2024.

A professora e o professor organizarão os estudantes em grupos que deverão trabalhar nas seguintes etapas: estruturar as informações coletadas durante as aulas e pesquisas, assegurando que o conteúdo seja objetivo, relevante e informativo; elaborar os textos, os gráficos, as tabelas e as imagens que integrarão o painel. O conteúdo deve incluir informações como: dados estatísticos sobre abuso infantil no Brasil, aspectos legais do ECA e da Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU, reflexões sobre a prática do *Bacha Bazi* e sua conexão com a violência infantil no Brasil.

Para garantir uma organização eficiente, deve-se orientar a atividade especificando que cada grupo assuma uma função específica, como coleta de materiais, redação dos textos, criação de gráficos, montagem do painel e planejamento da exposição. Os docentes devem incentivar os estudantes a pensarem em estratégias para divulgar o painel na escola, incluindo: convites para professores e turmas; divulgação em redes sociais da escola (se disponível), e preparação de falas breves para apresentar o painel no dia da exposição.

Avaliação

A avaliação da sequência didática será contínua, formativa e somativa, articulando os objetivos, competências e conteúdos trabalhados, garantindo aprendizagens significativas e promovendo ajustes no ensino-aprendizagem. Os estudantes serão avaliados por sua capacidade de relacionar contextos históricos e culturais distintos, como o *Bacha Bazi* no Afeganistão e as violações de direitos infantis no Brasil, analisando criticamente as dinâmicas de poder e exclusão. Além disso, espera-se que demonstrem empatia e valorização dos Direitos Humanos, propondo ações concretas para enfrentar o abuso infantil e desenvolvendo protagonismo por meio de intervenções práticas que promovam debate e conscientização na escola e na comunidade. A avaliação será realizada em etapas específicas, com objetivos claros para cada momento:

1. Primeiro encontro: consolidação e socialização

Avaliação Formativa: participação ativa nos debates em grupo. Organização e clareza na elaboração dos verbetes para o dicionário “Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade”. Colaboração dos estudantes na definição dos conceitos, considerando a profundidade das reflexões críticas e a capacidade de articular os conteúdos históricos e

contemporâneos discutidos. Clareza, coerência e relevância das descobertas apresentadas pelos grupos. Respeito e empatia nas discussões.

2. Segundo encontro: painel infográfico

Avaliação Somativa: a avaliação será focada na capacidade dos estudantes de sintetizar os conhecimentos construídos e na elaboração do painel infográfico como produto final, apresentando propostas práticas e reflexivas para combater o abuso infantil, articulando elementos históricos e contemporâneos. Será avaliada, também, a coerência e clareza nos textos reflexivos produzidos como atividade de casa, incluindo a argumentação sobre a violação dos princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, a integração de dados históricos e contemporâneos no painel infográfico, com reflexões críticas sobre as práticas culturais analisadas e sua relação com o contexto brasileiro.

RUBRICA PARA AVALIAÇÃO

Indicadores	Deficiente	Regular	Bom	Muito Bom
Síntese e construção do conhecimento.				
Análise de Fontes e de conceitos.				
Levantamento de hipóteses e registro de ideias.				
Construção de ações de empatia.				
Produção do Painel Infográfico.				

Fonte: autoria própria (2024).

Ficha 1

Ficha de leitura- Reportagens
Como a prática do *Bacha Bazi* reflete a estrutura patriarcal radical do Afeganistão, onde o poder é centralizado no homem adulto? De que maneira essa estrutura legitima a violência

contra mulheres e meninos?
Como podem considerar que há uma modalidade de prática sexual entre sujeitos do mesmo gênero/sexo que não se caracteriza como homossexualidade?
Diante do exposto na notícia, como eram (e são) vistas as relações homossexuais na sociedade afegã?
Construam hipóteses para explicar por que a prática do *Bacha Bazi* existe em uma sociedade que condena a homossexualidade?
Como o ambiente escolar pode se tornar um espaço de resistência contra a opressão de gênero e a violência sexual?

3.4 A História das Hijras na Índia e o Reconhecimento da Transgeneridade no Brasil

> [...] um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina
> (Louro, 2016, p. 8).

Este texto, inspirado pelas palavras de Guacira Louro, propõe um mergulho reflexivo no que significa ser percebido como "estranho". A sequência didática aqui apresentada busca desestabilizar certezas, questionar normas e, sobretudo, provocar um fascínio transformador: o de entender e respeitar as diversas formas de ser e existir.

A comunidade LGBTQIAPN+ vem mobilizando uma agenda de lutas e conquistas ao longo dos anos. Essas conquistas adentram as escolas por meio das vozes de estudantes que, ainda incertos de seus direitos, reivindicam o reconhecimento de suas identidades e de suas experiências como legítimas e não abjetas. Eles buscam oportunidades de acesso à informação que lhes garantam um direito fundamental a todos os cidadãos: o direito à vida.

Porém, é preciso ir além. Mesmo com todo esse amparo legal, com a criminalização da homofobia, pela Lei nº 7.716/2020, criminosamente a sociedade continua a matar e tirar os direitos dessa população. Paulo Freire (1982) propõe não o fim das diferenças, mas a garantia do direito de cada indivíduo ser respeitado pelo que é. Trata-se de uma igualdade na qual nenhum indivíduo seja discriminado ou menosprezado; todos devem ser tratados com dignidade e respeito, independentemente de suas diferenças.

As culturas e escolhas de cada pessoa devem ser reconhecidas e aceitas como legítimas. Dessa maneira, os indivíduos tornam-se protagonistas de suas próprias histórias, defendendo seu lugar de diferença sem perpetuar estigmas de violência, inferioridade e silenciamento. Louro (2011, p. 65) segue na mesma linha de pensamento e ressalta que,

> [...] é fundamental que, como educadores, voltemos nosso olhar para os processos históricos, políticos, econômicos e culturais que determinaram uma identidade como legítima e não problemática, enquanto as demais foram vistas como diferentes ou desviantes. Nesse sentido, é imprescindível analisar também como a escola e outras instituições não escolares têm lidado com essas questões.

Dados da pesquisa "Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro", publicada em 2021, mostram que 77,5% das famílias pesquisadas confirmam situações de violência vividas por adolescentes na escola. Um dado alarmante é que, entre os perpetradores dessas violências, estão professores e funcionários. Isso justifica uma aula que aborda os corpos trans na história, em outras sociedades, trazendo o desconforto da resistência performática para o centro da sala de aula. Nilson Fernandes Diniz (2011, p. 42) levanta algumas questões em torno das violências vivenciadas quando aponta que:

> Na escola o *bullying homofóbico* tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar. Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar.

Na Índia, as hijras são reconhecidas historicamente como um "terceiro gênero", com papéis sociais e culturais específicos. Em 2014, a Suprema Corte da Índia legitimou esse reconhecimento, marcando um avanço no entendimento das diversidades de gênero. A trajetória das hijras permite que professores de História desafiem os estudantes a refletir: por que algumas sociedades escolhem a violência para lidar com a diversidade ao passo que outras encontram formas de inclusão?

As práticas culturais das hijras também desafiam o binarismo de gênero. Elas nos convidam a ver o corpo, o sexo e o desejo como instâncias que não precisam necessariamente dialogar entre si. Judith Butler (2015) argumenta que o sistema cis-heteronormativo opera mediante uma narrativa branca, eurocêntrica e raramente questionada. Romper com essa narrativa exige compreender que ser homem ou mulher não é uma experiência universal, mas uma construção social distinta em diferentes culturas.

Os corpos que assumem suas identidades de gênero não hegemônicas fazem parte de nossa sociedade e são sujeitos de direitos. Destaca-se, então, o valor de conhecer como outras

sociedades compreendem os gêneros, conforme relatado por Cavalcante e Souza (2020, p. 10):

> Os nativos americanos que reconheciam cinco gêneros, sendo estes: mulher, homem, mulher de dois espíritos, homem de dois espíritos, e transgênero. Mulher e homem são categorias de indivíduos bem definidos, que possuem um único espírito que está de acordo com o seu corpo (um espírito de homem num corpo de homem, um espírito de mulher num corpo de mulher); o homem e a mulher de dois espíritos, como o próprio nome indica, possuem dois espíritos, um de homem e outro de mulher, num mesmo corpo; e, finalmente, o transgênero, a pessoa que tem o espírito trocado: um espírito de homem num corpo de mulher, um espírito de mulher num corpo de homem. As diferenças, portanto, são bem-estabelecidas. Mas, o fundamental a se destacar é que todas as cinco categorias são aceitadas como normais e naturais. E, no que diz respeito às relações afetivas e sexuais, todas as combinações são possíveis.

A escola deve promover a desconstrução de ideias preconcebidas sobre identidades de gênero e orientações sexuais. Berenice Bento (2006) menciona que, no século XX, o objetivo era construir sintomas e diagnósticos para os transexuais em busca do transexual "verdadeiro", lutar pelo estigma e pela definição, pois definir é necessário para controlar. Esses estigmas são tensionados pelas práticas da diversidade sexual e de gênero que tentam construir outras formas de representação para a comunidade LGBTQIAPN+, rompendo com uma construção que lhes roubam a cidadania. Diante disso, como destaca Bortolini (2023, p. 53), tratar de gênero na escola,

> [...] não tem nada a ver com doutrinação ideológica. Ao contrário, é um convite à reflexão, ao pensamento crítico, que nos faz questionar, a partir de fundamentos científicos, aquilo que parece óbvio e construir uma perspectiva autônoma para além das "ideologias" que nos foram ensinadas desde a infância.

Esses apontamentos convidam você, colegas professora e professor, a refletir sobre como ensinar história para nossos estudantes de modo que, mesmo ao tratar da diversidade sexual e de gênero, não continuemos a operar dentro das normas da heteronormatividade.

COMPETÊNCIAS:

Esta sequência didática foi planejada para explorar competências que promovam a análise crítica, a empatia e o respeito à diversidade em temas relacionados à história da transgeneridade e da diversidade sexual. Por meio do estudo das hijras na Índia e sua relação com o contexto brasileiro de violência e discriminação contra pessoas trans, os estudantes são desafiados a refletir sobre as normas culturais e históricas que moldaram as representações de gênero em diferentes sociedades em diferentes tempos. A proposta prioriza a desconstrução

de preconceitos, com base nos Direitos Humanos e o engajamento dos estudantes na construção de conhecimentos que respeitem e valorizem a pluralidade.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Competência 9

Justificativa: ao abordar a trajetória das Hijras e relacionar com o cenário brasileiro, a sequência didática promove o respeito às diferenças, desafiando os estudantes a compreenderem as diferentes identidades. O exercício do diálogo e da escuta ativa é central para desenvolver empatia nas relações cotidianas que embasam a convivência democrática e compreensão da ética, essenciais na formação cidadã.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

- **(EM13CHS502):**

Justificativa: os estudantes serão incentivados a problematizar as normatividades de gênero e suas implicações históricas e contemporâneas. A análise de narrativas históricas, como a das Hijras, como terceiro sexo, que remonta a mais de 4.000 anos permitirá uma compreensão das continuidades e rupturas na construção social de gênero e dos preconceitos construídos pelas sociedades em diferentes culturas, priorizando valores éticos e democráticos.

- **(EM13CHS503)**

Justificativa: a importância cultural das hijras, em contraponto às diversas formas de exclusão vividas pelas pessoas trans no Brasil, permitirá aos estudantes desenvolver uma compreensão crítica dos sistemas de poder que perpetuam a discriminação. A proposta inclui o desenvolvimento de estratégias éticas para combater práticas LGBTfóbicas na escola.

- **(EM13CHS605)**

Justificativa: perceber as diferentes formas de compreender os gêneros e a sexualidade em diferentes realidades permitirá aos estudantes compreender as diferentes formas de violação dos Direitos Humanos e as possibilidades de transformação social. Essa análise crítica fomentará a proposição de ações concretas para a promoção da igualdade e da justiça.

REFRENCIAL CURRICULAR POTIGUAR

- **(RNCHHIS003)**

Justificativa: os estudantes serão provocados a investigar a trajetória histórica das hijras e das pessoas trans no brasil, diferenciando os contextos espaço e tempo, utilizando fontes variadas e métodos de pesquisa histórica para ampliar suas perspectivas críticas.

- **(RNCHHIS004)**

Justificativa: ao estudar as conquistas e os desafios enfrentados pelas hijras na Índia e relacioná-los às lutas por reconhecimento no Brasil, os estudantes serão conduzidos a uma reflexão crítica sobre os processos históricos de construção e desconstrução de direitos.

- **(RNCHHIS053)**

Justificativa: ao investigar fonte históricas, os estudantes são estimulados a repensar estereótipos em relação as questões de gênero e sexualidade e perceber outras formas de expressão.

- **(RNCHHIS059)**

Justificativa: a análise das práticas culturais das hijras e de narrativas contemporâneas sobre a transgeneridade no Brasil permitirão aos estudantes compreender as múltiplas formas de organização social e suas implicações. A sequência didática busca desnaturalizar preconceitos e estimular ações práticas em prol da diversidade e dos Direitos Humanos.

Duração: 3 aulas de 50 minutos
Público: Ensino Médio

Descrição:

A sequência didática aborda a história da transgeneridade e da diversidade sexual em diferentes culturas e sociedades, problematizando a diversidade de experiências de gênero em contraste com a realidade brasileira de violência e discriminação contra pessoas trans. Os estudantes também assistirão a um vídeo com uma propaganda com crianças trans e finalizarão elaborando um produto que sistematizará os conhecimentos construídos durante os encontros. A sequência promove o desenvolvimento de habilidades críticas, empatia e engajamento dos estudantes na construção de seu reconhecimento e valorização das vivências de todos.

Conteúdo:

A sequência didática tem como eixo central a análise histórica e cultural da trajetória das hijras na Índia e o reconhecimento da transgeneridade como parte das lutas pela igualdade e respeito às diferenças. O recorte temporal abrange desde o papel social das hijras como "terceiro gênero", reconhecido há milênios, até sua legitimação jurídica pela Suprema Corte indiana em 2014, conectando esse contexto às lutas e conquistas das pessoas trans no Brasil contemporâneo.

A proposta contempla as normas de gênero coloniais, enfatizando o protagonismo das hijras na subversão de modelos binários de gênero e na afirmação de suas identidades culturais. Esse contexto é ampliado para explorar as barreiras enfrentadas por jovens trans brasileiros, particularmente no espaço escolar, onde o preconceito e a exclusão ainda persistem.

Ao articular o contexto histórico das hijras à realidade brasileira, a sequência busca promover uma sensibilização coletiva para o acolhimento físico e emocional de jovens trans, reconhecendo a necessidade de criar políticas e práticas que assegurem sua permanência na escola com dignidade. Essa abordagem valoriza o acesso aos direitos fundamentais, como o uso de espaços escolares conforme suas identidades de gênero, e fomenta o combate à LGBTfobia por meio de ações práticas e debates críticos.

A análise crítica de fontes históricas e contemporâneas, como legislações, narrativas culturais e experiências escolares, visa desnaturalizar preconceitos e construir uma visão ética e democrática, preparando os estudantes para atuar como cidadãos comprometidos com o

respeito e com a diversidade. Ao conectar histórias de resistência, a sequência estimula o desenvolvimento de empatia e a valorização da luta por direitos.

Objetivos

- **Reconhecer** as diferentes formas de organização social das hijras na Índia, destacando seu papel histórico como "terceiro gênero" e comparando com narrativas ocidentais sobre gênero e sexualidade;
- **Relacionar** os contextos históricos e culturais das hijras com as experiências de jovens trans no Brasil, identificando continuidades e rupturas nas lutas por reconhecimento e inclusão;
- **Analisar** criticamente as implicações do preconceito e da exclusão de pessoas trans no ambiente escolar, utilizando dados e relatos de pesquisas contemporâneas;
- **Defender** a importância do acolhimento físico e emocional de jovens trans nas escolas, mobilizando argumentos fundamentados nos Direitos Humanos e na legislação brasileira;
- **Propor** estratégias que promovam a inclusão de pessoas trans no ambiente escolar, considerando o uso de espaços de forma respeitosa e livre de preconceitos;
- **Criar** um produto final (como um painel colaborativo ou uma campanha de sensibilização escolar) que articule conhecimentos históricos, culturais e sociais sobre a transgeneridade, promovendo o respeito à diversidade e a reflexão ética.

ESTRATÉGIAS – Sequência organizada em três encontros.

Primeiro encontro – Tempo estimado: 50 minutos

Primeiro momento – (20 minutos) – Revisão e construção colaborativa

O primeiro momento da sequência didática utiliza a metodologia de Instrução por Pares para promover uma retomada colaborativa dos conceitos previamente abordados sobre diversidade sexual e de gênero. Deve-se iniciar o encontro solicitando aos estudantes que revisitem suas anotações das aulas anteriores, incentivando uma revisão coletiva dos conceitos trabalhados.

Nesse processo, os estudantes são organizados em duplas e compartilham suas percepções, identificando os termos mais significativos. Essa interação permite o

esclarecimento de dúvidas e o aprofundamento da compreensão dos temas. Após as discussões em pares, os conceitos destacados são organizados pelo professor no quadro, facilitando a visualização e o planejamento da atividade subsequente.

Em seguida, deve-se dividir os estudantes em grupos maiores e cada um receberá a tarefa de construir um verbete para o "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade". Os conceitos designados incluem LGBTQIAPN+, transgênero, feminismo, corpo, igualdade e desigualdade, podendo ser ampliados com outros apontados pelos próprios alunos durante a discussão inicial.

Com base em suas anotações, pesquisas anteriores e fontes disponibilizadas, os grupos elaborarão definições para os termos, acompanhadas de reflexões críticas que conectam os conceitos ao contexto contemporâneo e às representações históricas exploradas ao longo da sequência. Ao final da etapa, os grupos inserirão os verbetes elaborados no dicionário coletivo, revisitando e ajustando as definições para garantir coesão e qualidade.

Essa atividade integrará as discussões teóricas e práticas realizadas durante as aulas, promovendo o desenvolvimento de habilidades de colaboração, reflexão crítica e análise histórica. Além disso, engajará os estudantes na construção de um produto concreto que reflete suas aprendizagens e contribui para a valorização das narrativas sobre diversidade sexual e de gênero. O material será retomado na culminância da sequência, resgatando a produção autoral dos estudantes como parte do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Momento – (30 minutos) - Trabalho com fontes

No segundo momento da sequência didática, deve-se utilizar o método histórico de Leitura Crítica de Imagens com o objetivo de analisar representações de gênero e diversidade em produções visuais. Inicia-se a atividade projetando a imagem de Hijas (Figura 7) para dialogar com a temática de gênero e sexualidade, contextualizando brevemente sua relevância histórica e social. Essa contextualização inicial busca orientar os estudantes para a análise crítica da construção social das identidades de gênero presentes na imagem.

Para guiar o processo de análise, utiliza-se a Metodologia Baseada em Problemas, entregando a cada estudante uma ficha de leitura (Ficha 1) contendo perguntas orientadoras. Esse instrumento apresenta questões como: quais mensagens a imagem comunica sobre gênero e sexualidade? Que elementos históricos ou culturais podem ser identificados? Quais ideologias podem estar implícitas na representação visual? A análise é realizada

individualmente, permitindo que cada estudante formule hipóteses e interpretações iniciais com base nos seus conhecimentos prévios e reflexões.

Após o momento individual, os estudantes se organizarão em pequenos grupos para discutir suas interpretações. Nesse espaço colaborativo, serão estimulados a compartilhar percepções e a confrontar diferentes leituras, identificando possíveis estereótipos, preconceitos ou padrões históricos e sociais representados na imagem. Durante as discussões, a professora e o professor atuarão como mediadores, incentivando o aprofundamento das análises e conduzindo os estudantes no processo da produção histórica. Além disso, deve-se destacar como a imagem, produto cultural, pode moldar e refletir normas de gênero e sexualidade em diferentes contextos históricos.

Esse momento da sequência didática tem como objetivo desenvolver nos estudantes a capacidade de analisar criticamente discursos imagéticos, promovendo o discernimento em relação às ideologias e manipulações visuais que muitas vezes se apresentam como verdades absolutas. Por meio da análise e discussão, os alunos serão desafiados a confrontar preconceitos, desconstruir estereótipos e construir argumentos sólidos que desnaturalizem representações excludentes, conectando a análise histórica ao contexto contemporâneo. A atividade, ao mesmo tempo que fomenta a criticidade, contribui para que o estudante se veja como construtor do conhecimento.

Segundo encontro – Tempo estimado: 50 minutos

Primeiro momento – (20 minutos) – Reconhecimento

Deve-se iniciar utilizando a reportagem do jornal *El País*, intitulada: "A Índia reconhece os transexuais como um 'terceiro gênero'"[23], como principal fonte para explorar a diversidade sexual e de gênero em diferentes contextos históricos e culturais. A metodologia adotada é a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que fomenta o desenvolvimento da análise crítica, a construção colaborativa do conhecimento e a resolução de problemas com base em fontes históricas e contemporâneas.

A reportagem é apresentada com um recorte temporal que contextualiza as especificidades sociais e políticas das hijras na Índia, destacando sua legitimação jurídica pela Suprema Corte indiana em 2014. Os estudantes serão divididos em grupos e orientados a

[23] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/15/sociedad/1397557465_686896.html. Acesso em: 21 set. 2024.

realizar a leitura coletiva da reportagem com o apoio da Ficha de Leitura 2, que organiza a análise em torno de elementos centrais. Com isso, espera-se que os estudantes percebam o recorte temporal da reportagem e que isso reflete mudanças recentes nas estruturas políticas e sociais da Índia e relacionem isso à noção de que o presente é influenciado por processos históricos de longa duração.

Ao identificar vestígios históricos, como práticas culturais, legislações ou dinâmicas de poder presentes no texto, os alunos compreendem a relação entre passado e presente, ampliando sua percepção sobre as formas como sociedades distintas abordam a diversidade de gênero. A leitura crítica da reportagem ajuda os estudantes na identificação de como as normas de gênero e as dinâmicas de poder operam em sociedades distintas. A socialização proporciona um espaço para que os alunos reflitam sobre questões de identidade, empatia, reconhecimento e direitos. Esse exercício enriquece a compreensão dos estudantes ao ampliar sua percepção sobre a pluralidade de experiências de gênero, desenvolvendo um repertório argumentativo mais complexo e um senso ético fundamentado nas demandas contemporâneas por inclusão e respeito à diversidade.

Segundo momento – (30 minutos) – Sensibilização

Com base no debate inicial, direciona-se a discussão para o contexto brasileiro, estimulando os estudantes a realizarem pesquisas rápidas sobre dados relacionados à evasão escolar de estudantes trans no Brasil. A metodologia aplicada neste momento é a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que incentiva os estudantes a analisarem a relação entre a exclusão institucional e a permanência de jovens trans na escola. A discussão inclui a análise de como o uso de espaços escolares e o reconhecimento das identidades trans impactam a experiência educacional.

Após o levantamento dos dados e o debate em grupo, a professora e o professor apresentam um vídeo[24] com depoimentos de crianças trans relatando suas vivências, desafios e demandas por respeito e acolhimento. Essa etapa visa conectar a realidade brasileira à discussão anterior sobre as hijras, evidenciando semelhanças e diferenças nos contextos históricos e sociais. Além disso, a atividade desafia os estudantes a refletirem criticamente sobre as práticas escolares, promovendo uma compreensão mais ampla da importância do acolhimento emocional, físico e social no ambiente educacional.

[24] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mD7De6gYKu8. Acesso em: 21 set. 2024.

Terceiro encontro – Tempo estimado: 50 minutos

Primeiro momento – (5 minutos) – Proposta

A culminância desta sequência didática é marcada pela sistematização das aprendizagens realizadas ao longo das quatro sequências desenvolvidas. A proposta é construir uma "Colcha de Retalhos da Diversidade", na qual cada pedaço representa as identidades dos estudantes e, em conjunto, simboliza os laços e relações estabelecidos ao longo da história e das vivências compartilhadas nas aulas.

Esse momento reflexivo busca conectar o aprendizado histórico com as experiências pessoais, promovendo uma representação coletiva das transformações e descobertas que emergiram durante as aulas. A colcha é um símbolo de pertencimento, respeito e diversidade, reafirmando o valor de todas as identidades e suas histórias, seguida pela sistematização do "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade". Esse material, produzido durante as quatro sequências, será recuperado na exposição do produto final dessa atividade, como um resgate de toda a produção de conceitos autorais dos estudantes ao longo dos encontros.

Segundo momento – (30 minutos) – Produto

Os estudantes, com base nas discussões anteriores, são convidados a elaborar cartazes que expressem suas reflexões sobre o impacto das desigualdades e discriminações enfrentadas por diferentes grupos sociais. A metodologia utilizada é a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj), que incentiva os estudantes a analisar criticamente os processos históricos de exclusão e inclusão, conectando-os ao presente. Cada estudante receberá uma cartolina na qual escreverá sobre sua identidade de gênero e sexualidade, como se sente ao falar sobre isso e o que espera da comunidade para que seu direito de ser quem seja garantido. Este é um momento de autoexpressão e reconhecimento, no qual se podem explorar:

- O direito de ser chamado pelo nome que escolheram;
- O direito de vestir-se conforme sua identidade e desejo;
- O direito de acesso a espaços, como banheiros, de acordo com sua identidade de gênero;
- O respeito por suas escolhas afetivas e amorosas;

- O que é preciso para que o espaço escolar e social seja mais acolhedor e respeitoso;
- A importância de um espaço escolar que acolha a diversidade de todos os estudantes.

Professora e professor precisam construir laços de confiança com os estudantes para que todos se sintam seguros para falar de si. Uma vez com os textos escritos, todos socializarão e organizarão seus cartazes para composição da colcha que será montada ao final da aula em um espaço visível na escola. A e o docente devem atuar como mediadores, estimulando os estudantes a basearem suas produções em fontes históricas e discussões realizadas ao longo da sequência.

Este momento reforça a conexão entre o aprendizado histórico e a construção de uma cidadania ativa, evidenciando como o estudo da história pode promover mudanças sociais. A atividade busca transformar a análise acadêmica em propostas concretas e críticas, fortalecendo o compromisso com os Direitos Humanos. Esta colcha é um símbolo de resistência, afeto e pertencimento.

Terceiro momento – (15 minutos) – Exposição

O encerramento da sequência didática é marcado pela organização da exposição da "Colcha de Retalhos da Diversidade" em algum espaço da escola. Esta culminância não é apenas uma apresentação simbólica, mas um exercício pedagógico fundamentado no potencial da história como disciplina que possibilita a compreensão das continuidades e rupturas nos processos sociais e culturais ao longo do tempo.

A exposição constitui uma oportunidade para refletir historicamente sobre como as narrativas de exclusão e resistência moldaram as relações sociais, reforçando a relevância de valores como inclusão e diversidade. Os estudantes, organizados em grupos, revisitarão os conteúdos trabalhados e as conexões históricas estabelecidas ao longo da sequência. Durante a montagem, a e o docente os orientarão a relacionarem suas produções aos debates históricos sobre gênero, sexualidade e Direitos Humanos, destacando como as lutas por reconhecimento e igualdade, desde o Brasil Colonial até os dias atuais, se refletem nas demandas contemporâneas.

A "Colcha de Retalhos", nesse contexto, emerge como uma metáfora histórica que ilustra a diversidade de vozes e experiências humanas ao longo do tempo, representando tanto as identidades individuais quanto as narrativas coletivas de resistência e transformação social.

A exposição também assume uma função histórica ao estimular diálogos construtivos dentro da comunidade escolar.

Ao conectar o passado com o presente, ela evidencia como a História não é apenas um estudo do que já foi, mas um instrumento essencial para questionar normas estabelecidas, desconstruir estereótipos e construir novas possibilidades para o futuro. Assim, a história reafirma seu papel como disciplina fundamental na promoção da empatia, da justiça social e da compreensão crítica das sociedades, possibilitando aos estudantes assumirem um papel ativo na construção de um mundo mais inclusivo e democrático.

A sistematização do "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade" será integrada à exposição final como um elemento central da culminância desta sequência didática. Esse material, produzido colaborativamente ao longo das quatro sequências, será recuperado para destacar a autoria e o engajamento dos estudantes, refletindo o desenvolvimento de conceitos fundamentais sobre diversidade de gênero e sexualidade.

Avaliação

A avaliação da sequência didática será contínua e formativa, articulada para fornecer subsídios ao professor e permitir reflexões e ajustes no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, integrará elementos somativos ao final da sequência, possibilitando uma visão abrangente do desenvolvimento dos estudantes em relação aos objetivos estabelecidos.

Essa abordagem busca acompanhar como os estudantes desenvolveram as competências, como avançaram na análise crítica das mudanças e permanências históricas relacionadas às normas de gênero e sexualidade, a construção de relações éticas e respeitosas baseadas na valorização da diversidade e o desenvolvimento da empatia e do engajamento ativo em práticas de reflexão e ação voltadas para os Direitos Humanos.

Ao longo das etapas de avaliação, serão observadas como os estudantes conectam os conteúdos históricos às questões contemporâneas, seu comprometimento com os valores éticos e democráticos e sua habilidade de colaborar na construção de propostas concretas para a promoção da inclusão e do respeito à diversidade. A culminância com a exposição final representará não apenas a síntese dos aprendizados, mas também o compromisso dos estudantes em transformar o conhecimento histórico em ações que contribuam para a justiça social e o combate às discriminações.

A avaliação será realizada em etapas específicas, com objetivos claros para cada momento:

1. **Primeiro encontro: reconhecimento**

Avaliação formativa: produção preliminar de verbetes para o "Vozes em Construção: Dicionário de Gênero e Sexualidade". Capacidade de identificar e relacionar conceitos centrais.

2. **Segundo encontro: produção**

Avaliação Formativa: acompanhar o desenvolvimento da análise crítica de fontes históricas e contemporâneas, conectando-as às questões de gênero e sexualidade. Engajamento ético e respeitoso nos debates e nas atividades

3. **Terceiro encontro: produtos finais**

Avaliação Somativa: a avaliação somativa analisará a integração dos aprendizados por meio de cartazes individuais, destacando desigualdades históricas e Direitos Humanos, da colaboração na "Colcha de Retalhos da Diversidade" e da participação na exposição final. Serão avaliadas a criatividade, a coerência argumentativa, a conexão entre conteúdos históricos e as ações contra a LGBTfobia, além do engajamento colaborativo dos estudantes.

RUBRICA PARA AVALIAÇÃO

Indicadores	Deficiente	Regular	Bom	Muito Bom
Análise crítica de preconceitos e exclusão				
Interferências propositivas de respeito a diversidade				
Empatia e ética				
Produção final				
Contextualização histórica e cultural				
Relacionar os temas históricos às questões contemporâneas				

Figura 7 – Laxmi Narayan Tripathi falando em uma conferência na Austrália em 2017

Fonte: Timothy Herbert (2017).

Ficha de análise
Quais são os elementos mais marcantes desta imagem?
Conseguem identificar símbolos que possam representar algum país? Qual?
Como a pessoa retratada se apresenta? Que detalhes em sua vestimenta, postura ou expressão chamam mais atenção?
O que esta imagem comunica para você? Há algum simbolismo evidente?
Quais são os elementos que sugerem pertencimento a um determinado grupo social ou identidade de gênero?

Ficha de análise
O que significa terceiro sexo?
Como as hijras são reconhecidas da Índia?
O reconhecimento do terceiro sexo é importante? Justifique.
A leitura da reportagem ajuda a compreender a importância do respeito à diversidade?

O que podemos aprender com a tradição das hijras sobre o reconhecimento das identidades de gênero fora do binarismo, homem e mulher?
Como o reconhecimento do “terceiro sexo” na Índia se compara ao tratamento das pessoas trans no Brasil?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> [...] reinventam o caminhar, o seguir mirando a alteridade, na tentativa de ensinar história a partir de outras perceptivas, outras posturas éticas e políticas, outros sujeitos, outros lugares para o fazer e o ensinar história. Um outros que somos nós. Um outro que nos que liberta e que nos estimular a continuar caminhando falando de nós, escrevendo e ensinando nossas histórias (Santos, 2023, p. 12).

Ao longo deste trabalho, convidei a leitora e o leitor, e a mim mesma, a narrar nossas experiências e, nesse processo, também ouvirmos o outro. Inspirada por essas reflexões e pelas palavras de Beatriz Preciado (2013, p. 3), revisitei minhas vivências e as de tantos alunos:

> O que meu pai e minha mãe protegiam não era os meus direitos de criança, mas as normas sexuais e de gênero que tinham sido inculcadas dolorosamente neles mesmos, por um sistema educativo e social que punia toda forma de dissidência com a ameaça, a intimidação, o castigo e a morte. Tinha um pai e uma mãe, mas nenhum dos dois podia proteger meu direito à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade.

As palavras de Preciado ecoam porque refletem um sentimento comum a muitos de meus alunos: o enfrentamento de sistemas que silenciam e reprimem suas identidades, que não os protegem quando mais precisam. A situação está posta e como professora, questiono-me: como minhas aulas podem confrontar essas estruturas, mobilizar um pensamento crítico, incitar a ação? Posso, sim, ensinar história por meio de fissuras e brechas, rompendo com os padrões que foram construídos para invisibilizar nossas existências. Não posso – e não quero – ser uma espectadora passiva diante de injustiças. Minha concepção de ensino de história exige mais: exige um compromisso ativo com o desafio dos silêncios que nos foram impostos.

Esta pesquisa destacou não apenas a escassez de recursos didáticos que ofereçam outras narrativas, mas também a dificuldade que muitos colegas enfrentam ao planejar aulas que contemplem a diversidade de gênero e sexualidade. É urgente, então, criar um espaço escolar que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade – que traga para o centro das discussões a comunidade LGBTQIAPN+, seus sujeitos, suas histórias, seus amores. Precisamos de uma história que abrace todas as formas de ser e de existir para que possamos educar para a liberdade. Que minha aula, meu corpo e minha voz possam ser instrumento dessa transformação.

Esse reconhecimento me leva a refletir sobre o meu percurso como professora. Vejo-me uma jovem de dezoito anos, cheia de sonhos e inseguranças, se questionando se haveria uma fórmula mágica para me tornar a professora que um dia imaginei ser. Acreditava que a fórmula mágica estava em trazer os melhores conteúdos, em problematizar os temas mais

polêmicos, em fascinar os estudantes com curiosidades históricas. Mas, ao longo do tempo, fui percebendo que algo se perdia nesse caminho. Onde estavam as histórias dos meus alunos? Onde estavam suas vozes? Suas angústias? Eu estava ali, presente, mas e eles?

A magia, descobri, não estava apenas em mim, mas no espaço que construímos juntos. A sala de aula se tornou um reflexo das nossas imperfeições, onde a transformação acontece ao lado de quem nos cerca. Foi escutando meus alunos que aprendi que as aulas podem e devem ir além dos conteúdos — elas precisam tocar vidas, fazer sentido, conectar-se com as histórias que cada um carrega.

Minha experiência como pessoa LGBTQIAPN+ me ensinou sobre o peso do silêncio, sobre a dor de não se sentir acolhida, sobre o quanto precisamos de espaços para ser quem somos. Essa dor, esse espaço vazio, são o que me impulsionam a fazer diferente para os meus alunos. Que eles possam encontrar na sala de aula um lugar seguro para serem ouvidos, para se expressarem, para sentirem que suas histórias importam.

O ProfHistória me permitiu redescobrir esse caminho. Escolher diversidade de gênero e sexualidade na história, não apenas como um tema de estudo, mas como uma ferramenta de resistência e transformação. O medo ainda sobrevoa as escolas, mas ocupar esses espaços com nossas histórias é abrir caminhos para outros professores que vislumbram outras possibilidades para os conteúdos, criando novas aulas e contribuindo para ampliar o acesso a materiais didáticos que integrem as temáticas de diversidade de gênero e sexualidade.

Cheguei a Natal para reconstruir uma história que foi apagada por aqueles que deveriam ter me acolhido. Neguei-me a ser marcada pelo preconceito e pela ignorância de uma família que, apesar de não tradicional, carregava as cicatrizes do patriarcado, do machismo e da homofobia. Busquei reconstruir minha própria história em Natal, construindo minha identidade e projetos que foram deixados para trás em 2008.

Falar da minha identidade lésbica em sala de aula sempre foi um desafio. Durante muito tempo, escolhi o silêncio — por medo das reações, das famílias, dos julgamentos que poderiam surgir. Criei ao meu redor uma defesa que me protegia, mas também me sufocava. A cada dia, eu me perguntava como uma mulher tão livre, tão questionadora, pôde se calar por tanto tempo. Mas hoje compreendo que foi justamente esse silêncio que se tornou meu ponto de partida. Confrontar meu próprio medo me fez romper essa barreira de segurança e ousar me apresentar como sou: uma mulher lésbica, uma professora, alguém que também está aprendendo.

Ao guiar meus alunos, guio a mim mesma; ao construir um espaço de representatividade, permito que eles também possam se ver. Isso, porque entendi que, para

sermos livres, precisamos narrar nossas histórias. E, ao narrá-las, abro um espaço em que minha identidade lésbica pode existir plenamente – pode ser professora, pode formar uma família, pode reivindicar seu lugar no mundo.

Acredito que meus alunos precisam conhecer esse processo de autoconhecimento de uma professora que luta contra os estereótipos e o preconceito como um ato de resistência. Precisam ver que há muitas formas de ser mulher, muitas formas de amar, muitas formas de existir. Por isso, cada aula se torna um exercício de coragem e transparência. Ao criar um espaço seguro para eles, eu também crio um espaço seguro para mim. É um caminho que construímos juntos – um caminho onde cada um pode ser quem realmente é, vencendo medos e as barreiras que tantas vezes me fizeram hesitar.

Ser uma professora lésbica é, antes de tudo, um ato de criação. É criar uma identidade positiva que valorize meu amor, minha experiência e minha voz, que se tornam ferramentas de transformação. É ensinar com o coração aberto, acreditando que, ao mostrar quem sou, abro caminho para que todos eles – todas elas – percebam que também pode ser livres para mostrar quem são. É ali, com meus alunos, enfrentando as diversas realidades de jovens transexuais, homossexuais e lésbicas, que a urgência de mudar o ensino de história se torna palpável. Não basta falar de datas e eventos; precisamos falar de vidas, de corpos, de quem somos.

Inspirada por Bell Hooks (2017), vejo o ato de ensinar como um ato político. É um ato de coragem, de olhar nos olhos dos meus alunos e dizer que todos têm o direito de existir plenamente, que todos têm o direito de contar suas próprias histórias. Para isso, é preciso mais do que conhecimento teórico; é preciso uma entrega, um envolvimento com suas realidades.

À medida que concluo este projeto, levo comigo a responsabilidade e o compromisso de dar vida às ideias aqui propostas. Sei que ainda há muito para aprender, para ouvir, para ajustar. E é essa vontade de melhorar continuamente que me move. Porque ao final de cada dia, não se trata apenas de mim – trata-se deles. Trata-se de criar um espaço no qual suas histórias possam florescer, no qual o conhecimento se torne uma ferramenta de libertação, e todos possam aprender uns com os outros.

Que a sala de aula seja, para quem ler esse texto, como é para mim, um espaço para corpos serem vistos, ouvidos e respeitados. Um lugar onde cada aluno possa encontrar nas entrelinhas da história a força para narrar sua própria trajetória. Que possamos, juntos, criar um lugar onde o silêncio não precise ser imposto, onde as identidades possam existir em toda a sua plenitude, e onde o aprendizado se torne uma celebração da diversidade. O ProfHistória surge para mim como uma oportunidade para validar o conhecimento que construímos no

chão das nossas escolas, escutando nossas vozes e trazendo para as bases de pesquisa pautas urgentes ao ensino de história.

Por isso, convido todos a ver e ouvir os corpos do silêncio – que, na verdade, nunca foram silenciosos, pois se expressam vividamente a cada momento. Convido meus alunos, colegas e todos que cruzarem este caminho a permitirem-se novas aulas, ver além dos rótulos, a escutarem com o coração. Porque, no fim das contas, é disto que se trata: de aprender juntos a ser, a existir, a resistir e a transformar o mundo ao nosso redor, um passo de cada vez, um olhar de cada vez, uma história de cada vez.

REFERÊNCIAS

ABE, S. K. A maioria da população defende a educação sexual e a igualdade de gênero nas escolas. **Saberes e Práticas,** São Paulo, 04 jul. 2022. Disponível em: https://saberesepraticas.cenpec.org.br/noticias/maioria-da-populacao-defende-educacao-sexual-e-igualdade-de-genero-nas-escolas . Acesso em: 23 jul. 2023.

ANDREW, Q. Afghan soldiers are using boys as sex slaves — and the U.S. is looking the other way. **The Washington Post**, Washington, 18 jul. 2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2017/07/18/afghan-soldiers-are-using-boys-as-sex-slaves-and-the-u-s-is-looking-the-other-way/. Acesso em: 23 ago. 2024.

AZEVEDO, C. B. Sexualidade na escola: perspectiva de gestores de instituições públicas de Natal/RN. Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, v. 7, n. 14, p. 199-232, 2020.

BARRETO, J. B. de M. **"Professor, o senhor é virgem?":** contribuições para o ensino de história de abordagens em gênero e sexualidade desenvolvidas em outros contextos disciplinares da educação básica. 2020. 239f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599510. Acesso em: 06 jul. 2023.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORTOLINI, A. **Pode falar sobre gênero na escola:** quando LGBTs invadem a escola e o mundo do trabalho. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/c0c2a9ec-d322-487a-b54f-a305cb736798/content. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.** Parecer CNE/CP 3/2004. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é base. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, P. H. de. **Transcidadania no armário:** da invisibilidade dos sujeitos históricos à construção de direitos de alunos e alunas trans em escolas públicas. 2020. 80f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Campo Mourão, PR, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/574571/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20ProfHist%C3%B3ria%20Unespar_Paulo%20Henrique%20de%20Brito.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

BUTLER, J. **Fundamentos contingentes:** o feminismo e a questão do "pós-modernismo". Cadernos Pagu, Campinas, v. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457/2381. Acesso em: 23 ago. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 42, p. 249-274, jan.-jun. 2014.

BUTLER, J. **Vida precária:** os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CANABARRO, R. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2013, Passo Fundo, RS. **Anais [...]** Passo Fundo, RS: UPF. ISSN 2318-6208. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

CARDOSO, C. M. Fundamentos para uma educação na diversidade. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R.; SANTOS, D. A. N. (Orgs.) **Diversidade e cultura inclusiva,** 2010, p.10-30 [E-book]. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155241/6/unesp-nead_reei1_ei_d01_e-book.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

CARDOSO, C. M. **Tolerância e seus limites:** um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo: Unesp, 2003.

CARRARA, S. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade.** Curitiba: SPM/PR, 2009.

CAVALCANTE, A. S.; SOUSA, N. A. de. A construção histórico-social do sujeito travesti. **Revista em Perspectiva**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 292-321, 2020.

CERRI, L. F. **Ensino de História e Consciência Histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
CÉSAR, M. R. A.; DUARTE, A. M. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista,** n. 66, p. 141-155, out./dez.2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/KfwSdvDGNG4q7DQvmg4N9pG/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jun. 2024.

CHAUII, M. de S. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 42, n. 1, p. 16, 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/114094. Acesso em: 28 jun. 2023.

COSTA, A. L.; OLIVEIRA, M. M. D. O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. **Sæculum - Revista de História,** *[S. l.]*, n. 16, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11378. Acesso em: 22 out. 2024.
DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista,** São Carlos, SP, v. 39, p. 39-50, abr. 2011.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o" campo" e para a" arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades,** *[S. l.]*, v. 3, n. 4, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300. Acesso em: 22 out. 2024.

FEITOSA, C. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia,** v. 14, n. 43, p. 74-89, 2021. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11487/7839. Acesso em: 20 set. 2024.

FERNANDES, R. F. **Entre resistência democrática e ofensiva conservadora: f**ontes e subjetividades do “Projeto Gênero e Diversidade na Escola” (2015-2016). 2021. 132f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222063/PPEH0026-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 21 set. 2024.

FERRARI, A. As relações de gênero na BNCC de História: da ausência à resistência. **Revista História, histórias,** Juiz de Fora, v. 9, n. 17, p. 152-174, jan./jun. 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/33344/30709. Acesso em: 21 set. 2023.

FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação,** n. 25, jan. 2004. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9259. Acesso em: 21 set. 2023.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual:** saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, 2018.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Homossexualidade e educação sexual:** construindo o respeito à diversidade. Londrina: UEL, 2007.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas,** Maringá, v. 24, n. 2, p. 111–120, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2828. Acesso em: 21 ago. 2023.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, F. S. **Livro didático de História como lugar de memória:** uma proposta de ensino da diversidade sexual. 2018. 184f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/13853/3/2018%20-%20F%c3%a1bio%20da%20Silva%20Gomes.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

GOMES, N. L. Políticas públicas para a diversidade. **Sapere Aude,** v. 8, n. 15, p. 7-22, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p7/12023. Acesso em: 25 ago. 2024.

GONÇALVES, J. C. L. **“Eu quero ver é falar de trans”:** ensino de história e construção de identidade Transexual no cariri cearense do século XXI. 2018. 126f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato, 2018. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601522. Acesso em: 25 ago. 2024.

GREEN, J. N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 15, p. 271–295, 2000. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596. Acesso em: 20 dez. 2023.

HAUBERT, M. Dez avanços e dez desafios homossexuais. **Data de Publicação**, v. 7, p. 01-12, 2012.

HOFFMANN, J**. O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, J. G. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Psico-USF**, v. 18, n. 3, p. 363-372, dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusf/a/Zv5cMnfMKWS5k6xkLtBjjYH/. Acesso em: 20 dez. 2023.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN, 2012. Disponível em: https://www.diversidadesexual.com.br/wp-

content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (orgs.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade.** Rio Grande: FURG, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, R. D. Ideologia de gênero”: uma ofensiva reacionária transnacional. **Tempo e Presença,** v. 32, p. 1-22, 2019. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/Ideologia-de-Genero-KN_out_2018.pdf. Acesso em: 05 mar. 2024.

LAGES, V. N. Trinta e cinco anos de omissão inconstitucional do Congresso Nacional sobre LGBTI (1988-2023): Uma análise sistêmica dos projetos de lei. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16020. Acesso em: 05 ago. 2024.

LEAL, L. A. M.; FERREIRA, M. H. B.; ESCOREL, S. N. Inconstitucionalidade das tentativas de proibição do ensino sobre diversidade sexual e identidade de gênero nas escolas. **Revista Ratio Iuris,** v. 1, n. 1, p. 144–165, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rri/article/view/63419. Acesso em: 29 abr. 2024.

LEE, P. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista,** v. 22, n. especial, p. 131-151, 2006. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5543/4057. Acesso em: 05 mar. 2024.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 04-24.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LUCCA, B. Proporção de pessoas LGBTQIA+ entre os mais jovens é o triplo do que entre os mais velhos. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 21 set. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/proporcao-de-pessoas-lgbtqia-entre-os-mais-jovens-e-o-triplo-do-que-entre-os-mais-velhos.shtml. Acesso em: 15 jan. 2023.

MACIEL, T. S.; SILVA, M. E. F. da; BRABO, T. S. A. M. Desafios à educação frente aos “novos” direitos humanos: a construção da categoria de gênero junto aos movimentos feminista e LGBT. **Revista Itinerarius Reflectionis,** v. 13, n. 2, p. 01-19, 2017. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/45424. Acesso em: 30 abr. 2024.

MARIANI, B. As formas discursivas e a ameaça comunista. **Línguas e Instrumentos Línguísticos**, Campinas, SP, n. 44, p. 270–289, 2019. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657817. Acesso em: 30 abr. 2024.

MISKOLCI, R. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, R. (Org.) **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 75-112.

MONTEIRO, L. N.; ROVAI, M. G. O. Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais no ensino de História: um relato de experiência. **Educação em Foco,** Juiz de Fora, v. 26, n. especial, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/34734/23571. Acesso em: 30 abr. 2024.

MOTA, G. M.; PORDEUS, M. P. Direitos humanos, educação e cidadania LGBT: uma análise das ações e programas do estado do Ceará. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 1, p. 819-836, 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8314. Acesso em: 30 abr. 2024.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad,** Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/R5yj8sS5khtBxVRXZPYgK8H/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 abr. 2024.

NASCIMENTO, A. R. do. (Des) construções dos indivíduos LGBTQ+ nos canais de massa: riscos de backlash e a arte como instrumento de (in) fluência do discurso dos direitos humanos fundamentais. **Revista de Direito, Arte e Literatura,** Goiânia, v. 5, n. 1, p. 39-55, jan./jun. 2019. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/download/5575/pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

NUNES, P. S. C. **Gênero e sexualidade nas aulas de história:** composições para um currículo antinormativo. 2020. 183f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213527. Acesso em: 05 ago. 2024.

OLIVEIRA, M. M. D. de Ensino de História: (des)caminhos na construção de um objeto de pesquisa. In: SILVA, C. B. da; ZAMBONI, E. (Orgs.). **Ensino de história, memória e culturas.** Curitiba: Editora CRV, 2013. p.229-244.

OLIVEIRA, M. M. D.; FREITAS, I. Ideologia e professor de história. **Revista Palavras ABEHrtas**, n. 6, 2022. Disponível em: https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/65/37. Acesso em: 22 out. 2024.

PARANÁ (Governo Estadual). Secretaria de Estado da Educação. Pensar a sexualidade na contemporaneidade. In: PARANÁ (Governo Estadual). Secretaria de Estado da Educação. **Sexualidade.** Curitiba: SEED/PR, 2009. p. 29-35. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf. Acesso em: 05 set. 2024.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História,** São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 05 set. 2024.

PRECIADO, B.; NOGUEIRA, F. F. M. Quem defende a criança queer?. **Revista Jangada: Crítica | Literatura | Artes**, v. 1, n. 1, p. 96-99, 2013. Disponível em: https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17/2. Acesso em: 10 set. 2024.

QUINALHA, R. Do armário para o altar: entre reconhecimento e normalização no julgamento da ADPF 132 pelo STF. In: FERRAZ, C. V. *et al.* **Diferentes, mas iguais:** estudos sobre a decisão do STF sobre a união homoafetiva (ADPF 132 e ADI 4277). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

RIBEIRO, L. Ciência homossexualismo e endrocrinologia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 13, n. 3, p. 498-511, set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlpf/a/DYXQ37yxzTngkYJZ6Hh4NFH/. Acesso em: 20 jul. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. **Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar**. Natal: SEEL, 2021.

RIOS, R. R.; SANTOS, W. R. Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). **Homofobia & educação:** um desafio ao silêncio. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. UnB, 2009.

RÜSEN, J. Consciência histórica como tema da didática da história. **Métis História & Cultura,** v. 19, n. 38, p.16-22, jul./dez.2020. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9985/4548. Acesso em: 23 ago. 2024.

RÜSEN, Jörn. Consciência histórica como tema da didática de história. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 19, n. 38, 2020.

RÜSEN, Jörn**. História viva:** teoria história – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

SAIBA MAIS. RN tem dados insuficientes sobre crimes contra população LGBTQIA+, revela Anuário de Segurança Pública. **Saiba Mais,** 2023. Disponível em: https://saibamais.jor.br/2023/07/rn-tem-dados-insuficientes-sobre-crimes-contra-populacao-lgbtqia-revela-anuario-de-seguranca-publica/. Acesso em: 19 jun. 2024.

SANTOS, A. R. B. dos. **Desafios para a Democracia:** Representação, Justiça e Políticas Públicas para a comunidade LGBTI+. São Paulo: Moderna, 2023.

SCHNEIDER, G. **Gênero e ensino de história:** A experiência das aulas para pensar a construção do currículo. 2019. 204f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/199640. Acesso em: 25 ago. 2024.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667. Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, E. P. de Q. *et al.* **Corpo, gênero e sexualidade:** Memórias, lutas e insurgências nas educações. Campina Grande: Ed. Realize, 2023.

SILVA, L. M. Experiências e estratégias no ensino de História sobre gênero e sexualidade na educação básica em Triunfo/Candeias do Jamari-RO. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 39, p. 50–66, 2020.

SILVA, M. B. **Representações de homossexuais nos livros didáticos de história para os anos finais do ensino fundamental, distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2005-2011).** 2013. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2013. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4896/1/MARCIA_BARBOSA_SILVA.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA JÚNIOR, M. Z. **Ensinar em tempos difíceis:** gênero e sexualidade no Ensino de História–análise da BNCC, amparos legais e proposta de sequências didáticas. 2021. 126f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/239756/001141142.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOUZA, D. G. **Diversidade sexual e de gênero no ensino de história:** Encontros e desencontros entre transversalidade e disciplinaridade. 2020. 196f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601357/4/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Diego%20Gomes%20Souza%20(ProfHist%C3%B3ria).pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOUZA, J. T.; OLIVEIRA, M. M. D. de (Org.). **Escravidão no Rio Grande do Norte:** série produtos didáticos para o ensino da história. Natal: EDUFRN, 2021.

SOUZA, J. T.; OLIVEIRA, M. M. D. de (Org.). **O que se ensina e o que se aprende em história:** a historiografia didática em debate. Ananindeua, PA: Ed. Cabana, 2022. v. 1.

TOKARNIA, M. IBGE divulga 1o levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil: Esta é a primeira vez que os dados são coletados. **Agência Brasil,** Rio de Janeiro, 25 maio

2022. Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil. Acesso em: 15 de jan. 2023.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. São Paulo: Objetiva, 2018.

TRIBUNA DO NORTE. Para LGBTs de Natal, é mais seguro estar na rua do que em casa, aponta relatório. **Tribuna do Norte,** Natal, 05 maio 2021. Disponível em: https://tribunadonorte.com.br/natal/para-lgbts-de-natal-e-mais-seguro-estar-na-rua-do-que-em-casa-aponta-relatorio/. Acesso em: 19 jun. 2024.

VALENÇA, M. L. **"Folhas de narrativa sequestrada":** uma proposta transfeminista para o ensino de História através da HQ Xica Manicongo. 2022. 183f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/45243/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Millena%20Lyra%20Valen%c3%a7a.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 791-806, 2015.

ZARBATO, J. A. M. As estratégias do uso do gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. **Revista Trilhas da História,** Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 49-65, jan./jun. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/694. Acesso em: 19 jun. 2024.